

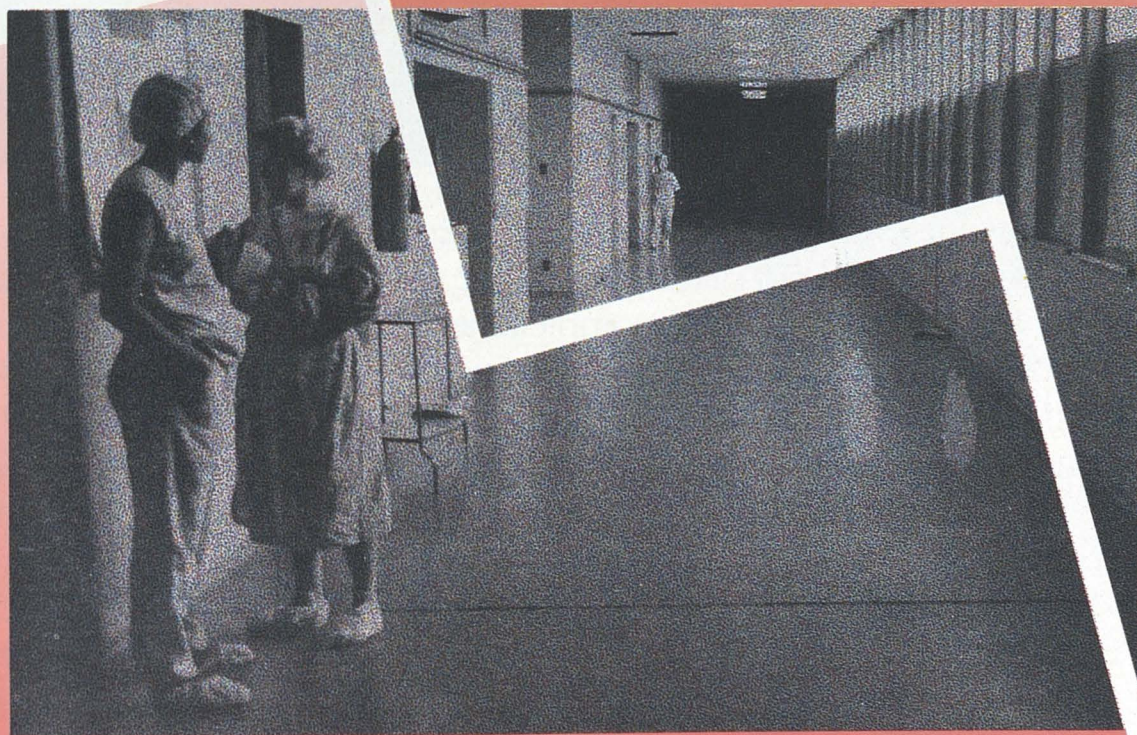
PUBLICAÇÃO MENSAL • ANO XVI • CR\$ 390,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

166

A quem interessa A FALÊNCIA DA SAÚDE PÚBLICA



**BRASIL: CONCESSÕES
DE RÁDIO E TV
EM DISCUSSÃO**

**ISRAEL-PALESTINA:
O COMEÇO DE
UMA NOVA ERA**

O NOSSO ORGULHO ESTÁ DE VOLTA.



Ao povo o que é do povo. Com essa certeza como diretriz, o Governo do Estado devolve à população do Rio de Janeiro o maior estádio do mundo. Só que agora ele está completamente reformado. Foram nove meses de muito trabalho para que o templo do futebol voltasse a ser palco de grandes conquistas. E o resultado é um novo Maracanã, bonito, com segurança, onde cada viga, pilar e cobertura foram recuperadas, além de cabines, halls, acessos, instalações sanitárias e elétricas reformadas para proporcionar um maior conforto. E isso tudo sem falar nas novas cores e no gramado, que voltou a estar entre os melhores do mundo. O Governo do Estado se esforçou muito para realizar essa obra. Simplesmente porque os símbolos são tão importantes quanto a identidade de um povo. O Maracanã está de volta. E com ele o orgulho de todos nós brasileiros.

SUMÁRIO

CAPA

No mercado da saúde, a cotação da vida cai a índices assustadores. A rede pública hospitalar vem sendo desmantelada e sofre ampla campanha de desmoralização

2 CARTAS

CAPA

4 A política de privatização da Saúde

SAÚDE

10 Médicos sem fronteiras

VIOLÊNCIA

12 O círculo vicioso

14 Massacre impune

MÍDIA

16 Um basta às velhas concessões

CULTURA

18 Teatro: uma arma contra os acidentes

19 Mídia e Educação no Brasil

22 O leitor na cultura de massas

AMÉRICA LATINA

29 Nicarágua: Um precário equilíbrio

26 Panamá: Renascimento político

28 Um morto que ainda ameaça

ÁFRICA

26 Nigéria: À beira da crise

30 Cultura: A História revisitada

ÁSIA

32 Camboja: Um novo Khmer?

33 Tailândia: A indústria do sexo infantil

ORIENTE MÉDIO

34 Israel/Palestina: O começo de uma nova era

36 As posições de Arafat

MULHER

38 Ásia: Uma ferida não-cicatrizada

ECONOMIA

40 Muita tecnologia, pouco emprego

MINORIAS

42 Europa Oriental: Repressão aos ciganos

DROGAS

43 EUA: A longa rota da cocaína

PÁGINA ABERTA

44 Em busca de um mundo mais humano

□ SUPLEMENTO

ESPECIAL

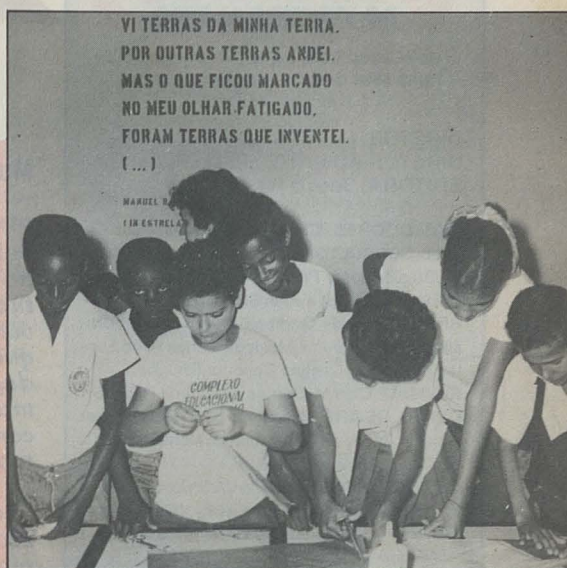
2 Religião

11 China: Explosão de bebês

12 Vietnã: Da propaganda à notícia

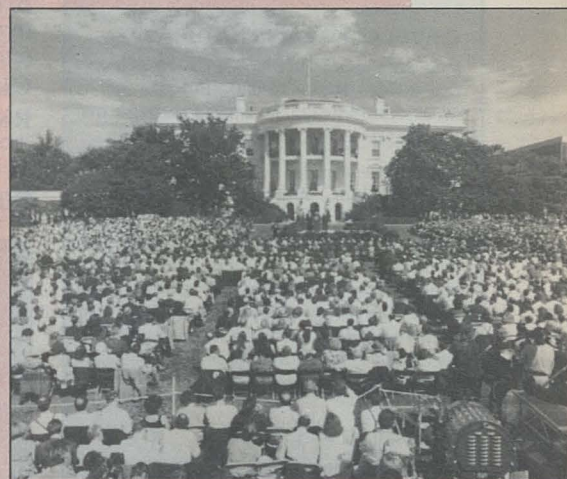
13 PANORAMA INTERNACIONAL

► *Descobrir a magia de ler é um caminho que a escola deve seguir para confrontar a ideologia de massa imposta pelos meios de comunicação*



18

► *Comparada por sua importância à queda do Muro de Berlim, a assinatura do acordo de paz entre Israel e a OLP em Washington (foto) abre caminho para negociações frutíferas entre os trabalhistas e os governos árabes*



34

► *Marcando uma guinada na sua política, o Japão pede desculpas por ter obrigado 200 mil jovens asiáticas a satisfazer sexualmente seus soldados durante a II Guerra (na foto, um protesto de ex-escravas sexuais e suas descendentes)*



38

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

DIRETOR: Neiva Moreira
DIRETOR ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORA: Beatriz Bissio

SUBEDITORES: Claudia Guimaraes, Elias Fajardo. CONSULTORES ESPECIAIS: Darcy Ribeiro (Brasil), Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)
REDAÇÃO: Aldo Gamboa, Carlos Lopes (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)
REVISÃO: Cléa M. Soares e Valdenir Peixoto
DEPTO. DE ARTE: Nazareno N. de Souza (editor e capa), Zaney da Silva, João C. Monteiro.
FOTOS: A. C. Júnior

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana Iooty, Sílvia Arruda, Mônica Pérez, Marcus Sanches, Luciane Reis e Rosângela Vicente Ferreira
EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia), Andréa Corrêa e Paulo Henrique
ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes
PUBLICIDADE E MARKETING: Denise Menezes Antunes

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes - Rua da Glória, 122 1º andar
CEP 20241 - Rio de Janeiro - Brasil
☎(021)252-7440/232-3372/232-1759/222-1370

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AJM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: *Africa News* (EUA), *Altercom* (Itália-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA)
Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro 10/1º andar. Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650.
Telex: 42720 CTM-TE-P

Uma publicação da Editora Terceiro Mundo:

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106
20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
☎(021)242-1957/222-1370 - Redação
☎232-1759 / 232-3372 - Administração
☎(021)507-2203 - Publicidade e Marketing
Fax: 55 21 252-8455 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR
Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo
Alternex: Caderno

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS ☎

Maringá - (0442) 224182, Recife - (081) 224-4486 / 224-1421, BH - (031) 271-3757, Brasília - (061) 226-6644 e 225-0683, Aracaju - (079) 211-1912, Rio - (021) 252-7440 / 232-3372, SP - (011) 573-8562 / 571-9871, Porto Alegre - (051) 228-8636, Fortaleza - (085) 252-4858, Curitiba - (041) 264-9969, Belém - (091) 235-2146, Uberaba - (034) 333-1635, Campina Grande - (083) 322-7536, Macapá - (096) 222-0855, Salvador - (071) 242-2077
Impresso: Gráfica MEC

CARTAS

Multidisciplinaridade

Sou leitor de cadernos do terceiro mundo e ávido em colaborar na mais ampla libertação intelectual de nossa população, tão escravizada física e mentalmente. Sugiro que se acrescente ao âmbito de abordagens das matérias um trabalho multidisciplinar e organizado de conscientização, através da informalidade desta revista.

Aproveito para sugerir leituras que ajudem a esclarecer a situação econômica mundial em que vivemos. O livro A eleição do ditador, de Cristovam Buarque, apresenta os autores do plano de dominação econômica mundial e sua aplicação no Brasil; o número 160 desta revista tem um artigo que confirma o conteúdo do livro.

Gilberto Rachinovic

Recife - PE

Cubal



Será realizado entre os dias 16 e 19 de novembro o Encontro Internacional sobre Constituição, Democracia e Sistemas Políticos, na cidade de Havana, em Cuba. Os interessados poderão contactar a empresa de turismo Cubanacan, representante da organização do encontro no Brasil. O endereço é Avenida São Luiz, 50/21º andar, conjunto 212-A, CEP 01046, São Paulo. Telefone: (011) 256-1200, fax: (011) 256-7432, telex: 1138368. No Rio de Janeiro, a filial da Cubanacan fica na Avenida Marechal Câmara, 160/18º andar, sala 1824, CEP 20020-080, Centro. Telefone: (021) 262-8090, fax: (021) 262-2267.

Cuba II

Sou leitor desta revista desde as primeiras publicações. Acompanhei a inauguração do Parlamento Latino-Americano, que teve a presença do líder cubano, Fidel Castro.

Deve-se ressaltar que, além de ser uma das figuras mais polêmicas do cenário político internacional, Fidel continua sendo um dos líderes mais carismáticos, capaz de granjear simpatia de pessoas das mais diversas classes sociais. Demonstrou altivez e diplomacia ao absorver as críticas que alguns líderes latino-americanos, comprometidos com a política de dominação imposta pelo grande país do Norte, fizeram ao modelo político vigente em Cuba.

Pode-se criticar um modelo político que resgatou um país que vivia mergulhado em realidades da era medieval, para colocá-lo na era da velocidade e da tecnologia? Que eradicou o analfabetismo, implementou uma verdadeira revolução

agrícola com a reforma agrária, atacou a miséria e a fome e implantou programas de saúde para todos?

É lamentável que não tenha havido um consenso entre os líderes quanto à ilegitimidade do embargo econômico imposto à Cuba pelos Estados Unidos. Os

países da América Latina possuem laços culturais muito estreitos. Não é lícito, pois, compactuar com esta injustiça.

As nações ricas unem-se para ditar uma nova ordem econômica mundial e defender seus interesses comuns. Resta aos países pobres fazerem o mesmo, estabelecendo seus próprios critérios econômicos e sociais de forma independente e soberana, se não quiserem se submeter a decisões injustas e ultrajantes os povos desta tão sofrida América Latina.

João Carlos Pinzetta
Casca - RS

Igreja

A opção das igrejas pela justiça aos pobres é a grande tendência da mensagem final do III Encontro de Bispos e Pastores da América Latina e Caribe, realizado em julho deste ano em Nova Iguaçu (RJ). No evento, cerca de 35 países latino-americanos estavam representados por 150 pessoas.

Segundo o documento, a problemática da nova ordem mundial "se caracteriza pela injustiça de suas estruturas, que leva a uma acumulação de riqueza por parte de uma minoria, ao mesmo tempo em que os setores sociais mais populares se vêem condenados ao empobrecimento e à indignidade". Essa situação se reflete "no crescimento da mortalidade infantil, da desnutrição, de menores abandonados, do desemprego, da prostituição e da anomia social".

Paulo Roberto Garcia
Rio de Janeiro - RJ

Encontro

O Centro Acadêmico de Geografia e o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte estarão promovendo, no período de 30 de outubro a 2 de novembro, o X Encontro Regional de Estudantes de Geografia do Nordeste (Eregene).

Os interessados devem procurar a universidade ou escrever para Caixa Postal 1528, CEP 99260-000, UFRN/CCHLA/Departamento de Geografia.

Ademir Araújo da Costa
Natal - RN

Solidariedade

Aproveitamos para elogiar esta revista, fonte indispensável de informações àqueles que querem mudar o rumo deste país. Hoje, no Brasil, são raras as publicações que,

como esta, mantêm-se firmes nos seus princípios, com seriedade, idoneidade e criatividade. Continuem assim.

Gostaríamos também de pedir que publicassem nosso endereço, através do qual os que se interessarem por nosso boletim Solidariedade poderão adquiri-lo.

Claudio Maffei - Solidariedade de Popular

Praça Duque de Caxias, nº 4
18540-000 Porto Feliz - SP

Fronteiras

Foi uma verdadeira covardia o massacre contra a aldeia ianomâmi, na fronteira do Brasil com a Venezuela. É verdadeiramente lamentável que, às vésperas de um novo milênio, homens ditos "civilizados" patrocinem chacinas contra a vida de seres ditos "selvagens", num ato tão bárbaro. O massacre merece todo o repúdio das pessoas sensatas.

Não deixa de ser estranho o rápido protesto da diplomacia norte-americana, justamente no momento em que os militares daquele país realizam operações em países que fazem fronteira com a Amazônia Legal brasileira.

Faz-se necessário um melhor debate no Congresso Nacional sobre os destinos da Amazônia, por ocasião da revisão constitucional. É preciso pensar o papel das Forças Armadas e melhor aparelhar a nossa polícia federal, antes que seja tarde. Eles estão chegando.

Ricardo Jorge Guimarães
Recife - PE

Errata

No número 163 de cadernos do terceiro mundo, as fotos da matéria "Vale do Jequitinhonha" são de Cíntia Camargo.

Intercâmbio

* Jozimar Ramalho Lopes
R. dos Timeiras, 2206
66040 Cremação - Belém - PA

* Kátia Cristina Farina
R. Ronaldo de Carvalho, 177
09131-270 C. Maracanã
Santo André - SP

* Ulisses Tenório
R. João Dias Vergara, 35/A
05765-250 Jardim Olinda
São Paulo - SP

* Kenia Díaz Reyes
Concepción 167 c/ Diaz
Benítez y Millar
11200 Reyla CH - Cuba

* Paulo Borges
Caixa Postal 43
11740-970 Itanhaém - SP

* Sandra Mara
Caixa Postal 43
11740-970 Itanhaém - SP

* José Ivan Spinardi
R. Luiz Matheus, 174
08420-750 São Paulo - SP

* Miguel Javier Glez
Apdo 182 Zona postal uno
10100 C. Havana - Cuba

* João Hinard de Pádua
R. Cruz da Carreira, 4/ 1º dtp.
1100 Lisboa - Portugal

* Adriana Lemos S. Reis
R. João Batista Scalco, 115,
bloco 1B / 205
23050-170 Campo Grande
Rio de Janeiro - RJ

* Nadejda K. Krupskaja
R. General Salgado, 95/ 104
53130-320 Setúbal
Recife - PE

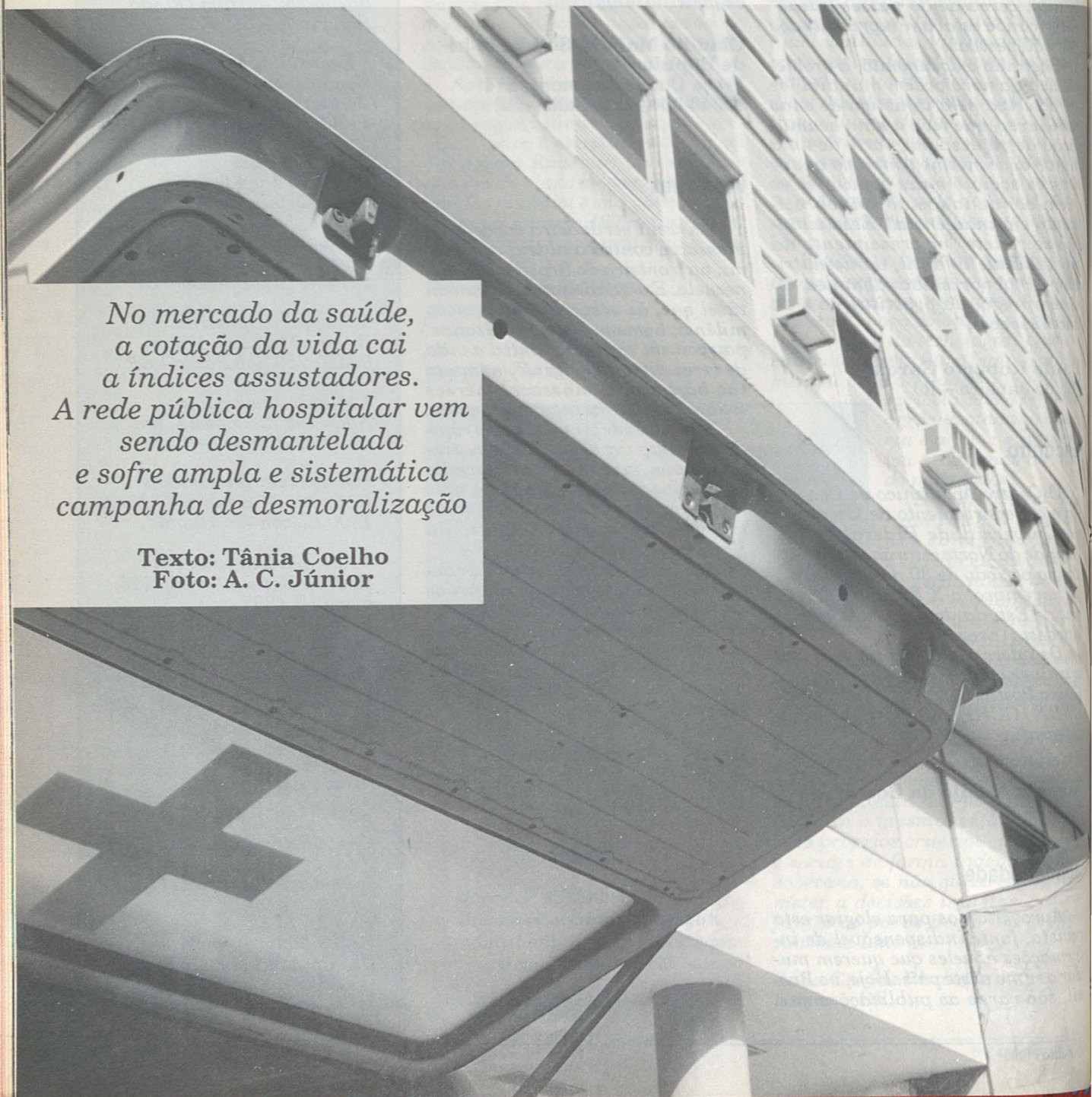
* Joaquim de Assis
Av. João Evangelista, 113
36400-000 Santa Matilde
Conselheiro Lafaiete - MG

* Sebastião Francisco
do Nascimento
Rua 21, nº 52
53409-280
Jardim Paulista - PE

A política de privatização da saúde

No mercado da saúde, a cotação da vida cai a índices assustadores. A rede pública hospitalar vem sendo desmantelada e sofre ampla e sistemática campanha de desmoralização

**Texto: Tânia Coelho
Foto: A. C. Júnior**



No palco da tragédia brasileira, o sistema de saúde mais uma vez rouba a cena. As imagens e situações dramáticas de nossos hospitais, veiculadas nos noticiários locais e nacionais, seguem-se as comédias de costumes e novelas. Nos intervalos, anúncios de planos e seguros de saúde, que garantem atendimento de Primeiro Mundo. Um quadro que não revela só o nível absurdo de desigualdade com o qual somos obrigados a conviver. O drama da saúde do povo brasileiro está ali, no horário nobre, expondo um mal que, apesar de estar sob a luz dos refletores, tem um diagnóstico mantido criminosamente fora de cena: a privatização da saúde.

Todos os números, do governo, dos empresários, profissionais de saúde, de entidades do movimento popular e dos centros de pesquisa confirmam que não cabe mais falar de um "processo informal de privatização". A saúde no Brasil já está privatizada e são, no mínimo, estereis as denúncias que falam no "perigo da privatização". Impossível tratar como ameaça uma realidade que estampa nas manchetes suas conseqüências visivelmente desastrosas, desde a morte, principalmente de velhos e crianças, até a afirmação diária de uma selvagem política de mercantilização da vida.

O tiro de misericórdia ficou sob a responsabilidade do governo Collor, que, sem qualquer pudor, desmontou o que ainda restava do setor público de saúde. Demitiu, transferiu, fechou e desviou. Foi por ordem de Collor que os serviços públicos de saúde deixaram de ter orçamento próprio e passaram a ser financiados pelas Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) e Unidades de Coberturas Ambulatoriais (UCAs), verdadeiros cheques em branco, responsáveis por um dos mais vergonhosos esquemas de corrupção que o país já viu. De tudo um pouco o esquema Collor fez, além de colocar à disposição cirurgões com larga experiência: desativou centros de pesquisa, não deu prosseguimento à implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) e promoveu um corte brutal e criminoso nos investimentos.

Em 1987, a tragédia nacional da saúde brasileira já ocupava o quarto lugar no *ranking* mundial. Fontes do Banco Mundial (Bird) informavam que piores que o Brasil em atendimento público só a Etiópia, o Chile e a África do Sul. Em 1993, os recursos destinados à saúde representam a quarta parte do que era aplicado em 1987. Em 1990, o Ministério da Saúde recebeu US\$ 13,7 bilhões. Dois anos depois os recursos caíram em quase 50%: US\$ 7,45 bilhões. O gasto federal *per capita* com saúde, em 1989, foi US\$ 81,24. Em 1992, houve uma queda para US\$ 49,01. Hoje, os números são assustadores: contra os US\$ 13 bilhões investidos em 1990, o Brasil

destinará este ano US\$ 4,5 bilhões, o que equivale a 1,2% do PIB, ou ainda a US\$ 21 *per capita*.

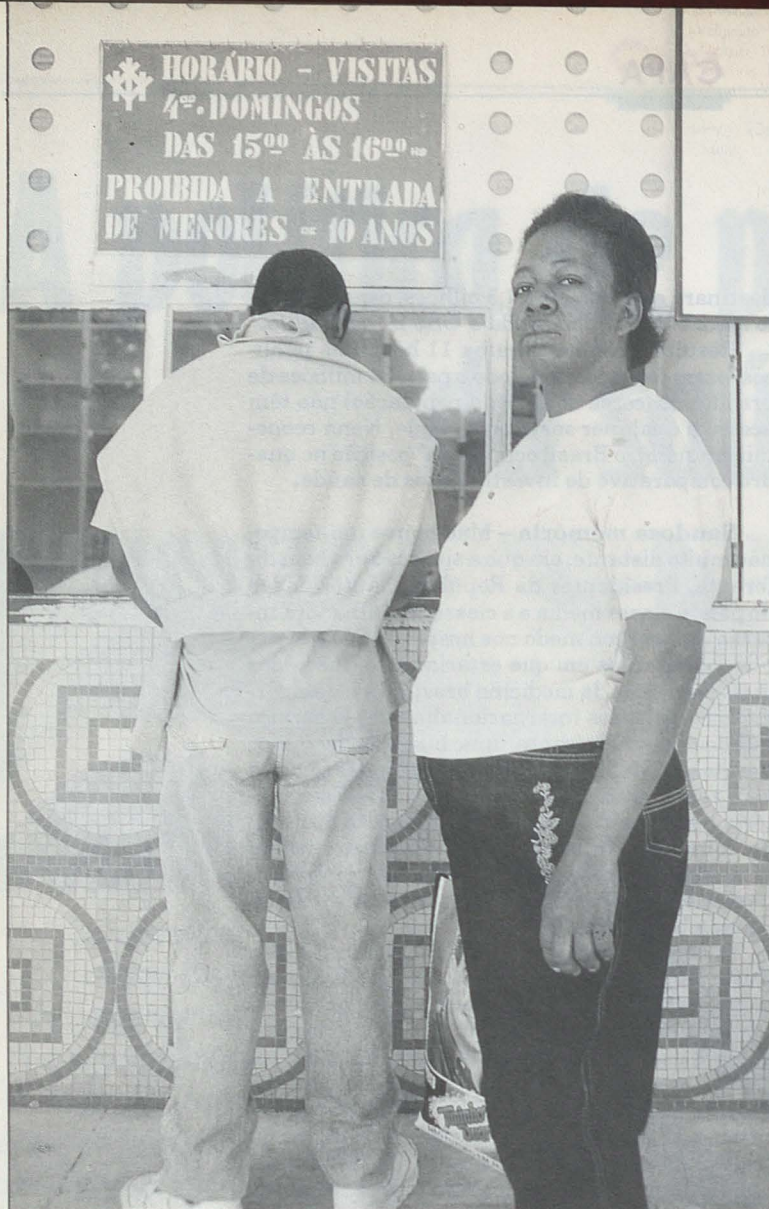
Resultado: só na Paraíba 11 hospitais públicos foram fechados. Em todo o país, 34 milhões de brasileiros (cerca de 23% da população) não têm acesso a qualquer serviço de saúde. Nona economia mundial, o Brasil ocupa a 63ª posição no quadro comparativo de investimentos de saúde.

Saudosa memória - Mas houve um tempo, não muito distante, em que a situação era bem diferente. Presidentes da República, autoridades do país, a classe média e a classe trabalhadora internavam-se sem medo nos hospitais da rede pública, confiantes em que estariam nas mãos dos maiores nomes da medicina brasileira e de cirurgões respeitados internacionalmente. O serviço público de saúde conta uma história de saber, pesquisas, debates, conhecimento e fazer que vem sendo gradativamente destruída. Essa história merece ser resgatada, sob pena do discurso da competência continuar sendo usado como arma pelo *lobby* da iniciativa privada, como acontece na educação e em outros importantes setores da vida brasileira.

O depoimento do cirurgião Antonio Ribeiro Netto para a revista *Veja* de 18 de agosto retrata bem este processo: "Quando entrei para o Hospital dos Servidores do Estado (HSE)", conta, "os garçons usavam luvas, as refeições eram servidas em toalhas de linho e talheres de prata". Na década de 50 funcionou no HSE o primeiro rim artificial do Brasil, e no setor de nefrologia, 60 transplantes eram feitos por ano. Hoje falta tudo, o hospital está sucateado e nada ali faz lembrar este passado recente, quando o HSE orgulhava-se de ser um centro formador de recursos humanos por onde passaram os grandes nomes das ciências médicas no Brasil. E este não é um privilégio do HSE. A maioria dos hospitais brasileiros carrega em suas bagagens essa tradição".

É uma história que serve de bandeira de luta para as novas gerações de médicos e para os trabalhadores, que tiveram fundamental participação na construção desta importante rede pública de saúde. Foram suas caixas de assistência e institutos de aposentadorias e pensões que financiaram a construção dos grandes hospitais. O Rio, por exemplo, tem a maior rede pública do país, não só porque foi capital, mas também porque sempre conviveu com um movimento forte de trabalhadores.

Tudo isso mudou quando o sistema foi centralizado no Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps), marco inicial de uma história de fraudes, superfaturamentos e crimes - a maioria impunes -, tanto de servidores quanto de empresas privadas prestadoras de serviço e fornecedoras.



No Brasil, 23% da população não têm acesso a qualquer serviço de saúde

A centralização das decisões em Brasília facilitou a corrupção, o descontrole e principalmente o lobby, que há anos vem beneficiando hospitais conveniados, que se sentem no direito de superfaturar preços e cobrar por serviços que não prestaram, alegando que o Inamps paga com atraso de dois meses. "A forma de pagamento dos hospitais conveniados, que recebem por prestação de serviço, além de favorecer a fraude é um saco sem fundo.

O público e o privado - Como numa errata editorial, onde se lê *rede pública* leia-se *rede privada*. De acordo com dados de 1990, do total de 6.500 hospitais existentes no país, 3 mil são particulares. Entre 1976 e 1990, as instituições filantrópicas e beneficentes fecharam 200 leitos, enquanto as entidades particulares abriram 800.

Este é um quadro que também se confirma na Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária, realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1975. Em 1991, durante a "era Collor", a pesquisa não foi

feita por falta de recursos. Atualmente, estão sendo coletados os dados de 1992, que devem traçar um perfil mais claro da privatização da saúde. Isto porque o levantamento está incluindo, pela primeira vez, os estabelecimentos de apoio diagnóstico terapêutico, onde entram os laboratórios de análises clínicas, centros de reabilitação e bancos de sangue.

De acordo com o IBGE, de 1980 a 1990 o percentual de leitos em todo o país cresceu 1,6% no setor público e 5,7% no privado. Dentre os estabelecimentos particulares, mais de 40% funcionam em regime de internação, o que explica a grande concentração de estabelecimentos particulares (32%) no Rio de Janeiro e São Paulo, onde vive a população de maior poder aquisitivo. Enquanto isso, toda a população nordestina - 34,8 milhões de habitantes - é atendida por apenas 23% do total de estabelecimentos particulares.

Dentre os prestadores de serviço ao Ministério da Saúde, 76% são da rede privada. O número de hospitais cresce menos do que a população: 0,58% ao ano contra 1,8%. Os hospitais privados são 79% do total, e desses 87% visam ao lucro. As instituições públicas, por falta de recursos, mantêm 50% de seus leitos fechados.

De 1980 a 1990, o número de estabelecimentos de saúde em todo o país quase dobrou, mas o número de leitos teve um crescimento muito reduzido, principalmente no setor público. "Percebemos que as diferenças entre o setor público e o privado, em algumas regiões, não são acentuadas no total de estabelecimentos. Mas se trabalhamos com leitos constatamos que há uma concentração muito maior no setor privado. Quando falamos em leito, nos referimos à capacidade instalada para atender à internação", esclarece Lilibeth Cardoso Ferreira, gerente da Área de Saúde e Nutrição do Departamento de Indicadores Sociais do IBGE.

Mas para onde está indo a população que precisa de internação? O que acontece com essa gente que demanda o leito público - a população mais carente?

O Estado, que constitucionalmente deveria garantir a todo e qualquer cidadão o direito à saúde, só interfere na contabilidade destes estabelecimentos privados: oito em cada dez leitos da rede particular mantêm convênios com a União, recebendo US\$ 400 milhões por ano.

Ainda hoje o dinheiro dos trabalhadores continua a financiar este sistema falido. Recentemente, em meio a mais um *lockout* das empresas privadas, o governo recorreu ao Fundo de Amparo ao Trabalhador para pagar aos hospitais conveniados à rede pública.

Estas e muitas outras deficiências fizeram com que 32 milhões de brasileiros fugissem da medicina gratuita, tentando proteger-se sob as

asas dos seguros-saúde e planos de assistência, um mercado que cresce em ritmo a cada dia mais acelerado.

O processo é semelhante ao que aconteceu na educação, quando a classe média abandonou a escola pública e debandou para as escolas particulares, cujas mensalidades hoje sugam parte considerável de seus rendimentos. A grande maioria está sem condições de pagar os aumentos abusivos, acima dos índices inflacionários, e também sem coragem de retornar às escolas públicas.

Na saúde, se pagar plano de assistência é um sacrifício, ficar à mercê da medicina gratuita é uma temeridade. As péssimas condições de trabalho e os baixos salários também fazem com que os profissionais busquem alternativas fora da rede pública. Quando precisam ou são obrigados a ler as entrelinhas de seus contratos, aqueles que podem pagar por um seguro-saúde descobrem, perplexos, que seus planos não cobrem despesas com hemodiálise, leucemia, doenças nervosas crônicas, tratamentos de quimioterapia e Aids, entre muitas outras doenças e tratamentos. As clínicas particulares não têm especialistas de plantão nem condições de prestar o atendimento que prometem em suas publicidades milionárias. E o mais grave: pela

alta verba publicitária que mensalmente fazem desaguar na mídia, as grandes empresas do setor têm nos órgãos de comunicação importantes aliados, que não permitem a divulgação de denúncias de negligência médica ou de crimes contra a economia popular.

“Se não houvesse esperança de reversão, o único caminho possível seria a classe média continuar pagando caro por um atendimento medíocre para seus filhos, em clínicas despreparadas, enquanto o serviço público ficaria definitivamente para os miseráveis, os socialmente proscritos. Mas não vivemos uma situação de irreversibilidade, temos uma potência

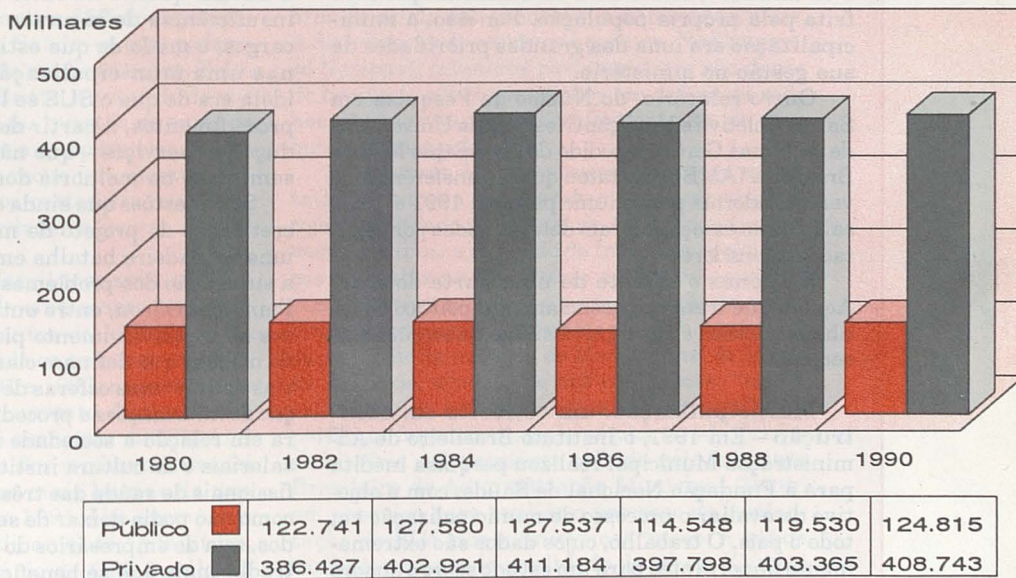
construída e forte mobilização para a implantação do SUS”, esclarece Iná Meireles, vice-presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Rio de Janeiro.

O Sistema Único de Saúde – Nos últimos 50 anos a esperança de vida do brasileiro passou de 41 para 65 anos. A taxa de mortalidade infantil caiu em todo o país. Em São Paulo, a queda foi de 50%, enquanto em Icapuí, no Ceará, caiu a zero, o que rendeu àquela cidade um prêmio internacional da Organização das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência (Unicef). A política de medicina preventiva vem produzindo resultados satisfatórios. Segundo o ex-ministro Jamil Haddad, a médio prazo, o Instituto Vital Brazil, do governo do estado do Rio, irá produzir uma quantidade de vacinas antitetânicas superior às necessidades do Brasil, já tendo recebido solicitações de remessa para países árabes e africanos.

O que foi desmontado e sofre ampla e sistemática campanha de desmoralização é a rede hospitalar, que hoje é pública no financiamento e privada na operação. É este sistema, totalmente fora de controle, que precisa ser fiscalizado para funcionar de maneira eficiente. Excluindo as em-

CRESCIMENTO DA REDE PRIVADA DE SAÚDE NA ÚLTIMA DÉCADA

Leitos por classificação da entidade mantenedora
Brasil 1980/1990



Fonte: AMS/IBGE

O gerenciamento político do dinheiro público

Quando Fernando Collor assumiu, os serviços públicos de saúde tinham orçamento próprio. Com Collor, os hospitais passaram a receber por serviços prestados através das AIHs e UCAs, espécies de cheque em branco que o Estado repassava aos hospitais conveniados para que eles relatassem serviços e custos de atendimento.

Em alguns desses relatos consta que um paciente masculino foi operado de câncer no ovário em Altos (PI); em Aracati (CE) foi feito parto em um homem; em Campina Grande (PB), 95% das internações foram feitas na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI); em Paulista (PE), uma mesma equipe operou dois pacientes no mesmo dia e hora. As internações fraudulentas num mesmo hospital chegam, às vezes, a 78% do total, enquanto as cirurgias múltiplas são as fraudes mais comuns.

A Polícia Federal entrou no circuito, o Tribunal de Contas da União idem, mas segundo o próprio ministro na ocasião das investigações, o deputado federal Jamil Haddad, "apesar dos muitos descredenciamentos, dos processos que obrigaram outros a devolverem as verbas desviadas, são 6.500 prestadores de serviços ao ministério, tornando impossível uma investigação que chegue ao âmago da questão no país inteiro." Para o ex-ministro, com o SUS esta fiscalização será feita pela própria população. Por isso, a municipalização era uma das grandes prioridades de sua gestão no ministério.

Outro relatório, do Núcleo de Pesquisa em Saúde Coletiva e Nutrição (Nescon), da Universidade de Minas Gerais, a pedido da Associação Médica Brasileira (AMB), constatou que a transferência de verbas federais para municípios, em 1991 e 1992, salvo raras exceções, foram determinadas por deputados e senadores.

É apenas o retrato de uma parte do caos. Aquela que trata do gerenciamento político do dinheiro público e suas gravíssimas consequências sociais.

Municipalização: um conceito em construção – Em 1991, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal realizou pesquisa inédita para a Fundação Nacional de Saúde, com o objetivo de avaliar o processo de municipalização em todo o país. O trabalho, cujos dados são extremamente importantes para um estudo sobre o quadro nacional e as dificuldades que deverão ser enfrenta-

das na recuperação da saúde no Brasil, revelou que só 20,2% dos municípios brasileiros possuem hospital ou maternidades próprias, enquanto a grande maioria (79,4%) apenas administra centros ou postos de saúde. Mostrou ainda a grande dependência destes municípios aos serviços privados: 72,9% compram medicamentos na rede particular.

"O que a pesquisa demonstrou num primeiro momento", diz o médico sanitário Antonio Ivo de Carvalho, "é que 80% dos municípios brasileiros têm um conselho de saúde constituído, apontando um amplo processo de democratização da discussão e a conceituação da saúde tal como está colocada na Constituição, ou seja, como um direito de todos, o que não é suficiente para gerar mudanças. Na verdade, a municipalização ainda é um conceito em construção, com visões as mais diversificadas."

Como é insuficiente o conhecimento sobre os instrumentos legais e administrativos que definem e regulam o processo de municipalização, não são poucas as prefeituras com visões distorcidas. A primeira identificada diz respeito ao financiamento. A compreensão mais comum há dois anos atrás reduzia a municipalização a uma simples transferência de recursos financeiros ou físicos. Com isso, o grande receio e até a dúvida quanto ao êxito da proposta era o da insuficiência de recursos diante dos novos encargos, o medo de que estivesse ocorrendo apenas uma municipalização dos problemas. A idéia era de que o SUS se limitava a remunerar procedimentos, a partir de uma lógica – da produção de serviços – que não leva em conta o desempenho na melhoria dos padrões da saúde.

São questões que ainda estão em pauta. A concretização do projeto de municipalização prevê uma verdadeira batalha em cada município para a superação dos problemas locais. A pesquisa do Ibam identificou, entre outros, como reais entraves ao desenvolvimento pleno do SUS: ausência de normas que definam claramente as competências das diversas esferas de governo; a centralização de informações e procedimentos pela prefeitura em relação à sociedade local; as disparidades salariais e de cultura institucionais entre os profissionais de saúde das três esferas de governo; e, como não podia deixar de ser, os interesses privados, seja de empresários do setor, seja de políticos tradicionais que se beneficiaram historicamente com o sistema anterior.

Médicos sem fronteiras

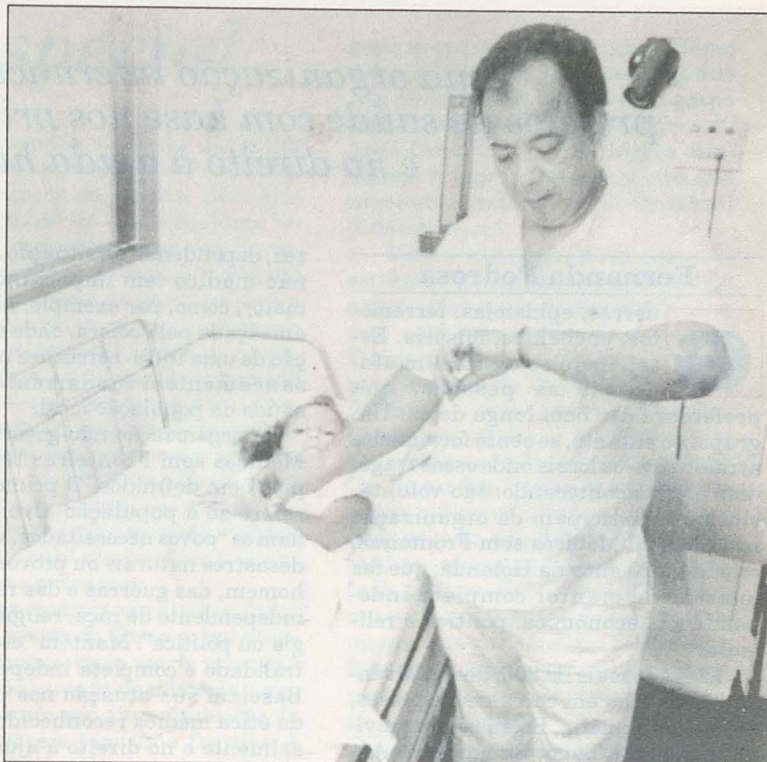
presas da medicina privada, há consenso entre os profissionais de saúde de que, para que isso ocorra, o passo mais importante neste momento é a implantação do Sistema Único de Saúde.

"É através da municipalização que haverá o controle democrático da aplicação do dinheiro emitido para os municípios, assim como uma discussão no próprio município das prioridades para o atendimento à população. Seria a chamada democratização, com participação efetiva e paritária dos usuários e do governo na discussão dos problemas da saúde. Deixamos esta questão bem avançada em suas diversas fases até chegar à municipalização", informa o deputado federal Jamil Haddad (PSD-RJ).

O último estágio elimina de uma vez por todas com as AIHs e as UCAs, autorizações de internação hospitalar e de atendimento ambulatorial, que funcionavam como armas e instrumentos políticos para os governos estaduais. Alguns governadores reservavam quantidade significativa para seus aliados, beneficiando muito mais a iniciativa privada. A partir de agora, ao invés de repassar recursos diretamente para os hospitais, os municípios recebem do Ministério da Saúde a verba proporcional ao número de habitantes da cidade e à capacidade da rede hospitalar. Essa verba vai para um fundo municipal. Quem decide como gastar o dinheiro e quais são as prioridades é o conselho de saúde local, formado pela prefeitura e pelos usuários.

Defensor da descentralização do sistema de saúde, Jamil Haddad, quando esteve à frente do Ministério da Saúde, "bateu de frente" com o ministro da Previdência Antônio Britto — que deixou de repassar o correspondente a 35% do orçamento global do Ministério da Saúde — e com poderosos grupos da indústria de medicamentos. Solucionado o problema com Britto, e antes de deixar o governo, Jamil Haddad fez questão de ouvir do presidente Itamar Franco o compromisso de que não permitiria qualquer recuo nas medidas tomadas para a redução dos custos dos remédios, que o levaram a uma verdadeira guerra com as indústrias farmacêuticas.

Ainda no governo, Jamil transmitiu à imprensa os resultados do levantamento realizado na Central de Medicamentos do Ministério da Saúde (Ceme), comparando os preços praticados nas concorrências de 1991 e 1993, na compra de 94 medicamentos. O documento demonstrava que, em 1993 houve uma economia de CR\$ 11,1 bilhões, porque a maioria dos medicamentos foi vendida por preços bem mais baixos do que aqueles estabelecidos em 1991. Um exemplo: o governo comprou o medicamento Cefalotina, em 1991, ao preço unitário de CR\$ 9 mil; em 1993, a CR\$ 5,9 mil. O espanto maior do ex-ministro foi não encontrar a notícia deste crime



Os hospitais privados já são 79% do total. E os públicos mantêm a metade de seus leitos sem uso

cometido contra a economia popular nos jornais do dia seguinte.

Fatos como este demonstram o poder da rede que mantém sistemas viciados funcionando. Na maioria dos casos, as decisões e determinações na área de saúde não obedecem a critérios técnicos. A distribuição de recursos é política. No Congresso Nacional, inúmeros parlamentares são donos de hospitais e formam o *lobby* em defesa da rede hospitalar privada — conseqüentemente, de combate à municipalização.

Mas apesar das pressões contrárias, a expectativa é de que o processo de municipalização esteja consolidado até o final de 1993. Para isso devem contribuir a extinção do Inamps e as mudanças previstas no Ministério da Saúde para que sua estrutura se adapte ao novo perfil do setor. Um perfil cuja expectativa é a de que o ministério se distancie da máxima de Macunaíma, de Mário de Andrade, ainda hoje tão verdadeira: "muita saúde e pouca saúde: os males do Brasil são". Um perfil que faça com que seja página virada de nossa história o depoimento colhido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) em pesquisa para avaliar o processo de implantação do SUS nos municípios: "moço, a saúde também passa pela qualidade da morte. Como é que eu vou falar sobre a qualidade da assistência num lugar onde se morre de desintéria?" ■

Médicos sem fronteiras

Uma organização internacional desenvolve projetos de saúde com base nos princípios da ética médica e no direito à ajuda humanitária

Fernanda Pedrosa

Guerras, epidemias, terremotos, enchentes, miséria. Esses flagelos costumam afugentar as pessoas, que preferem ficar bem longe deles. Um grupo, no entanto, se sente fortemente atraído para os locais onde essas tragédias estão acontecendo: são voluntários que participam da organização internacional Médicos sem Fronteiras, criada há 20 anos na Holanda, que faz questão de manter completa independência econômica, política e religiosa.

Eles são mais de 800, desenvolvendo programas em cerca de 57 países, entre eles Somália, Bósnia-Herzegovina, Etiópia, Líbano, Bangladesh, Angola, África do Sul, El Salvador, Nicarágua e Brasil. Nem todos são médicos; há também enfermeiros, pessoas com outras profissões ligadas à medicina e aqueles que exercem funções administrativas, técnicas e logísticas. As ve-

zes, dependendo da situação, o pessoal não-médico tem importância ainda maior, como, por exemplo, numa área ameaçada pela cólera, onde a construção de uma infra-estrutura mínima de saneamento é fundamental para a saúde da população local.

A organização não-governamental Médicos sem Fronteiras têm princípios bem definidos. O primeiro deles refere-se à população-alvo: eles ajudam os "povos necessitados, vítimas de desastres naturais ou provocados pelo homem, das guerras e das revoluções, independente de raça, religião, ideologia ou política". Mantêm "estrita neutralidade e completa independência". Baseiam sua atuação nos princípios da ética médica reconhecidos universalmente e no direito à ajuda humanitária, exigindo inteira liberdade para executar sua tarefa. Os voluntários assumem os riscos que enfrentam em sua atuação e não reivindicam qualquer compensação. Até hoje, cerca de 15 voluntários

morreram assassinados em áreas de conflito.

No Brasil, a Médicos sem Fronteiras chegou em outubro de 1991, a convite do governo brasileiro, para ajudar no combate à cólera na região amazônica. Trazia a experiência adquirida em países africanos, no Peru e na Guiana, e treinou cerca de 8 mil agentes comunitários de saúde especificamente para combater a doença. Durante sua permanência no país, a organização identificou os índios Ianomâmis como uma população em risco. Mais do que estarem no foco da imprensa mundial e serem alvo de uma campanha do movimento ecológico pela demarcação de suas terras, os Ianomâmis estavam em vias de extinção por doenças básicas.

Povo indígena que habita a região de Roraima há cerca de 700 anos, os Ianomâmis tiveram o primeiro contato com a civilização branca há pouco mais de 50 anos. O avanço dos garimpeiros sobre suas terras, ricas em minérios-

A Libéria é um dos países onde os médicos atuam, socorrendo vítimas de desastres naturais ou guerras



Um coração especial

Fernando Olinto Fernandes*

Os voluntários da organização Médicos sem Fronteiras são uma espécie de missionários, com projeto claro, suporte logístico e planos de ação concretos. Trabalhar como voluntário não é uma aventura pessoal, um heroísmo. Sabemos os riscos que corremos, mas estamos lá, com objetivos bem definidos, e muitas vezes atuamos em campo minado.

Antes de vir para Roraima, participei de dois cursos promovidos pela Médicos sem Fronteiras em Amsterdam, na Holanda. Entre outras coisas, aprendi a operar rádios, montar painéis solares, redes de fios, telefone por satélite, mecânica, tudo de uma forma simples e ligada ao trabalho. Se metade das nossas autoridades de saúde pudessem participar com seriedade desse treinamento, os problemas de saúde provavelmente acabariam.

A princípio, eu seria mandado para Moçambique, mas estavam precisando de um médico para ajudar no plano de epidemiologia do projeto Ianomâmi. Aqui em Roraima, os problemas dos índios não são apenas a malária, os garimpeiros e a forma amadorística com que o governo e alguns grupos não-governamentais tentam salvá-los. Há a questão da demarcação das terras dos índios, que agrava a discriminação e impede que eles tenham acesso aos serviços de saúde. Os brancos olham para eles como se fossem um estorvo no desenvolvimento regional. Aham que com o ouro vão resolver todos os problemas brasileiros.

Os Ianomâmis são ainda o único povo primitivo da Terra e, por questões culturais, cada morte tem uma explicação cercada de mistério e magia. Quando um Ianomâmi cai de uma árvore e tem uma fratura, é sempre feitiço dos inimigos, o que

pode gerar conflitos e lutas. Como médico, acho que sou privilegiado por poder trabalhar num campo com os aspectos antropológicos do povo Ianomâmi e sua lógica simbólica. É uma outra estrutura que não está ainda cercada da moral judaico-cristã.

Minha visão crítica diz que a assistência prestada aos índios tem sido muito amadora. Apesar de estarem aqui três órgãos de governo – Fundação Nacional do Índio, Fundação Nacional de Saúde e Secretaria de Saúde – e seis organizações não-governamentais, os problemas são os mesmos e cada vez mais graves. Os chamados “velhos guerreiros da causa indígena” deixaram a praticidade de lado, não elaboraram planos médicos efetivos e caíram na canaleta da política. Esta é uma falha enorme para um médico. Acho, sinceramente, que para ser um médico sem fronteira é preciso ter um coração especial, pois sempre há um novo desafio a ser vencido.

* Médico da rede pública do Rio de Janeiro e integrante da organização Médicos sem Fronteiras

especialmente o ouro –, agravou rapidamente o frágil estado de saúde desses índios. Sem alimentar ilusões quanto à demarcação das terras ou à preservação dos Ianomâmis em sua cultura ancestral, a Médicos sem Fronteiras atua no sentido de “preservar a vida deles, deixá-los vivos”, como explica o médico brasileiro Fernando Olinto Fernandes, convidado para participar do grupo por seus projetos na área de saúde junto à comunidade do morro da Mangueira, no Rio de Janeiro.

A princípio, as atividades da Médicos sem Fronteiras ficaram concentradas na área Ianomâmi, considerada em situação de emergência. Em 1992 ela iniciou ações médicas também em aldeias dos índios Macuxis, onde verificou um aumento do número de casos de malária, igualmente em decorrência da invasão dos garimpeiros. O projeto na área tem quatro atividades principais: treinamento de agentes de saúde das

comunidades indígenas, cuidados médicos de emergência, visitas médicas regulares e vigilância epidemiológica. Cada agente comunitário recebe um microscópio, materiais laboratoriais e os medicamentos necessários. Com esse equipamento, ele se torna capaz de diagnosticar e tratar casos de malária e outras doenças.

Para situações de emergência, a Médicos sem Fronteiras tem sempre a postos um “time móvel”, composto de um médico, uma enfermeira e uma microscopista, que podem ser mobilizados a qualquer momento. Esse “time” realiza vôos quase diários em pequenos aviões ou usam helicópteros para atingir as áreas mais difíceis. Um médico da organização visita regularmente o centro de saúde de Surumu, área Macuxi, e suas atividades básicas são cuidados curativos, atendimento ambulatorial à população indígena e treinamento dos agentes de saúde.

Outro trabalho importante é a cole-

ta sistemática de dados sobre endemias e epidemias nas áreas Ianomâmi e Macuxi, com o objetivo principal de apoiar e melhorar o sistema de vigilância. Até então, as ações dos médicos – brasileiros ou estrangeiros – na região não haviam tido essa preocupação de construir uma base médico-científica a partir da observação epidemiológica. “A poesia é fundamental nas ações da Médicos sem Fronteiras, mas a construção de estruturas seguras e que permaneçam é mais importante”, afirma Fernando Olinto. Ele conta que, através de um levantamento de dados feito pela organização, descobriu-se que a tão falada desnutrição dos índios, em decorrência do contato com os brancos, não é tão grave assim. “Constatou-se apenas 11% de desnutrição moderada em regiões duramente atingidas pelo garimpo”, garante o médico, lembrando que até agora não foi realizado um inquérito nutricional para atestar a veracidade do “discurso”.

O círculo vicioso

Corrupção e atos ilícitos praticados por policiais no Rio de Janeiro evidenciam a necessidade de uma reformulação na polícia. É necessário acabar com todos os tipos de violência

Marcelo Monteiro

Após a comoção e as denúncias provocadas pelo massacre de Vigário Geral, o governo do Estado do Rio de Janeiro prepara projeto de reforma do comando da Polícia Militar e da estrutura da Polícia Civil. A apresentação da proposta à Assembléia Legislativa é uma tentativa de reformular estas instituições, cuja credibilidade foi seriamente abalada pela participação de policiais na morte de oito menores de rua em frente à Candelária, em 23 de julho, e no massacre de 21 pessoas na favela Parque Proletário, em Vigário Geral, em 30 de agosto.

A redução do tempo de permanência de coronéis na patente de seis para quatro anos, permitindo a promoção de uma nova geração de oficiais, é um dos pontos básicos do projeto do governador Leonel Brizola. O governador afirmou que há indícios da atuação, nos grupos de extermínio, de uma espécie de "comando marrom, de grupos paramilitares integrados por PMs, policiais civis e seguranças particulares financiados por empresários". Brizola disse que vai "dar sangue novo" à PM e à Polícia Civil. No início de setembro, o secretário de Polícia Militar, coronel Nazareth Cerqueira, iniciou a renovação dos comandos com a destituição de oito comandantes de batalhões e unidades especiais.

Além disso, pretende-se agilizar os processos de detenção e expulsão dos policiais que tenham ligação comprovada com traficantes e participação em atividades ilegais. O inquérito sobre o massacre de Vigário Geral foi divulgado no dia 23 de setembro e incriminou 33 pessoas, sendo 28 policiais militares, três civis e dois informantes. Os PMs já estavam detidos preventivamente e os policiais civis se apresentaram após os mandados de prisão. Se

condenados, devero pegar uma pena mínima de 250 anos de reclusão, já que a motivação do crime foi "torpe", segundo a Justiça. Segundo o delegado Elias Barbosa, que presidiu o inquérito sobre Vigário Geral, os 33 acusados têm ligação com pelo menos sete outros grupos de extermínio, roubos, seqüestros e extorsões.

O envolvimento de policiais com bandidos acaba levando parte dos mo-

O envolvimento de policiais corruptos com marginais leva moradores de morros a verem os traficantes como os benfeitores e os PMs como infratores

radores de comunidades carentes a inverter os papéis, vendo traficantes como benfeitores e os policiais como os infratores da lei. O editorial do *Jornal do Brasil* de 31 de agosto, dia seguinte à chacina de Vigário Geral, deixa claro o sentimento em relação aos que usam a farda da PM ou o colete da Polícia Civil: "A última coisa que um cidadão deseja é chamar a polícia, pois sabe que, com ela, chega também a insegurança."

O descrédito na autoridade e a intransigência diante da violência produzem o apoio de certas camadas a medidas extremas, que dificilmente conseguiriam conter a criminalidade, como a pena de morte e a transferência para o Exército da responsabilidade de combate aos criminosos. Estatísticas de estados norte-americanos cujas legislações permitem a pena capital demonstram que os índices de criminalidade não foram reduzidos após a instituição da condenação à morte.

A participação de militares é rejeitada dentro das Forças Armadas. O vice-almirante Armando Amorim Vidigal, ex-chefe do Estado-Maior da Esquadra, afirma que os militares têm formação específica, oposta à dos policiais e investigadores. "O militar é treinado para eliminar o inimigo em caso de confronto. Já o policial é orientado para investigar, descobrir e prender os suspeitos."

As causas da explosão de violência que abala muitos países são as condições subumanas de vida a que é submetida a maioria da população do Terceiro Mundo e, no caso das nações desenvolvidas, a redução da qualidade de vida provocada pela recessão mundial e o aumento da imigração. Na Flórida, tida como paraíso turístico por muitos brasileiros, dez estrangeiros foram assassinados nos últimos 12 meses.

São as péssimas condições de vida e os maus-tratos que levam o menor a viver na rua e a cair na criminalidade.

Por isso, é necessário acabar com os dois tipos de violência: a que decorre do modelo econômico - exercida de cima para baixo, excluindo a maioria da população - e a que se exerce de baixo para cima, com o tráfico de drogas como o seu motor mais evidente, pelo menos no eixo Rio-São Paulo.

Depoimentos

Nilo Batista – *Vice-governador e secretário de Justiça e de Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro*

“Neste momento, o que se vê no Rio é uma junção de interesses. Uma chacinha como essa não esconde só o irracionalismo da vingança de fundo mafioso, da brutalidade sem limites. Ela reafirma o princípio da morte. Tem um significado político de desprezo e desafio às diretrizes da administração do estado. Tanto que é difícil desacreditar que ela esteja desarticulada. Ela desafia uma administração que procura trabalhar o que são as instituições policiais no estado de direito democrático.”



dos Direitos da Pessoa Humana. As lideranças do governo na Câmara e no Senado devem urgentemente buscar os remédios legislativos para essa crise do Estado.”

Alba Zaluar – *Antropóloga, professora de Antropologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade de Campinas (Unicamp)*

“A violência policial existente no Rio e em São Paulo tem origens distintas. Em São Paulo, a conduta violenta dos policiais é reflexo da política de atuação da instituição, em que o comandante da PM manda a tropa invadir o presídio do Carandiru e o capitão ordena que os policiais atirem nos presos. Os policiais paulistas obedecem aos superiores.

No Rio de Janeiro, ocorre o contrário. Os policiais desobedecem à orientação do comando. A violência policial no Rio é ilegal. Os delitos são cometidos por quadrilhas instaladas dentro da corporação, que ganham dinheiro extorquindo bandidos e traficantes.



“A violência policial no Rio e em São Paulo tem origens distintas. Os policiais paulistas obedecem aos seus superiores; no Rio, a violência é ilegal. São quadrilhas instaladas dentro da corporação”

Paulo Sérgio Pinheiro – *Cientista político, diretor do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP)*

“A sociedade brasileira caminha para a sua fascistização, na alegre companhia da Alemanha, Áustria e Holanda. Os casos registrados em São Paulo, Rio de Janeiro, Alagoas e Brasília mostram que a militarização do policiamento ostensivo, com justiça corporativa própria, com serviços secretos e pedagogia da tortura em treinamento são incompatíveis com a democracia.

O que o governo federal deve fazer urgentemente é assumir suas responsabilidades perante a nação. Há projetos de lei no Senado Federal eliminando essa excrescência de justiça corporativa para crimes civis; projetos sobre desmilitarização das polícias; propostas sobre definição de crimes contra os direitos civis no Conselho de Defesa

tes. Isso acaba provocando um círculo vicioso de aumento da violência: o bandido vai roubar mais para pagar as propinas exigidas pelos policiais.

Para reduzir o problema, é necessária a reforma do Código de Processo Penal, com a criação dos juizados de instrução, onde o juiz comandaria as investigações. Isso retiraria poderes dos policiais. Hoje, são eles que decidem quem será processado. Outra medida seria a limpeza dos quadros das polícias, retirando da corporação os maus policiais civis e militares que provocam na população a identificação negativa da instituição Polícia.”

José Louzeiro – *Jornalista e escritor*

“A Polícia Militar deveria ser extinta em todos os estados do Brasil. O problema está na estrutura da PM. Os policiais são treinados por militares que, na maioria, participaram do regime militar. Os vídeos apresentados na televisão sobre os treinamentos em Brasília e Porto Alegre mostram os métodos usados. Em São Paulo, um policial morreu após ser obrigado a atravessar um túnel cheio de gás lacrimogêneo e repleto de lama.

A formação do policial militar deveria ser completamente diferente, baseada no estudo de ciências humanas e não nos tiros. Não se apaga o fogo com gasolina. Ou seja, não se combate um bandido que está disposto a tudo com um policial também com essa disposição. Não há o contraponto. Acaba virando o faroeste que nós estamos presenciando. No Rio, o fenômeno é mais evidente porque a imprensa está em cima, fazendo uma cobertura intensa, mas o problema das PMs existe no país inteiro. Em Belém, São Luís e outras cidades, a situação também é grave. Também sou favorável à extinção da Justiça Militar. O comportamento do mau policial é incentivado pela impunidade.”



Massacre impune

Folha da Tarde



Marcelo Monteiro

O governo do estado de São Paulo promoveu em maio três oficiais da Polícia Militar que participaram da invasão da Casa de Detenção, onde 111 presos foram mortos em 2 de outubro do ano passado. As promoções foram publicadas duas semanas após a divulgação do relatório da Anistia Internacional sobre o massacre, que responsabilizou indiretamente o governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, e o então secretário de Segurança Pública, Pedro Franco de Campos, por "terem abdicado de suas responsabilidades ao conferirem à PM o controle total do presídio".

Cada um dos oficiais promovidos foi denunciado 86 vezes pelo Ministério Público de São Paulo. Rail Mendonça era comandante do Grupamento de Polícia de Operações Especiais. Sílvio Dias liderou o efetivo das Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas. E o agora major Carlos Lourenço participou do 3º Batalhão de Choque, responsável pela cavalaria e pelos cães adestrados.

A Anistia Internacional concluiu que os 350 PMs que participaram da invasão à Casa de Detenção "assassinaram detentos a sangue frio", quando a maioria já se rendera. A entidade define a ação da PM como "deliberada". O relatório, intitulado *Chegou a morte*,

Relatórios apontam ação intencional da Polícia Militar paulista na morte de 111 presos no Carandiru. Um ano depois, os culpados ainda não receberam punição. Policiais envolvidos foram até mesmo promovidos

foi elaborado por dois delegados da entidade, que estiveram na Casa de Detenção dez dias após o massacre. O título é a frase que presidiários garantem ter ouvido no momento da invasão do pavilhão 9 pela polícia.

O organismo internacional procura comprovar a ação intencional da polícia lembrando que as tentativas de acordo entre a direção do presídio e os internos foram impedidas pelo comando policial. Antônio Filardi Luiz, assessor de assuntos penitenciários da Secretaria de Segurança Pública, afirmou que o diretor do pre-

sídio, Ismael Pedrosa, quase foi pisoteado por policiais que iniciavam a invasão quando, usando um megafone, tentava negociar com os presos.

A entidade cita também as conclusões dos laudos realizados pelos institutos Médico Legal e de Criminalística de São Paulo. Segundo o estudo do IML, dos 515 tiros disparados, 126 atingiram a cabeça dos detentos, 116 a face anterior do tórax e 176 foram disparados pelas costas. O Instituto de Criminalística concluiu que nenhum tiro foi disparado de dentro das ce-

las. Os legistas do IML revelaram também que dos 108 feridos, 73 tinham lesões provocadas por espancamento e cinco deles ferimentos a bala. Os médicos do IML só puderam examinar os feridos dez dias após o conflito.

A Anistia denuncia também a execução de detentos feridos dentro de carros da PM durante o trajeto para os hospitais. Antônio Filardi revelou que os oito primeiros presos encaminhados ao Pronto-Socorro de Santana deixaram a Casa de Detenção com ferimentos que, na opinião do assessor, não representariam risco de vida. Todos os oito detentos morreram, sendo que alguns já chegaram ao hospital sem vida.

O assessor de assuntos penitenciários disse que procurou garantir o acompanhamento dos feridos por funcionários do complexo penitenciário até o hospital, mas foi impedido pelos policiais, que chegaram a encostar o cano de uma metralhadora em seu peito.

Vários presos prestaram depoimento garantindo que transportaram corpos de companheiros que tinham visto momentos antes vivos e rendidos no pátio. Há denúncias de que presos foram mortos após carregarem corpos a mando de policiais.

O atendimento médico prestado aos feridos também recebeu críticas da Anistia Internacional. O detento Luiz Carlos dos Santos Silva recebeu cinco tiros durante o massacre e foi transfe-

“Chegou a morte”, gritaram os policiais no momento em que invadiam o pavilhão 9 da Casa de Detenção

rido na noite do dia 2 para o hospital de Mandaqui. Lá, Silva teria ficado numa cama improvisada durante 24 horas sem receber atendimento médico. O detento foi levado de volta ao presídio ainda com as cinco balas no corpo. Os representantes da Anistia ouviram de médicos da Casa de Detenção que era normal não se remover “projéteis não-graves” do corpo de um detento baleado.

O comportamento da Polícia Militar de São Paulo na Casa de Detenção também foi criticado pela Comissão do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, ligado ao Ministério da Justiça. O relatório da comissão foi elaborado pelo ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcello Lavenère, e pelo membro da Comissão de Direitos Humanos da regional paulista da OAB, João Benedito de Azevedo Marques. O parecer foi transformado no livro *História de um massacre – Casa de Detenção de São Paulo*.

Na área cível, a comissão responsabiliza o governo do estado de São Paulo, que deveria zelar pela segurança de presos que estavam sob sua custódia; na área penal, os comandantes da operação foram responsabilizados. Segundo o documento da comissão, “houve uma ação sem planejamento adequado, sem coordenação, criminosa, violenta e irresponsável”.

Lavenère e Azevedo Marques denunciam o roubo de objetos pessoais dos presos por policiais, retenção de informações à imprensa e aos familiares dos detentos, tentativa de prejudicar a perícia, com a remoção de cadáveres e dos cartuchos deflagrados, além da apresentação de 13 armas de fogo, que supostamente teriam sido usadas pelos presos.

Para os autores do relatório, as armas foram “plantadas” pelos policiais, porque a perícia comprovou que não ocorreram tiros de dentro das celas.

A violência como norma – Segundo a Comissão do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, o massacre na Casa de Detenção foi uma consequência “natural da política de violência” praticada pela Polícia Mili-

tar de São Paulo. As mortes de civis por policiais cresceram 400% em São Paulo nos últimos quatro anos: de 294 mortos em 1988 para 1.470 no ano passado, incluindo os 111 presos mortos na Casa de Detenção. No ano de 1992, a PM matou em média uma pessoa a cada seis horas.

O livro *História de um massacre* compara o número de civis mortos pelas polícias dos estados de São Paulo e Nova Iorque. Dados do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo informam que neste estado, em 1991, 1.140 civis foram mortos pela PM, enquanto 27 morreram em confronto com a polícia de Nova Iorque. Naquele mesmo ano, as mortes causadas pela Polícia Militar representaram 25% do total de homicídios ocorridos na Grande São Paulo.

O alto índice de mortes de marginais ou de suspeitos foi denunciado também pela Human Rights Watch, uma das principais entidades internacionais de defesa dos direitos humanos. O relatório *Violência policial urbana no Brasil* afirma que a taxa de mortes provocadas pela PM paulista não é resultado de desvio de conduta individual de policiais e sim consequência de uma “filosofia” de ação do comando da polícia.

O documento reproduz a declaração de um oficial da PM de São Paulo à comissão da entidade. Segundo o oficial, comandantes da corporação defendem junto aos subordinados o extermínio, enquanto “a Rota e unidades tático-móveis de cada batalhão competem para ver quem mata mais”. O policial revela também que oficiais superiores algumas vezes “entram em conflito com policiais que se opõem ao extermínio”.

Por outro lado, a entidade aponta em seu documento a redução do número de mortes de civis em confronto com policiais após a demissão de Pedro Franco de Campos do cargo de Secretário de Segurança Pública e a entrada

de Michel Temer. Campos deixou o posto poucos dias depois do massacre do Carandiru. De janeiro a abril deste ano, 172 civis morreram em confronto com a polícia militar paulista (um a cada 17 horas).

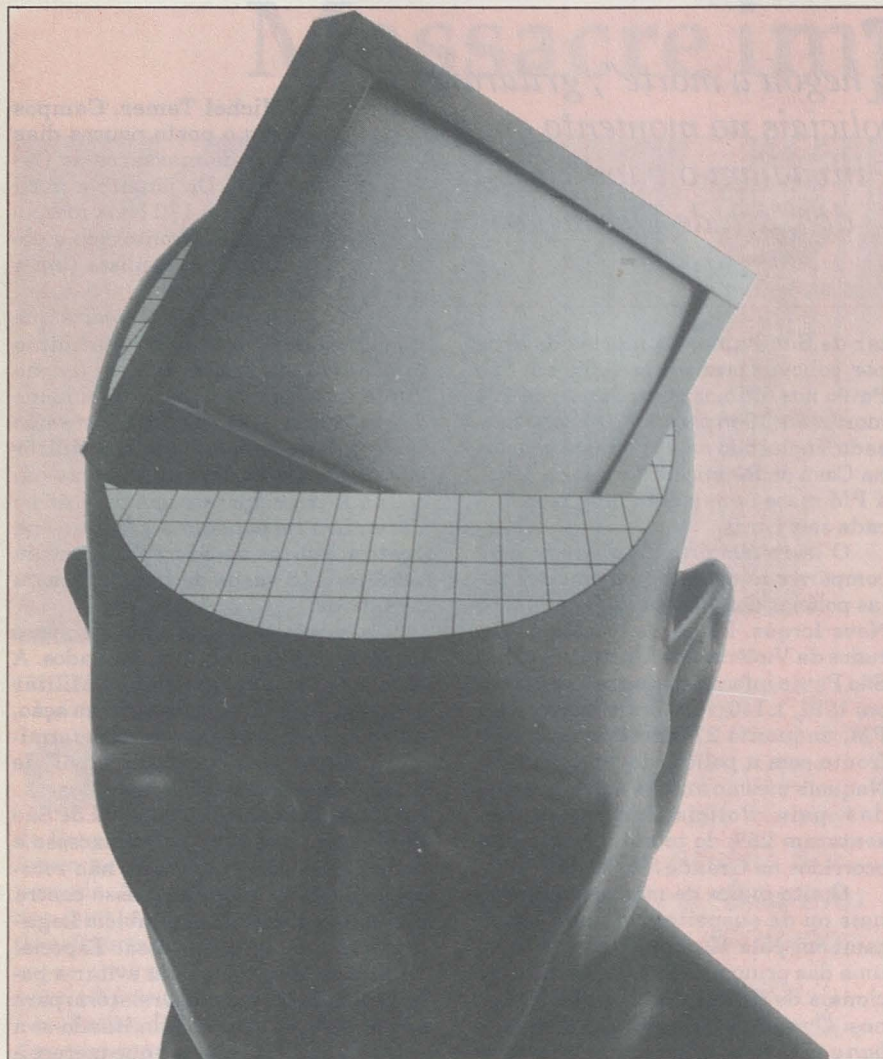
A entidade acredita que a política deliberada de extermínio praticada pela Polícia Militar de São Paulo é estimulada pela impunidade dos soldados, que normalmente não são condenados pela Justiça Militar por possíveis excessos. Quatorze oficiais que participaram da operação no Carandiru respondem a processos na Justiça Militar de São Paulo por um total de 148 casos de homicídios ou tentativas.

Os inquéritos já concluídos sobre o massacre não puniram os culpados. A apuração da própria Polícia Militar concluiu que houve “excessos” na ação, mas conclui que é “impossível determinar a responsabilidade individual” de policiais pelas mortes de detentos.

O inquérito da Polícia Civil de São Paulo concluiu que “houve excesso e abuso de autoridade”, mas não recomendou abertura de processo contra um único policial. A Assembleia Legislativa formou uma Comissão Especial de Inquérito que preferiu evitar a palavra “massacre” em seu relatório para se referir à ação da PM, limitando-se a considerá-la “um excesso que merece a nossa crítica e o nosso desejo de que não se repita”. O relatório não atribuiu responsabilidades.

O processo que pode apontar e punir os culpados é o instaurado no Primeiro Tribunal Militar de São Paulo. O promotor Luiz Roque Lombardo Barbosa acusou 120 policiais militares que participaram da invasão ao presídio por crimes militares de “homicídio, tentativa de homicídio e graves lesões corporais”.

Para evitar novos casos de mortes em massa de presos, os delegados da Anistia Internacional propõem em seu relatório a transferência do julgamento de processos de crimes comuns – cometidos por policiais militares – da Justiça Militar para a Justiça Comum. Segundo João Benedito de Azevedo Marques, o Brasil é o único país em que militares julgam militares por crimes comuns. ■



Um basta às velhas concessões

São 212 estações de rádio e televisão com a concessão vencida, funcionando irregularmente. Na hora de renovar a permissão para elas, muito interesses estão em jogo

Márcia Cezimbra e Carlos Lopes

O Congresso Nacional deve votar, ainda em outubro, a renovação das concessões de canais de TV, entre os quais as do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), da Rede Bandeirantes e da Rede Globo, além das emissoras de rádio Globo FM e Jornal do Brasil FM, ambas com sede no Rio de Janeiro.

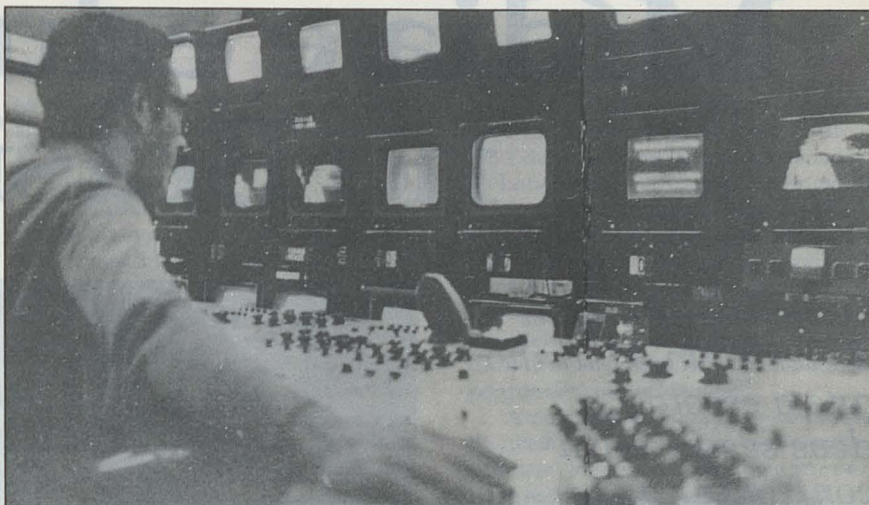
Ao todo são 212 estações de rádio e televisão com a concessão vencida, ou seja, funcionando irregularmente, fato que pode ser atribuído em grande parte ao governo Collor. O ex-presidente passou dois anos sem enviar ao Congresso os pedidos de renovação, como determina a Constituição.

Concessão é uma licença dada pelo Estado para que um cidadão brasileiro possa emitir ondas de rádio (por dez anos) ou sinais de TV (15 anos). Até a promulgação da Constituição, em outubro de 1988, a concessão de uma rádio ou de uma estação de TV era de responsabilidade exclusiva do presidente da República.

Pela nova legislação, o pedido de concessão ou de renovação de licença deve ser encaminhado ao órgão setorial do governo (o Ministério das Comunicações), segue para o presidente da República e é enviado ao Congresso em forma de mensagem. A permissão ou veto depende de no mínimo dois quintos dos congressistas (290 parlamentares), em votação nominal.

Um exemplo remoto do que poderia significar esta nova situação: a Rede Globo, que tem as concessões para as suas cinco emissoras (Rio, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Brasília) vencidas, poderia perder toda a sua rede se o Congresso Nacional não aprovasse a renovação, sob suposta alegação de exercício de uma ética perversa, devastadora da vida social.

Esta mudança, porém, parece pouco provável, embora o deputado federal Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que participa na Câmara da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, acredite que o assunto venha a ser amplamente debatido. Mas seria preciso também que milhões de brasileiros juntassem forças para enfrentar, depois da inflação, da corrup-



O poder da mídia faz com que o político ambicione ter o controle sobre ela

ção, do desemprego, da violência e da apatia geral, o poder do lobby dos empresários de comunicação no Brasil. O "monstro" parece quase invencível.

Um relatório de 1990 do Departamento de Informação e de Assessoria Parlamentar (Diap) do Congresso Nacional identificava 20% dos 503 congressistas como donos ou da família de donos de veículos de comunicação de massa.

O Comitê Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação, uma reunião de 4 mil entidades e partidos políticos que trabalha duramente desde a votação da Constituição, elabora há um ano um relatório sobre os políticos que venceram as eleições com apoio de redes de TV e de rádio. O exemplo mais gritante está ainda bem nítido na memória de todos: o ex-presidente Fernando Collor e os privilégios exclusivos que conseguiu na Rede Globo às vésperas do segundo turno da eleição presidencial.

"Nós vamos fazer o rastreamento dos donos destes veículos e suas ligações com veículos de outros estados, com políticos eleitos e com possíveis testas-de-ferro. O que nos dão são apenas os nomes dos acionistas de uma estação, mas sabemos que eles às vezes são apenas representantes legais de políticos que não podem aparecer", comenta Beth Costa, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio e representante da entidade no comitê.

A "festa" das concessões é tão escandalosa que praticamente já não há mais bolo a repartir. O Plano de Administração de Freqüências do Brasil comporta apenas 319 emissoras, das quais 247 foram concedidas. As regiões mais importantes estão saturadas.

O governo José Sarney levou a política do "é dando que se recebe" ao clímax. De 1985 a 1988 foram outorgadas 1.028 concessões, das quais 89 de TV, sendo deixadas em tramitação outras 280. Em troca da aprovação pelos constituintes do mandato de cinco anos para presidente da República, foram distribuídas 586 concessões, sendo 42 de TV.

"Já na época da Constituinte os políticos nos avisavam que o lobby da comunicação era muito mais forte do que o dos latifundiários contra a reforma agrária", comenta Beth Costa. No en-

tanto, houve vitórias consideráveis, entre elas a da participação do Congresso Nacional no processo de concessões, a da determinação da regionalização da produção cultural, artística e jornalística, com estímulo a produções independentes, e as garantias de liberdade de expressão.

Mas muita coisa ainda não saiu do papel. O Comitê pela Democratização dos Meios de Comunicação conseguiu, por exemplo, aprovar a criação de um Conselho Nacional de Comunicação. A idéia inicial era de que este conselho tivesse poderes deliberativos. O conselho, no entanto, é apenas consultivo. E apesar de ter o prazo de sua formação vencido há mais de um ano, o Congres-

so Nacional ainda não conseguiu aprovar o nome desses representantes, hoje em tramitação no Senado.

"Nós fizemos uma reunião gigantesca em janeiro de 1992, com representantes de cerca de 4 mil entidades de todo o país, e mandamos dezenas de nomes para aprovação no Congresso. Eles tinham que instituir o conselho em 40 dias, mas nada aconteceu até hoje. Há toda esta discussão sobre ética na TV e o conselho está de fora, porque o Congresso Nacional simplesmente não aprova os nomes dos conselheiros", denuncia Beth Formaggine, representante do Instituto de Ecologia no Comitê.

Todas essas vitórias da Constituição também precisam ser regulamentadas. A regionalização da produção já está determinada, mas não pode vigorar antes de ser regulamentada. "Nós só vamos conseguir passar isso por acordo de liderança. Se for no voto a voto, ninguém vai aprovar nada jamais", avalia a jornalista Beth Costa.

Apesar de tantas portas fechadas, a mobilização pela transformação desta situação atravessa década por década. Não só através dos artistas que lutam sozinhos ou em grupos pelo seu canal de TV a cabo, como o casal Martha Alencar e Hugo Carvana, ou os atores da Casa da Gávea, no Rio - Paulo Betti, José Wilker, Cristina Pereira e muitos outros, mas de toda a sociedade civil, que se acha na saudável condição não só de receber imagens, mas de criá-las, a partir de seus valores e desejos, estes bem distintos da sede de poder dos donos de redes de TV. ■

Com a nova
Constituição, é preciso
uma consulta
ao Congresso, que pode
vetar a concessão
de rádios e TVs com
dois quintos de
seus elementos
em votação nominal

Mídia e educação no Brasil

Descobrir a magia de ler é um caminho que a escola deve seguir para confrontar a ideologia de massa imposta pelos meios de comunicação

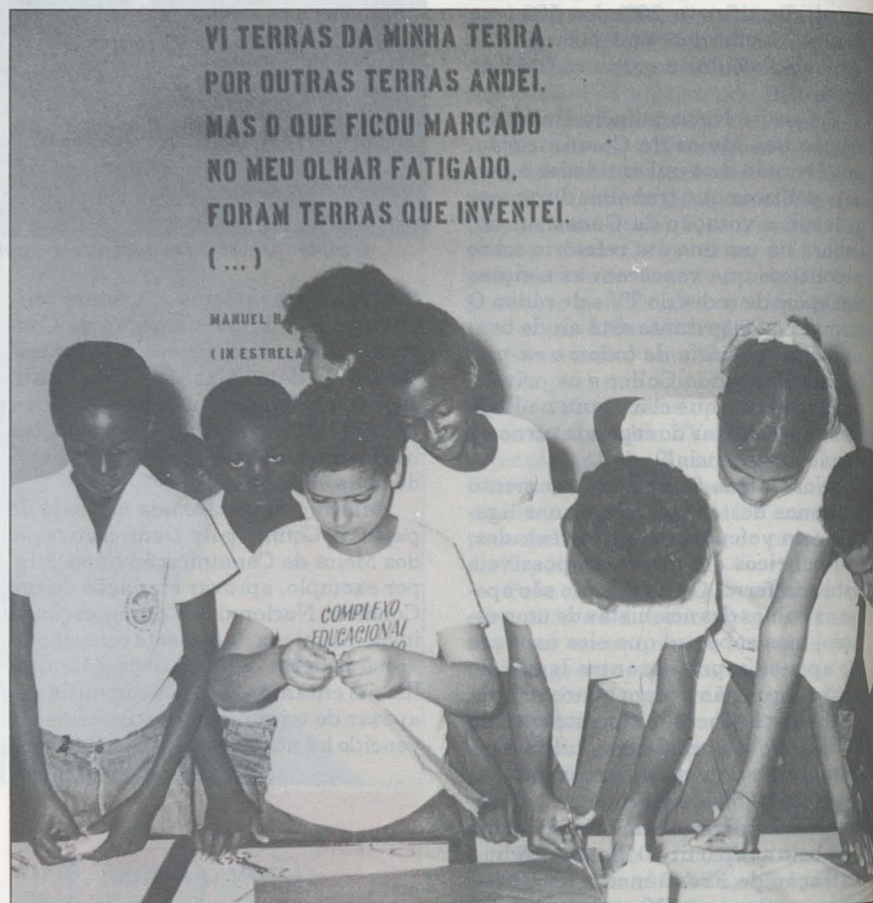
Sandra Almada

A escola brasileira se confronta cotidianamente com uma adversária de peso – a televisão. A sedução de crianças e jovens brasileiros pela telinha se dá na mesma proporção da desmotivação gerada pelas aulas mais tradicionais.

E na escola também que se percebe o quanto a manipulação das imagens televisivas e seu recebimento acrítico, pelo público, podem ser danosos.

Mas quais são os conflitos entre mídia e educação no Brasil? Se TV e escola são realmente adversárias, quais as repercussões desta briga?

O interesse pelo tema levou **cadernos do terceiro mundo** a abrir o debate entre intelectuais de diferentes áreas. O caminho teve como ponto de partida o Fórum Leitura e Prazer, realizado em maio deste ano na Aldeia de Arcozelo, no município de Paty do Alferes, estado do Rio de Janeiro. Neste Fórum – uma conjugação de seminários e workshops – organizado pela Fundação Biblioteca Nacional e pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, ficou clara a premência de se formular uma política nacional de leitura, para que a escola possa confrontar a ideologia de massa veiculada através dos meios de comunicação que padronizam compor-



tamentos e desejos e contribuem para deformações sociais.

Um monstro sagrado – Entre 1951 e 1952, quando os primeiros sinais elétricos da televisão eram captados e transformados em imagem num número reduzidíssimo de lares brasileiros, éramos um país com cerca de 52 milhões de habitantes, dos quais a metade encontra-se alijada da alfabetização e escolarização.

“É neste contexto, com grande número de analfabetos e público leitor diminuto, que a mídia se insere no Brasil. E isto é comum ao Terceiro Mundo.

É bem diferente do Primeiro Mundo, onde a TV, ao chegar, encontra uma cultura letrada já sedimentada, em que as pessoas têm hábitos de leitura e as escolas públicas dão conta da sua função. Aqui a TV passa a ser um monstro dominador porque sobre ela não se formou uma visão crítica.” Argumenta Vera Lúcia Foullain, doutora em Literatura e professora do Departamento de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Nos anos 60, uma pesquisa sobre televisão realizada por Clarice Herzog no estado de São Paulo revelava o impacto que causou nos brasileiros a

O le... a cultura

modernização técnica que casava a imagem com o som. "Aquilo lhes parecia um universo estranho, alheio", lembra-se Muniz Sodré, teórico da Comunicação e coordenador do curso de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Este estranhamento entre público e veículo se explicaria porque a realidade da mídia não é de fácil acesso, como pode parecer à primeira vista. A compreensão das imagens pressupõe a alfabetização. Portanto, continua Moniz Sodré, "a oralidade primária das relações cara a cara e a oralidade desencadeada depois pelos meios de comunicação não são a mesma coisa. Embora o sujeito se deixe fascinar pelas imagens que são pontualmente fáceis, elas não têm nenhuma seqüencialidade lógica que favoreça a compreensão de temas mais complexos. No Brasil a TV não esclarece em nada a consciência e esta orgia midiática, esta orgia colorida das imagens, se dá em cima de uma falha estrutural, uma falha da letra", dispara Muniz Sodré.

No elenco de críticas negativas que o teórico dirige à TV não se excluem nem mesmo os programas educativos. Segundo Sodré, esta programação "pretensamente educativa acena com uma escolarização rápida e fácil. E isto não existe. A escolarização séria exige investimento em material na formação de professores. Investimentos caros que não são de retorno imediato mas são de retorno seguro, porque é na escola que

se prepara a mão-de-obra qualificada. É ela o único caminho viável para o salto industrial que o país quer dar".

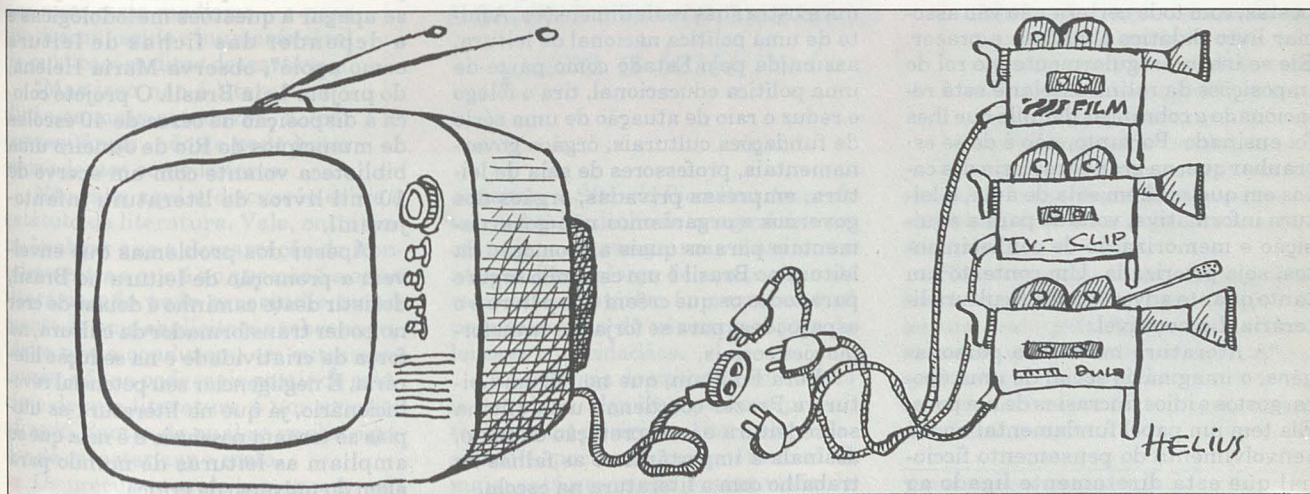
Sonho e tormento – Se formulássemos um equação com os valores que a TV e a escola representam para o cidadão brasileiro comum, de um lado a mídia exibiria seus índices de sucesso, assegurado pela fórmula que soma entretenimento, informação, propaganda, persuasão e sedução. É certo que ela vem ganhando, nos últimos tempos, alguns arranhões na sua imagem. Mas as críticas se limitam a apontar algum deslize acidental no seu bloco de programações ou excessos na veiculação de cenas violentas ou de erotismo por demais explícito. Questões mais complexas como a democratização dos meios de comunicação ou a concessão de canais de TV pelo estado (*ver página 16*) são ocasionalmente relevantes, sobretudo durante períodos eleitorais. No mais, a TV brasileira, para este cidadão, vai bem, obrigada.

A escola pública por sua vez, com a responsabilidade de assegurar um dos princípios básicos da cidadania, a educação – que numa sociedade dividida em classes é fundamental para oferecer aos cidadãos oportunidades de mobilidade social – é vítima de acusações mais graves. Em crise permanente, não vem cumprindo seu papel e figura há tempos na pauta dos graves problemas cotidianos. A evasão escolar altíssima denuncia a tensão entre escola e sociedade.

Uma relação ambígua – Segundo a professora Nilda Teves, doutora em Educação Brasileira e coordenadora do Laboratório de Educação e Imaginário Social da Faculdade de Educação da UFRJ, "a mídia penetra em lugares onde o livro não entra, porque a energia elétrica é ainda mais barata que o livro. Portanto, o povo cada vez lê menos e vê mais televisão. Primeiro porque não tem dinheiro para adquirir livro; segundo porque desabituou-se a ler".

A despeito de toda essa facilidade de acesso à informação que a mídia propicia, há muita resistência por parte de especialistas em educação em reconhecer nisto uma intenção de natureza educativa. Segundo a professora, a notícia do telejornal muitas vezes é apresentada como uma sucessão de cenas que mudam o sentido da história. Mas como o povo está acostumado a ver e não ler, tendo desenvolvido a prática da contemplação, não consegue refletir sobre aquilo que viu. Na veiculação das imagens da guerra do Iraque, por exemplo, o telejornal oferecia a possibilidade de ser tocado visualmente pela força do conflito mas, ao mesmo tempo, apresentava-o, covardemente, como um espetáculo pirotécnico feito de bombas verdes. Um espetáculo televisivo que ocultava, propositalmente, as imagens de morte e destruição, para não informar sobre as implicações da guerra.

"O professor de História que levar gravadas em vídeo as cenas do bombardeio do Iraque, certamente dará



uma aula maravilhosa se trabalhar com os recortes do discurso imagético. O que ele precisa comentar são os silêncios do filme, mostrando aquilo que o filme ocultou. Com isto estará revelando a ideologia do discurso produzido pela imagem, trabalhando dialeticamente com a mídia, produzindo o intratexto do que foi visto", conclui.

Do outro lado do 'front' – O que pode contrapor-se a uma fábrica de encantamentos que joga com desejos e fantasias da população e com a força do imaginário social de forma tão hábil? Talvez um outro universo, ficcional, habilmente utilizado para romper com esta estrutura do pensar que a mídia acaba por impor pela facilidade que tem de tornar hegemônica a sua leitura do mundo. Para muitos este outro universo é a literatura. Ou melhor, a saída é através da experiência literária oferecida pela escola.

O livro didático é para os professores um guia com o qual costumam estabelecer uma relação de estreita cumplicidade com uma boa dose de dependência. Sem tocarmos no mérito da sua eficácia como recurso pedagógico, ele é, no mínimo, o lugar onde estão sistematizados os conteúdos dos programas de ensino, exercícios e sugestões de atividades para os planos de aula.

Se indagamos sobre o que pensam destes livros as crianças brasileiras, por maior que seja a variedade de respostas, com toda certeza não vão associar livro didático a cultura e prazer. Ele se insere, regularmente, no rol de imposições da rotina escolar e está relacionado a cobranças daquilo que lhes foi ensinado. Portanto, não é de se estranhar que, na grande maioria dos casos em que se lê em sala de aula, a leitura informativa, voltada para a aquisição e memorização de conhecimentos, seja priorizada. Um contexto um tanto quanto adverso para a cultura literária. Lamentável.

"A literatura me revela personagens, o imaginário social de uma época, gostos e idiosincrasias de um povo. Ela tem um papel fundamental no desenvolvimento do pensamento ficcional que está diretamente ligado ao



*A escola pública tem a
responsabilidade de
assegurar os princípios
básicos da cidadania*

pensamento criador da ciência, das artes. A criança que não é capaz de fazer vãos no eu imaginário se atrofia. E a escola não pode privar o aluno do acesso ao livro de ficção porque isto implica privá-la de uma dimensão do conhecimento que lhe permite avançar no processo de imaginação. Esta iniciação ao livro, no entanto, não pode ser imposta, tem que se dar pela via da sedução", explica Nilda Teves.

As dificuldades da escola pública servem para explicar a falta de convívio sistemático da criança com a literatura. A preocupação extremada em munir o aluno dos conhecimentos ditos importantes e a carência de bibliotecas públicas e escolares com um bom acervo são exemplos dos mais citados. Mas é fora do âmbito da escola que o problema mostra suas reais dimensões. A falta de uma política nacional de leitura, assumida pelo Estado como parte de uma política educacional, tira o fôlego e reduz o raio de atuação de uma série de fundações culturais, órgãos governamentais, professores de sala de leitura, empresas privadas, órgãos dos governos e organismos não-governamentais para os quais a promoção da leitura no Brasil é um caminho seguro para todos os que crêem que o livro é o espaço ideal para se forjar as transformações sociais.

Vera Foullain, que no Fórum Leitura e Prazer coordenou uma oficina sobre leitura e interpretação de texto, assinala a importância e as falhas no trabalho com a literatura na escola.

"Na verdade o texto literário tira a criança do mundo para depois devolvê-la a ele mais enriquecida, mais capaz de entendê-lo. Então o que o professor deve trabalhar, principalmente nos primeiros níveis, é a ligação do texto com o mundo. Quem lê histórias para crianças nota que elas ficam seduzidas pela narrativa. Mas não se pode matar este fascínio com uma postura antiprazerosa diante da leitura. Quando o professor impõe a sua interpretação do texto e castra a leitura do aluno, quando aplica técnicas formais de interpretação, pedindo para o aluno identificar protagonistas e antagonistas, sem permitir antes a fruição do texto, são procedimentos considerados muito pouco prazerosos."

Quem trabalha com literatura infantil-juvenil em sala de aula conhece de perto as deformações da prática pedagógica tradicional no trato da questão. As fichas de leitura com as quais as editoras costumam munir o professor para auxiliar na abordagem dos textos literários com os alunos são indícios de problemas mais graves do que aparentam.

"Quando se pergunta ao professor o que gosta de ler ele se atrapalha, porque imagina que se espera dele uma resposta correta. Alguns assumem que gostam de ler gibi e jornal. Na sala de aula, quando se sentem fragilizados pela falta de repertório, começam a se apegar a questões metodológicas e a depender das fichas de leitura como apoio", observa Maria Helena do projeto Leia Brasil. O projeto coloca à disposição de cerca de 40 escolas de municípios do Rio de Janeiro uma biblioteca volante com um acervo de 10 mil livros de literatura infantil-juvenil.

Apesar dos problemas que envolvem a promoção de leitura no Brasil, desistir deste caminho é deixar de crer no poder transformador da cultura, na força da criatividade e na sedução literária. É negligenciar seu potencial revolucionário, já que na literatura as utopias se tornam possíveis e é nela que se ampliam as leituras do mundo para além do universo da crítica.

O leitor na cultura de massas

Luiz Antonio Aguiar*

Já vem de longe o hábito de responsabilizar a população pela carência de leitores e de leitura no Brasil. Nessa perspectiva, lê-se pouco por vícios de formação, por ignorância, por força do analfabetismo. Isso quando não se resvala em assertivas preconceituosas, que jogam a culpa sobre nossas raízes históricas e étnicas, alegando a irreversibilidade do que consideram um prejuízo congênito.

Sem dúvida, faltam oportunidades e recursos culturais no país. No entanto, tal abordagem perde fôlego diante de demonstrações de vigor e mesmo de expansão do mercado literário. A episódica aceleração do consumo de livros, no ano de 1986, com o Plano Cruzado, quando mudanças nas regras da economia amorteceram temporariamente os efeitos da recessão, já seria o bastante para levantar a suspeita de que há um público leitor reprimido.

Esse mesmo país, onde não se lê, comporta hoje um público vasto e variado para a literatura infanto-juvenil, para os romances esotéricos – mesmo que embalados num certo modismo – e para um desconhecido e inumerável rol de publicações ditas descartáveis.

“Mas isso não é literatura!”, dirão os mais ortodoxos. E, por consequência, não se pode listar seus adeptos como leitores.

Não cabe aqui a discussão sobre o estatuto da literatura. Vale, entretanto, lembrar que a demarcação de fronteiras entre o que é e o que não é a coisa literária não pode prescindir atualmente de uma explicitação sobre os critérios que a conduzem; em outras palavras, não se pode mais partir do princípio de que literatura é um conceito afixado, dentro do qual se ganha o poder de caracterizar o resto.

Os precursores do romance brasi-

leiro que, proporcionalmente, contavam com um público mais robusto do que o de hoje, não se furtaram à tarefa de cativar leitores para seus trabalhos. Vamos ver então Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar disputando espaço com os folhetins franceses traduzidos e, mais tarde, Machado de Assis, recobrando as muitas significações de seus romances, com apelos ao gosto dos mais adocicados aficionados de obras românticas.

Monteiro Lobato compreendeu isso

Existe apenas carência de leitura no Brasil, ou também uma demanda não-atendida de profissionais de literatura que se disponham ao diálogo com aqueles que podem ser seduzidos para a leitura?

ao tornar o *Sítio do Pica-Pau Amarelo* um radical cadinho de imaginários nacionais e estrangeiros, clássicos e atuais. Seu esforço de composição de cativantes histórias foi o responsável pela formação de várias gerações de leitores e de cidadãos.

A tendência de exigir do leitor uma investitura, algo litúrgica, aos preceitos restritos do circuito literário profissional é, portanto, circunstancial. E mais: está associada a uma visão de

vanguarda, no caso, estética, que desconsidera o leitor – e, por extensão óbvia, o público – como pólo de recepção ativa da comunicação literária.

Passamos pelas diversas, lentas e inéditas mudanças históricas que hoje configuram um outro ambiente: o da cultura de massas. Aqui, o autor não é mais encarado como aquele que possui e transmite a revelação da realidade oculta do mundo. E o leitor leigo, para quem a leitura é uma instância como outras do seu cotidiano, é o tipo característico. Tentar trazê-lo para a austera capitania do “belo”, ainda mais privado da autoridade para determinar que lugar é esse, simplesmente não funciona.

Na cultura de massas, a leitura concorre com a hipertrofia da mídia eletrônica, ainda mais no Brasil, onde existe um maciço monopólio da comunicação. Enraíza-se no cotidiano, utiliza-se dele como referência e plataforma para vãos imaginários.

E o leitor tem seus gostos de leitura ditados por parâmetros imunes à teoria e crítica literárias tradicionais. A escolha de um livro para ler – e o prazer que afere da leitura – não passa pela confrontação com as obras de excelência reconhecidas pelo circuito profissional. Não tem ordenação historiográfica, como os manuais de literatura. Não se prende sequer a fronteiras nacionais. A leitura, na cultura de massas, é uma interlocução corrente com o mundo prático (e a visão de mundo) do leitor.

Sim, temos que arcar com prejuízos históricos profundos, para ampliar a leitura neste país. Mas o que se recomenda aqui é certa atenção, para quem elege a democratização da leitura como afirmação ética e pragmática do ofício literário. ■

*Escritor e mestre em literatura brasileira

Teatro: uma arma contra os acidentes

Participando ou assistindo a uma peça teatral, operários da construção civil aprendem que as noções de segurança são importantes no dia-a-dia do trabalhador

Cristina Palmeira



– Cadê o cinto?
– Você já me viu cair daqui alguma vez? Cinto é coisa para velho.

Este diálogo travado entre dois “peões” na peça *O seguro morreu de velho* ilustra bem a situação da segurança nos canteiros de obras. Muitos trabalhadores se negam a acreditar que acidentes podem acontecer com qualquer um, enquanto outros argumentam que os equipamentos são desconfortáveis.

Nesta empreitada pela conscientização vale tudo, desde palestras e cartilhas até encenações, como essa peça promovida pelo Serviço Social da Indústria da Construção do Rio de Janeiro

(Secenci) e o Sindicato da Construção Civil do Rio de Janeiro (Sinduscom).

Encenada no Circo Voador, no Rio de Janeiro, a peça foi assistida por cerca de 120 trabalhadores. *O seguro morreu de velho* reuniu um elenco de seis pessoas, entre atores profissionais e trabalhadores da indústria da construção. Os atores pertencem ao grupo Companhia Instalável Lancinante Ambulante.

Segundo o diretor teatral e ator Jaime Brito, a participação dos operários foi importante pois representou um intercâmbio de experiências. Ele qualificou esta peça como uma montagem de “teatro de abordagem, de vivência.” Afinal, são representadas cenas do dia-a-dia do trabalhador, sua casa, a família e o canteiro de obras.

A atriz Grace Benzaquem conta que

três passagens do texto foram sugeridas pelos artistas-operários, que ganham a vida nos canteiros das obras. Uma das cenas que mais chamou a atenção dos espectadores aconteceu na vida real com o pedreiro da Carioca Engenharia, Paulo Bento Marques.

Recém-chegado do Rio Grande do Norte, Marques foi “seduzido” por uma passageira no trem em que viajava. Ela o convenceu a levá-la em casa, em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. No final do caminho, Marques teve uma grande surpresa: dois homens o assaltaram. Ele relembra do fato e afirma que isto acabou servindo como lição. “Agora eu vou devagar”, diz.

Toda a encenação é “costurada” pela frase-título da peça. Afinal, várias pessoas recebem bilhetes com o mesmo recado: “o seguro morreu de velho”. Mas ninguém consegue decifrar este enigma.

Ao longo da peça, são feitas alusões a acidentes recentes, como a caixa com fogos de artifício que explodiu, acidentalmente, em um ônibus do Rio, provocando a morte de vários passageiros. Outra passagem com um cunho educativo é a que se passa no metrô, onde os usuários são obrigados a respeitar a faixa amarela de segurança.

O mistério dos bilhetes anônimos só é decifrado pela mãe-de-santo Mamãe Grande. Ela tem a função de conselheira, explicando aos trabalhadores que eles devem usar “coco colorido” (capacete na cabeça) e cuidar da saúde, além de lavar as mãos. Há também recados para as donas de casa distraídas, aconselhando-as a não esquecer a panela no fogo.

Severino Gilvan da Silva, que também atuou no espetáculo, admite que esse trabalho despertou sua preocupação com a segurança. Ele disse que a peça procurou retratar a realidade das obras de construção civil. “Tem gente que acha que o capacete esquenta ou o equipamento só faz atrapalhar. Dizem até que o cinto é bobeira”, ilustra Paulo Bento Marques, outro operário que fez parte do elenco.



A Companhia Instalável Lancinante Ambulante mostra o cotidiano do trabalhador

MONTE SUA BIBLIOTECA, INTEIRAMENTE GRÁTIS!

Apresente, todos os meses, pelo menos 3 pessoas para conhecerem "cadernos". Podem ser seus amigos(as), alunos(as), professores(as), colegas de curso ou trabalho. O importante é que sejam pessoas que vão gostar de "ler a nossa diferença".

COMO FUNCIONA E COMO VOCÊ GANHA.

As pessoas indicadas receberão 1 exemplar (de arquivo) da revista. Para cada uma que se tornar assinante você ganha 1 livro de sua escolha, dentre os livros brinde do mês.

BRINDES DO MÊS



INDICAÇÕES:

1- Nome:
 End:
 Bairro:
 Cidade: UF:
 CEP: Tel.:
 Em relação ao remetente o indicado é:
 () amigo(a) () colega de trabalho () professor
 () aluno(a) () colega de curso

2- Nome:
 End:
 Bairro:
 Cidade: UF:
 CEP: Tel.:
 Em relação ao remetente o indicado é:
 () amigo(a) () colega de trabalho () professor
 () aluno(a) () colega de curso

3- Nome:
 End:
 Bairro:
 Cidade: UF:
 CEP: Tel.:
 Em relação ao remetente o indicado é:
 () amigo(a) () colega de trabalho () professor
 () aluno(a) () colega de curso

REMETENTE

Se dentro de até 2 meses algum indicado tornar-se assinante por intermédio de mala direta oriunda desta promoção, desejo como brinde, pela ordem:

Código do brinde

1º (.....) 2º (.....) 3º (.....)

Nome:
 End:
 Bairro:
 Cidade: UF:
 Cep: Tel.:
 Profissão:
 Data: ____/____/____

Sou: leitor de banca
 assinante da revista
 indicado por leitor

Assinatura do remetente

IMPORTANTE:

- No caso de duplicidade de indicados prevalece a primeira. Após o prazo, será considerada como indicação, a do 2º remetente
- Com a finalidade de aumentar a probabilidade de assinatura, o remetente pode mandar mais nomes em relação anexa.

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda.
 Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - CEP: 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
 Depto de assinaturas - fax: (021) 252-8455

Fique do nosso lado

ASSINE

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

PROMOÇÃO
ESPECIAL

Desconto de 20%
para pagamento
à vista



PREÇOS E FORMAS DE PAGAMENTO

TIPOS DE ASSINATURA	À VISTA: (Já com 20% de desconto) cheque nominal e vale postal		A PRAZO pagamento por cheque nominal
	A	B	
1 ANO	CR\$ 3.680,00	1 cheque de CR\$ 4.600,00 para 30 dias	
2 ANOS	CR\$ 7.360,00	2 cheques de CR\$ 4.600,00 para 30/60 dias	

Para pagamento por reembolso postal e cartão os preços são de CR\$ 4.600,00 (1 ano) e CR\$ 9.200,00 (2 anos)

PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO

CADERNOS

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
Profissão: _____

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
Depto. de Assinaturas
PEÇA TAMBÉM PELOS TES (021) 252-7440/232-3372
OU PELO FAX (021) 252-8455
Após a validade cobraremos preços atualizados

MEU PEDIDO DE ASSINATURA

CADERNOS

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____ Tel.: _____
Profissão: _____

Minha opção de assinatura é: (A) (B) (C) (D)

Estou efetuando o pagamento por:

- Cheque(s) nominal(ais) à Editora Terceiro Mundo Ltda.
 Por telefone
 Reembolso Postal
 Vale Postal Ag. Lapa
 De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão

de crédito: _____, que tem validade até _____ / _____ / _____
(nome do cartão)

Nome do titular do Cartão

Nº do Cartão

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

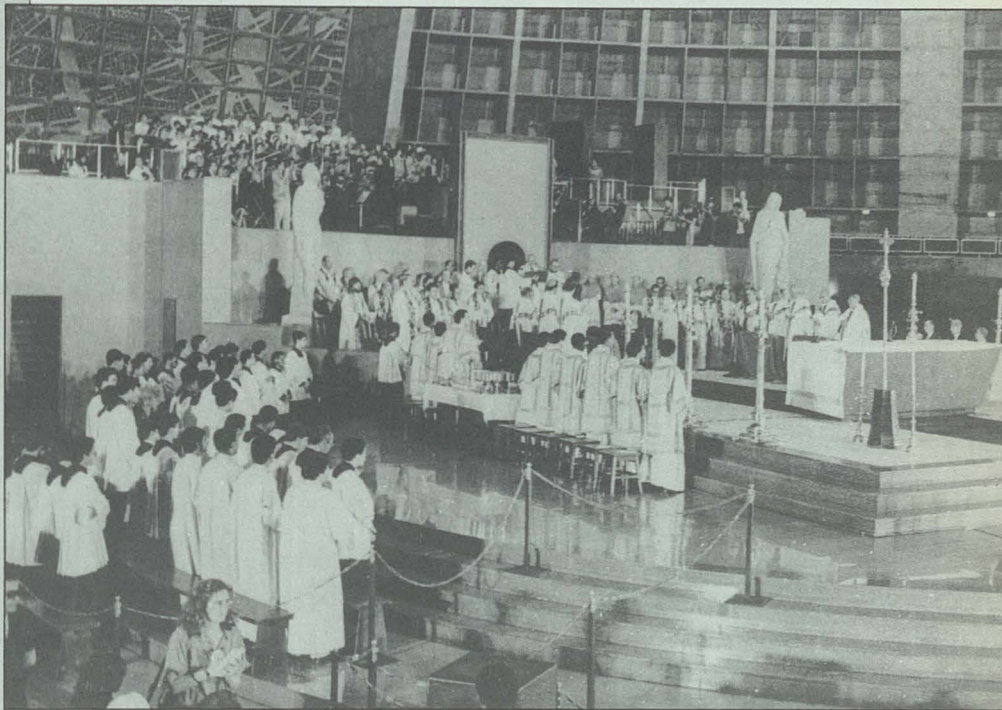
DATA: _____ / _____ / _____

Comprador

PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 05/11/93

CADERNOS

Especiais



SUMÁRIO

2 O MONOPÓLIO DO SAGRADO

3 TEÓLOGOS DA LIBERTAÇÃO E A VOZ DAS INJUSTIÇAS SEM VOZ

4 O CAMINHO DAS PEDRAS

5 LITURGIA EUROPEIA

6 INÍCIO DE NOVOS TEMPOS

7 FORÇA CARISMÁTICA E DIÁLOGO COM A MULHER

8 REAÇÃO NEGRA

9 ESSÊNCIA DA IGREJA E O NOVO CATECISMO

A MARÉ RELIGIOSA 2

A resposta católica

Enquanto os evangélicos avançam, a Igreja Católica realiza uma reflexão sobre seus erros e acertos e traça estratégias de sobrevivência num tempo de profundas mutações

SUPLEMENTO

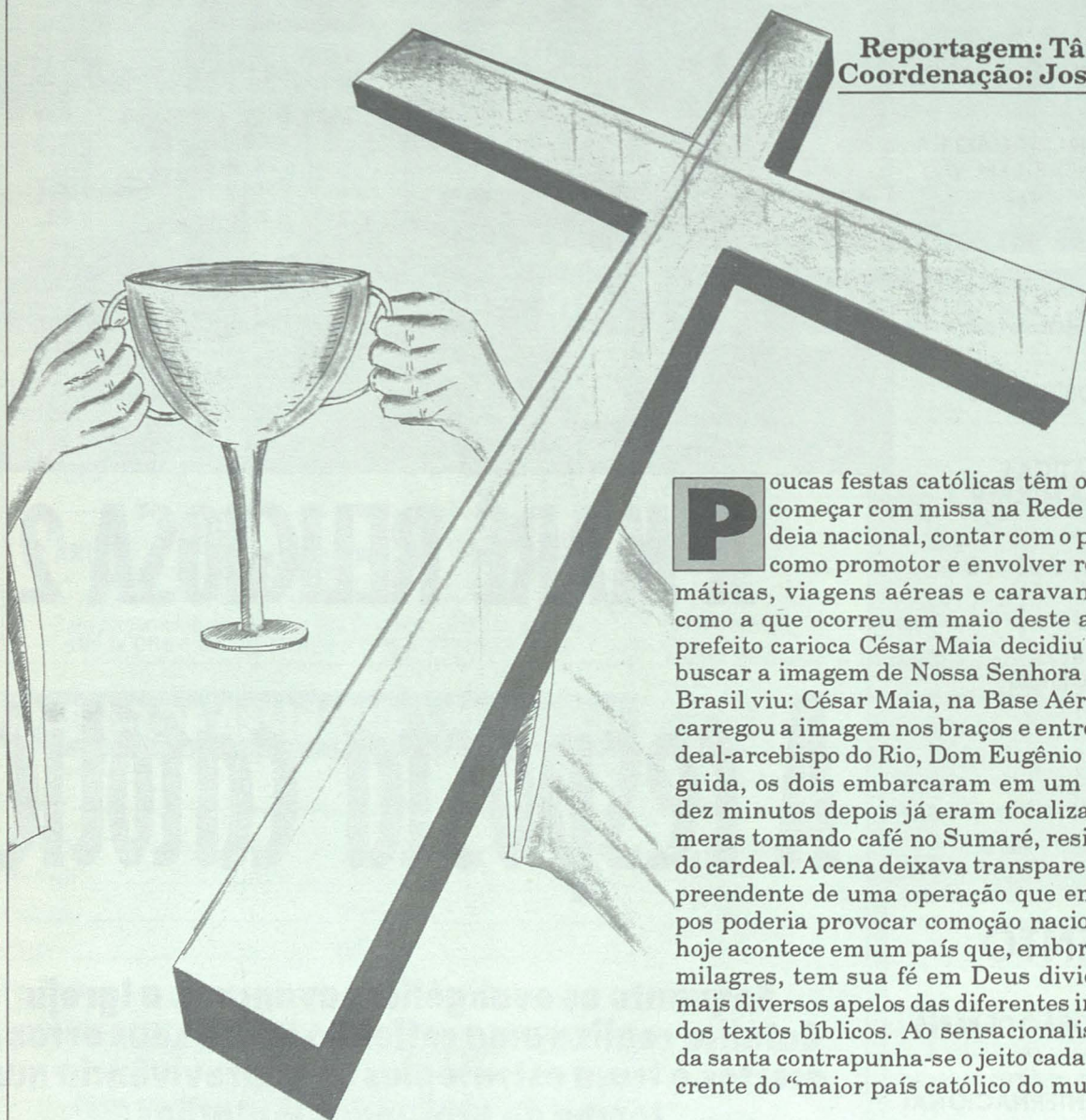
11 CHINA: EXPLOSÃO DE BEBÊS

12 PANORAMA INTERNACIONAL

O monopólio do sagrado

Em meio a muitas lutas, a Igreja Católica tenta fazer com que o mundo ainda gire de acordo com os princípios cristãos. Diante do avanço inegável dos evangélicos, os católicos dão respostas bem diferentes, como a celebração e o entusiasmo da Renovação Carismática, ou partem para criticar a própria instituição.

Reportagem: Tânia Coelho
 Coordenação: José Louzeiro



Poucas festas católicas têm o privilégio de começar com missa na Rede Globo, em cadeia nacional, contar com o prefeito do Rio como promotor e envolver relações diplomáticas, viagens aéreas e caravanas nacionais como a que ocorreu em maio deste ano, quando o prefeito carioca César Maia decidiu ir a Portugal buscar a imagem de Nossa Senhora de Fátima. O Brasil viu: César Maia, na Base Aérea do Galeão, carregou a imagem nos braços e entregou-a ao cardeal-arcebispo do Rio, Dom Eugênio Sales. Em seguida, os dois embarcaram em um helicóptero e dez minutos depois já eram focalizados pelas câmeras tomando café no Sumaré, residência oficial do cardeal. A cena deixava transparecer o lado surpreendente de uma operação que em outros tempos poderia provocar comoção nacional, mas que hoje acontece em um país que, embora acredite em milagres, tem sua fé em Deus dividida entre os mais diversos apelos das diferentes interpretações dos textos bíblicos. Ao sensacionalismo da visita da santa contrapunha-se o jeito cada vez mais descrente do "maior país católico do mundo".

É inegável – e as imagens descritas acima são apenas um modesto exemplo – o poder da Igreja Católica. Mas é igualmente inegável a perda de espaço que ela experimenta em todo o mundo, especialmente na América Latina. A questão preocupa o Vaticano, mobiliza o Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) e gera reflexões e tensões nos fóruns internacionais.

Como em paralelo à perda de espaço da Igreja Católica, registra-se o vertiginoso crescimento de novas religiões e seitas. O papa João Paulo II comemorou o início desta década com a firme decisão de enfrentar o problema reunindo cardeais de todo o mundo para deflagrar um processo mundial de reflexão sobre o tempo que vivemos e as estratégias possíveis para recuperar terreno. E por mais que a Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB) e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) prefiram falar o mínimo necessário sobre o assunto, são muitos os registros de pesquisas, seminários e debates produzidos pela Igreja para diagnosticar as mudanças identificadas no campo religioso.

Teólogos da Libertação

Foi ainda no início da década que a CNBB realizou o seu primeiro Seminário Nacional sobre o Pluralismo Religioso, com 60 participantes vindos de todas as regiões do país, entre bispos, padres, freiras e leigos. Tratou-se basicamente da adoção de métodos pastorais capazes de resistir à investida das seitas evangélicas. Muitos se perguntavam se não estava decretada a falência da Igreja em seu processo de

evangelização, e aproveitavam a oportunidade para atacar os Teólogos da Libertação, acusando-os de esquecer o reino de Deus para atender à sede de justiça. O papa João Paulo II chegou a “confessar” aos bispos do Nordeste sua angústia em relação ao crescimento das igrejas evangélicas, segundo informações de Dom João Evangelista Terra, bispo-auxiliar de Olinda e Recife, que – numa clara alusão à passagem de Dom Hélder Câmara pela mesma arquidiocese – atribuía o problema, entre outras causas, à ênfase dada aos temas políticos na evangelização. O mesmo Dom João Terra causou constrangimento, em abril de 1991, em Itaici (SP), na 29ª Assembléia Geral da CNBB, ao propor que a Igreja Católica adotasse como texto único para a liturgia a tradução clássica da *Bíblia* dos protestantes.



Jaqueline Telles

A chegada da imagem de Nossa Senhora de Fátima ao Brasil não causou a comoção esperada

Neste encontro, onde a proposta de Dom João Terra sequer entrou em pauta, 395 bispos refletiram e decidiram as diretrizes gerais de sua ação pastoral. A nova evangelização, como o caminho para a Igreja voltar a crescer, foi consenso absoluto. Já as divergências são bastante conhecidas. Parte do episcopado quer a Igreja aberta para o mundo, evangelizando a partir de cada realidade particular, de seus códigos e de sua história. Os progressistas, apesar dos muitos estilhaços do Leste europeu, cerceamentos, imposições e restrições de Roma, continuam a apostar na “Igreja que nasce do povo” e na “evangelização libertadora”, mas reconhecem que a Igreja deve retomar seu trabalho de evangelização “a partir da *Bíblia* e das comunidades, pois elas dão aos cristãos uma consciência de cidadania”, como assinala frei Betto.

A voz das injustiças sem voz

Não faltam também as posições bem diferentes das dos progressistas: a volta às práticas religiosas anteriores ao Concílio Vaticano II, quando o sagrado tinha prioridade absoluta sobre o social e o político; e a utilização de métodos semelhantes aos dos evangélicos, como a valorização da palavra (leitura da *Bíblia*), distribuição do ministério (tarefas na comunidade) e reconhecimento dos participantes (identidade pessoal). Um dos mais fortes representantes desta tendência, o bispo gaúcho da diocese de Santa Cruz do Sul, Dom Sinésio Bohn, na época, deu

O caminho das pedras

Um estudo do padre Jesús Hortal, diretor do Departamento de Teologia da PUC do Rio de Janeiro, identifica queda de dez pontos percentuais na presença da Igreja Católica no Brasil entre 1940 e 1990. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registram que, em 1940, 95% da população se declarava católica. Hoje, de acordo com pesquisa a que Jesús Hortal teve acesso, mas cujos resultados não foram divulgados oficialmente, este índice está em 85,9%. Mas cai para 76,2% em pesquisa encomendada ao Gallup pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades), órgão ligado à CNBB.

O teólogo alemão Hans Küng, diretor do Instituto de Pesquisa da Universidade de Tübingen, padre dissidente, que compara a Igreja Católica oficial à Stasi – polícia secreta da antiga Alemanha Oriental – acredita que, se o número de católicos brasileiros continuar a cair, em oito anos o Brasil deixará de ser uma nação católica. Em declarações ao jornal *O Globo*, em 9 de fevereiro de 1992, Hans Küng confessou seu espanto com números divulgados por fontes oficiais da Igreja. “Em meio século, lembrou, houve uma redução de 20% dos católicos brasileiros. Hoje há no Brasil 35,7 milhões de pessoas que não fazem parte da Igreja Católica. Se isso prossegue, a participação da população católica cairá para 65% até o final do século.”

Uma experiência pessoal com Deus – Um grupo de estudantes católicos deu origem, em 1967, nos Estados Unidos, à Renovação Carismática quando realizaram pesquisas sobre as origens da Igreja e os atos dos apóstolos. Identificaram no nascimento da Igreja a descida do Espírito Santo sobre os apóstolos. Esse batismo no Espírito Santo, uma experiência pessoal com Deus, rapidamente tomou conta dos Estados Unidos e se dis-

seminou no continente americano, chegando ao Brasil, em São Paulo, trazida por sacerdotes jesuítas, por volta de 1972, em plena ditadura militar.

“A renovação representa a Igreja primitiva, quando os primeiros irmãos se reuniam numa experiência de Pentecostes”, informa o presidente do Conselho Aquedocesano da Renovação Carismática do Rio de Janeiro, Hugo Evaristo Carlos. “São reuniões de orações, com muita música e alegria, sem características de liturgia. Não competem com o espaço da missa, que liturgicamente é o momento mais importante de qualquer celebração da Igreja Católica. Diante de Deus, pedimos o que precisamos de uma maneira mais informal. Antigamente, era impossível pensar em bater palma, fazer barulho. O que

André Louzeiro



A Renovação Carismática faz reuniões com orações, palmas e muita música

se conhecia era um Deus castigador, mais para padastro que para pai. A grande descoberta faz mudar o coração do homem, que ganha alegria e participa com entusiasmo desse louvor a Deus. A renovação não é um movimento, é a própria espiritualidade. Está presente nas pastorais, nas CEBs, em toda a Igreja”, completa.

Ao falar de sua estrutura, Hugo a justifica como decorrente

da necessidade de imprimir uma orientação mínima para que tudo aconteça de maneira aceitável para a Igreja. “Fora da Igreja, afirma, a Renovação Carismática não existe. Tem que estar em comunhão com os bispos. Trabalhamos com uma estrutura mínima de orientação interna – para evitar que alguns sacerdotes sintam-se os novos donos da instituição – e também externa, em busca da integração com a sociedade.”

No mês de julho, realizou-se o XIII Congresso Nacional da Renovação Carismática Católica, onde apenas as lideranças estiveram presentes, em Aparecida (SP), para avaliação do crescimento, análise das dificuldades vivenciadas em cada diocese e estratégias para o futuro.

seu depoimento ao jornalista José Maria Mayrink, do *Jornal do Brasil*: "Fiz isso com sucesso em minha diocese. Quando mais de 80 famílias católicas aderiram a um pastor evangélico, padres e freiras recuperaram essas famílias com a *Bíblia* nas mãos. Acabamos alugando a igreja do pastor."

Hoje, Dom Sinésio é o presidente do Conic, colocando toda a sua experiência e bagagem a serviço da afirmação da força da Igreja Católica frente às novas igrejas. Com responsabilidades continentais, e apontado como um dos principais articuladores das alianças com as igrejas protestantes tradicionais, Dom Sinésio é liderança reconhecida na chamada "guerra santa". Um campo de atritos que estende suas fronteiras e que a cada dia agrega maior número de adeptos à postura de combate.

Liturgia europeia

Enquanto uns atacam e acusam as seitas de ilegítimas, manipuladoras, inautênticas, farsantes e charlatonas, outros, atuando inclusive na própria

A insistência em manter uma liturgia em códigos europeus seria uma das principais causas da evasão dos católicos

hierarquia da Igreja, acusam as estruturas eclesiais católicas de conservadoras e elitistas. A insistência em manter uma liturgia com códigos europeus é indicada como uma das principais causas de deserções e da evasão de um grande contingente de fiéis que hoje sente-se perfeitamente integrado às igrejas pentecostais. Mas há ainda os que se recusam a relacionar a perda de espaço dos católicos com o crescimento dos evangélicos e, a partir de um enfoque mais amplo, acreditam que o problema geral da laicização das questões religiosas neste fim de século contribuiu em muito para que este quadro se desenhasse.

Forte representante desta corrente, o pensador católico, bacharel de Direito e professor Cândido Mendes entende que, antes do trabalho missionário da Igreja, o que está em causa é,

na verdade, um profundo exame crítico da posição da religião em nossos tempos, tanto do ponto de vista científico quanto da reflexão dos valores da fé. O avanço das seitas estaria ligado a esta nova reflexão sobre o papel da religiosidade, a uma verdadeira tomada de consciência sobre as responsabilidades da fé e de seu saber, e a um revigoramento muito grande do que é a posição de uma Igreja autêntica no seio de uma sociedade em mudança.

"Uma Igreja consciente da trajetória temporal do cristão, afirma o professor Cândido Mendes, que defende a necessidade de ampliar o seu exemplo e, por isso mesmo, de estabelecer as regras do jogo da sua conduta, muito diferentes daquelas de um cristianismo nominal e do valor acríptico e quase sonâmbulo das crenças em nosso tempo. Neste sentido, a Igreja só tem a ga-

Sívio Correa



Em Itaipú, a CNBB se reúne para avaliar os problemas e propor novos rumos para a Igreja Católica

nhar ao desenvolver seu papel em nossa sociedade, como a voz das injustiças sem voz e do avanço da pastoral ligada à opção pelos destituídos. As seitas, ao contrário, são todas expressões desse 'reacordar da transcendência com respostas menos exigentes para uma perspectiva ainda ingênua ou meramente salvacionista da fé. Se existe a massificação, existe também uma redução ou uma limitação do conteúdo da fé como testemunho desses valores no cotidiano'."

Analisando a questão do ponto de vista continental, o professor Cândido Mendes lembra, como um dado constante em toda sociologia política da mudança no continente, "o papel de liderança do reacionarismo que as igre-

Por acreditar que é necessário que a Igreja mantenha numa relação direta e viva a comunicação com os fiéis, de maneira a expandir sua palavra, o professor Cândido Mendes vota contra o projeto de uma rede de televisão católica.

"Para a Igreja Católica, as dificuldades de um sistema de televisão não são necessariamente técnicas. O centralismo dos meios de comunicação de massa e o mecanismo unitário a ser utilizado em sua pregação podem condicionar não só o conjunto como o próprio feito da palavra. Esta mesma imposição desencorajou o projeto dos semanários católicos. Hoje, o que existe é uma experiência piloto sobre o que seja definir um projeto nesta área a partir de um empresário paulista que

brião de uma rede nacional interligada por satélite. Optando por uma participação indireta, a CNBB explora o novo canal através do Instituto Brasileiro de Comunicação (Inbrac), uma associação sem fins lucrativos criada especialmente para esta importante tarefa que prevê investimentos de US\$ 50 milhões.

De seus onze diretores, apenas dois pertencem ao episcopado – o próprio presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, e Dom Antonio Maria Mucciolo, arcebispo de Botucatu, São Paulo, eleito presidente do Inbrac. O conteúdo da programação está sob a responsabilidade de um pool de produtoras católicas de rádio e TV. Mas esta não será a primeira experiência da Igreja-Sat: em todo o

Paulo Moreira

*Religiosos pensam
nas alternativas
possíveis:
uma delas
é investir em
comunicação*



jas evangélicas hoje têm na América Latina. Um dos dramas do futuro, quando se reavaliar o papel das seitas e sobretudo dos grupos mais adiantados de boa fé dentro do padrão evangélico – continua Cândido Mendes –, será o serviço ingênuo que prestaram às políticas de ruptura entre o que possam ser os valores do Evangelho e o que seja esse Evangelho a serviço da mudança. No caminho da efetiva promoção do homem e no centro do processo de transformação social da América Latina, especialmente no Brasil, onde tem o papel de maior relevo em todo o continente, está a Igreja Católica".

ofereceu sua concessão de TV para uma emissão da Igreja", conclui Cândido Mendes.

Início de novos tempos

O empresário é o também jornalista João Monteiro de Barros Filho, dono de cinco estações de rádio, que ao ganhar a concessão do governo colocou-a à disposição da CNBB. A previsão é de que no primeiro semestre de 1994, sediada em São José do Rio Preto (SP), a TV Católica esteja no ar, em-

país, existem cerca de 138 emissoras de rádio reunidas numa rede nacional, após a compra de um canal exclusivo do satélite Brasilsat – da Embratel – pela Fundação Nossa Senhora Aparecida. Algumas destas rádios foram altamente reprimidas em repulsão às posições que haviam tomado durante a ditadura militar.

Na área de vídeo, a VCC-Vídeo Cassete Cristão, com a bagagem de cerca de 400 títulos lançados, conclui as obras de um estúdio com 4.500 metros quadrados, auditório para duas mil pessoas e cinco ilhas de edição. A idéia, em termos de programação, é trabalhar com estilos bastante dife-

rentes dos adotados pelos evangélicos, entrando na linha de variedades, do telejornalismo à novela, passando por programas de auditório e produções estrangeiras.

Mas não é só na mídia que a Igreja busca aperfeiçoar seus métodos para enfrentar os evangélicos. Investir nos meios de comunicação significa apostar na linguagem e no processo de evangelização, e é isso que fazem alguns setores da Igreja, trilhando sem medo, sob os olhares perplexos de muitos, mas com o apoio necessário para crescer na estrutura eclesial, o percurso dos cânticos, das palmas, das orações e do batismo no Espírito Santo.

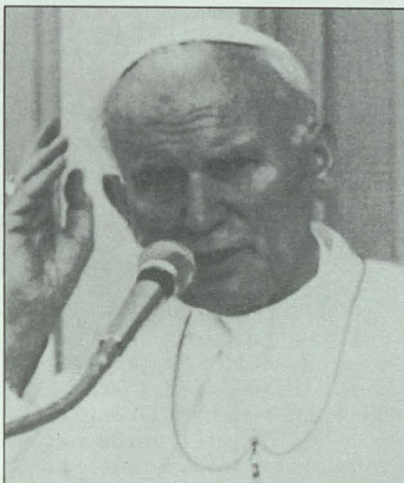
Força carismática

É o caminho da chamada Renovação Carismática, nascida em 1967, nos Estados Unidos, que no último "Senáculo" – encontro que aconteceu no mês de julho de 1992, no Morumbi – reuniu 100 mil pessoas, e que em 1993 espera um número bem maior. (ver quadro: *Uma Experiência Pessoal com Deus*). Só no estado do Rio existem hoje 250 grupos cadastrados. Os pregadores e os dirigentes dos grupos de orações são leigos e muito poucas são as diferenças dos rituais evangélicos. Estas práticas eles justificam como a volta às origens, segundo relato do economista Hugo Evaristo Carlos, presidente do Conselho Arquidiocesano da Renovação Carismática do Rio de Janeiro.

"A primeira coisa que a Renovação Carismática trouxe foi um espanto muito grande. A própria comunidade eclesial ficou bastante preocupada, porque a euforia que toma conta de todos os que têm essa experiência favorece a aproximação de pessoas pouco equilibradas. Conversão é a palavra-chave, entendida como um Pentecostes hoje, a manifestação do poder de Deus de uma maneira muito forte. As pessoas se convertem e mudam, ganhando esperança e vida nova."

Embora seja identificado como o segmento da Igreja com mais condições de enfrentar os pentecostais, a

O papa João Paulo II deflagrou um processo mundial de reflexão sobre as estratégias para recuperar terreno



Renovação Carismática não chega a ser uma resposta à acusação de que há pouco espaço de participação popular na Igreja Católica e que esta seria uma das principais razões para a crescente evasão de fiéis.

Os cultos carismáticos oferecem alternativas mais imediatas e se dispõem a trabalhar a "renovação" sem questionar os princípios estruturais da Igreja Católica. Mas é preciso considerar que as lutas por mudanças não foram deflagradas com o crescimento das igrejas evangélicas. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os negros e as mulheres, entre muitos outros grupos, com maior ou menor intensidade, reconhecem a perda de força da Igreja, denunciam práticas perversas, disputam espaço e criam organizações próprias, dentro da hierarquia da Igreja, nas pastorais, ou fora da hierarquia, como única maneira de fazer com que suas vozes sejam ouvidas.

No projeto Sofia-Mulher, Teologia e Cidadania, do Instituto de Estudos da Religião (Iser), do Rio, coordenado por Sílvia Regina de Lima Silva, mulheres das mais diversas religiões questionam

e buscam sua cidadania. "Todos os avanços da Igreja Católica no caminho da libertação e do compromisso com o povo significaram muito pouco para nós. A presença das mulheres ainda é uma extensão do trabalho de casa. Fomos privadas de participar dos espaços de reflexão teológica, e se conseguimos estudar, não temos acesso ao sacerdócio ou ao ministério de teóloga dentro da Igreja", afirma Regina.

Diálogo com a mulher

Integrando o mesmo projeto, Davina Moscoso de Araújo, em fase de conclusão do curso de teologia da Pontifícia Universidade Católica (PUC), é Coordenadora Nacional do Movimento de Renovação Cristã, majoritariamente de mulheres e criado por ex-integrantes da Ação Católica, organização fundada na Europa, na década de 30, que nos anos 60, no Brasil, teve alguns setores operários ligados aos jovens reprimidos pela ditadura. Por seu trabalho junto aos movimentos sociais, estes setores (Ação da Juventude Católica - JUC e Juventude Operária Católica - JOC) perderam o apoio dos bispos e da "Igreja oficial". Com perspectivas continentais e buscando a integração latino-americana, a Ação Católica é hoje um movimento de evangelização da classe média, através de serviços solidários. A síndrome dos evangélicos provocou recentemente mudanças significativas na condução de suas reuniões: menos discussões políticas e mais celebrações.

"Não vejo muito diálogo entre a mulher e a Igreja, confirma Davina. Enquanto um grupo já pensa na ordenação feminina, outro não vê esta medida como prioritária, pois seria reproduzir o modelo de poder autoritá-

A Igreja tem sido criticada por assumir os valores e a ideologia da raça branca

rio, sem mudanças anteriores importantes, independente das questões de gênero.”

O papel da mulher foi apenas um dos temas polêmicos do VIII Encontro Internacional das Comunidades Eclesiais de Base, realizado de 8 a 12 de setembro de 1992, em Santa Maria, Rio Grande Sul, ao lado de outros como as heranças de fé presentes na vida do povo negro e o racismo, e tantos outros que apontam para processos e debates que levaram, por exemplo, muitos seminaristas negros à expulsão das casas de formação. Um deles é Geraldo Rocha, “agente de pastoral negro”, grupo de fora da hierarquia da Igreja, que faz questão de marcar a diferença de sua atuação da ação da pastoral do negro, esta sim integrada à estrutura eclesial. Teólogo, concluindo na PUC/RJ a tese *Negro, um clamor de justiça*, sobre a participação e presença do negro na Igreja Católica no Brasil, Geraldo fundamenta seu trabalho em torno dos acontecimentos que envolveram a campanha da fraternidade de 1988.

“No começo de 1980, conta Geraldo, acentuaram-se as discussões sobre negritude no meio eclesial. No país inteiro os negros que estavam nos seminários formaram grupos de reflexão sobre suas identidades. As direções não reconheciam como um trabalho pastoral a afirmação da negritude e reagiram com medidas punitivas e pressões. Aproximava-se o ano de 1988, do centenário da abolição da escravatura no Brasil, e a coisa se intensificou. Queríamos que a questão racial fosse o tema da Campanha da Fraternidade, o que desencadeou um processo de expulsão dos negros das casas de formação. O tema foi “Ouvi o Clamor desse Povo”. Era uma frase bíblica que não incomodava a ninguém e por isso foi aceita”.

Reação negra

Pela primeira vez o Brasil viveu, num mesmo ano, três campanhas da fraternidade. Os agentes pastorais negros lançaram documento paralelo e incluíram o negro no tema: “Ouvi o Clamor desse Povo Negro”. A Arquidiocese do Rio de Janeiro – fato inédito – discordou terminantemente da linha da CNBB e pela primeira vez, em 25 anos, não trabalhou com os documentos oficiais, preferindo redigir um outro com o título *Defendendo as cores do nosso país*, com o tema “Várias Raças, um Só Povo”, tendo como símbolo uma mão branca e outra negra.

Em 1987, com o apoio de Leonardo Boff, reuniram-se 20 padres e freiras que estavam ameaçados de expulsão em função do trabalho de afirmação da negritude. A idéia era estudar estratégias que permitissem que todos concluíssem o processo de formação. Dois anos depois, em 1989, novo encontro foi realizado: apenas dois não haviam sido expulsos.

“Existe um novo fazer teológico nascendo na comunidade negra, continua Geraldo. É impossível refletir a experiência de Deus que faz o povo negro, recuperando sua história, sem trabalhar a duplicidade de herança de fé. Sou teólogo católico, mas não posso negar que nas minhas raízes tenho a religião dos Orixás. Essa é a minha herança de fé, anterior inclusive à herança de fé cristã.”

Atuando como coordenador do Projeto Negritude Brasileira, do Iser, onde desenvolve o trabalho de reflexão e produção de uma teologia negra



no Brasil e na América Latina, Geraldo Rocha acredita que a Igreja Católica “paga o preço pelas barbaridades que tem cometido contra os valores das culturas e tradições dos povos. Vai tornar-se cada vez mais uma Igreja de padres, de hierarquia, excetuando-se aí as CEBs que são fundamentais mas que correm sérios riscos do controle da hierarquia da Igreja”.

O povo brasileiro tem uma grande mistura de tradições culturais e religiosas. Mas Rocha acha que temos uma Igreja pensada a partir do sistema europeu, que não penetra no sentimento religioso do nosso povo. Enquanto ela vai para um lado, o povo vai para o outro. “E não estou falando em sair da Igreja. Este povo algum dia chegou a estar na Igreja Católica?”

É claro que a pergunta permite todos os tipos de respostas, dependendo do enfoque e de que Igreja se fala. A Igreja da Inquisição, a da punição e caça aos pecadores? A Igreja dos pobres e oprimidos? Dos Círculos Operários, da Teologia da Libertação? A Igreja oficial? A progressista?

Para a historiadora Jessie Jane de Souza, “é uma falácia falar em Igreja, quando se trata desses movimentos contestatórios e transformadores. “Eu diria franjas da Igreja. Setores que se movem nesse espaço institucional secular. A Igreja Católica é o Vaticano, a Cúria Romana, com seu eixo dogmático. Quem fala em seu nome são os

bispos. Só existe uma Igreja, que é a Igreja Católica Apostólica Romana. E esta é hierárquica e se move no tempo com sentido de permanência e tradição. Os movimentos sociais – de rebeldia ou não – que giram no entorno, desenvolvem-se a partir desse núcleo com história milenar que não permite o questionamento de seus princípios fundamentais. A experiência da Reforma Protestante foi a única”.

Essência da Igreja

Jessie Jane concluiu, em 1992, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a tese *Valentim: o guardião da memória circulista*, a partir da história do fundador, em Volta Redonda, da organização católica Círculo Operário, no período de 1947 a 1958, e já começa a trabalhar o mesmo tema no doutorado, abordando desta vez a Igreja, o Estado e o trabalho no Rio de Janeiro, no período de 1930 a 1964, tendo como ponto central a questão: Igreja e Estado na construção do discurso do trabalho no Brasil.

“A essência da Igreja são seus dogmas e o comum é analisarmos a instituição a partir da linguagem das ciências sociais, o que não é correto. A Igreja Católica é um corpo político-teológico e não um mero aparelho ideológico do Estado. Antes de ser isso, ela é um corpo dogmático, que lida com outra esfera do social, que é a transcendência. Ela não trata de nosso mundo temporal. Seus parâmetros e seu tempo histórico são outros. Sua intervenção no social se dá com um instrumental que não é o das ciências sociais e sim o da religião”, diz a historiadora.

Jessie Jane lembra ainda que a grande transformação da Igreja Católica em nosso tempo acontece a partir do Concílio Vaticano II, que introduziu as pastorais e mexeu profundamente com seus rituais: o latim deu lugar à língua das nações, mudando significativamente os códigos de comunicação. Mas antes do Vaticano II surgiram muitos movimentos católicos, to-

O novo catecismo

Além das produtoras de vídeo, das emissoras de rádio e televisão e dos mais simples aos mais sofisticados projetos editoriais, a tradução brasileira do novo *Catecismo da Igreja Católica*, com cerca de 800 páginas, “elaborada sob a autoridade do Santo Padre”, não só incorpora as inovações do Concílio Vaticano II, como utiliza linguagem mais moderna e direta de forma a levar a Igreja a identificar-se cada vez mais com os seus fiéis. As versões lançadas em países como França, Itália e Espanha são sucesso absoluto de venda. Na França, no primeiro mês, foram vendidos meio milhão de exemplares. As recomendações de Roma são no sentido de os bispos estudarem cuidadosamente o texto antes de iniciarem o processo de adaptação às suas dioceses. Na verdade, as ordens são expressas: as versões locais devem ser interpretadas e encaminhadas a partir da realidade de cada região, sem trair tradições ou fugir às normas universais da Igreja, que há muito aguarda por esta publicação que sistematiza todo o seu ensinamento oficial. A solicitação para que este trabalho fosse realizado foi encaminhada no Relatório Final da Assembléia Extraordinária do Sínodo dos Bispos para celebração do 25º aniversário do Concílio Vaticano II.

Jaqueline Telles

As mudanças podem ser identificadas na abordagem de temas que em outros tempos eram proibidos, como aborto e divórcio. Violência e até a pena de morte são permitidos, “quando falharem outros meios de defesa da vida e dos direitos do homem”. O homossexualismo não é mais pecado e sim “uma desordem moral”. Tanto quanto é aplaudido na Europa e no Brasil, o novo catecismo é criticado, apontado como um relatório de pecados e um manual de proibições que insiste em criar barreiras e romper os laços entre a autoridade magisterial da Igreja e a opinião pública.



Dom Eugênio: complexo anti-romano

Em artigo publicado dia 3 de julho de 1993 no *Jornal do Brasil*, Dom Eugênio Sales, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, expressa sua opinião: “Conheço a afirmação de um renomado pastor evangélico, no exterior, que se sentia mais próximo do catolicismo que de certos setores da Reforma de Lutero. Creio que não é exagero ao dizer que hoje alguns católicos se assemelham aos protestantes nas atitudes e palavras, de modo particular pelo comportamento diante do magistério e pela desobediência ao papa. A recente publicação do *Catecismo da Igreja Católica* nos proporciona reflexões nessa mesma linha de considerações. O povo de Deus vem acolhendo extraordinariamente essa obra, mas há pessoas que deveriam expressar esse mesmo testemunho, que lhe opõem restrições reveladoras desse ‘complexo anti-romano’.”

Na década de 50, os comunistas dominavam o sindicalismo rural e a Igreja era aliada dos coronéis

dos buscando novas abordagens na maneira de ser da Igreja no contexto da nova realidade do capitalismo. No século XIX, há o embate da Igreja com o liberalismo e com o socialismo. No século XX, a luta contra os países socialistas. "A Ação Católica continua, é um exemplo. Nasce na disputa de espaço com os comunistas no sentido da recristianização. A JUC e a JOC surgem como instrumentos de luta contra o socialismo."

Segundo Jessie, a Igreja Católica é um organismo intelectual extremamente disciplinado, com grande capacidade de produzir idéias e propostas políticas inseridas nos diversos contextos históricos. Esse é o seu segredo. Os movimentos que acontecem em volta, em determinadas épocas históricas, assimilados nas CEBs, pastorais, Ação Católica etc., vêm disciplinar isso. "É um grande equívoco acreditar que é possível transformá-la a partir de suas franjas. Na verdade, ela precisa desses movimentos e quando não consegue assimilá-los ou discipliná-los, os expulsa, como fez com os jovens da JOC e da JUC que, movidos pelo clima de radicalização dos anos 60, levaram para dentro de sua estrutura idéias consideradas incompatíveis, ou ainda como fez com o frei Leonardo Boff. Incomodaram, questionaram e foram expulso como corpos estranhos."

Questionada sobre o trabalho que a Igreja Católica desenvolveu no campo,

em defesa dos sem-terra e sua importância junto ao movimento dos trabalhadores rurais, Jessie Jane recupera mais uma vez a história recente dos movimentos sociais. Segundo ela, a partir de 1950, com a liberação do sindicalismo no campo, os comunistas dominavam o sindicalismo rural enquanto a Igreja era aliada dos coronéis no interior. Com o acirramento da luta contra os comunistas, a Igreja Católica deslocou-se para o campo. Com o golpe militar, os comunistas foram reprimidos, presos, cassados e assassinados e a Igreja Católica continuou no



Nesses tempos de mudança, a Igreja tenta manter seus princípios milenares

campo. "Mas não quero dizer com isso que até hoje os sindicatos rurais fazem o jogo da direita. Não é verdade, até porque parte da hierarquia que apoiou o golpe acabou por se transformar em vítima desse mesmo golpe, gerando uma crise enorme de descontentamento nas bases da Igreja, ou seja, entre os padres. Esse sindicalismo rural, de influência católica, também sofreu o impacto da Igreja na oposição. Mas não são poucos os padres que se apoderam dessa história para dizer que são a redenção. É mentira. A origem da entrada da Igreja Católica no campo foi para combater os comunistas. A Igreja sobreviveu, os comunistas não", explica Jessie Jane.

A questão que permanece a partir de tantos e tão apaixonados depoimentos e de tantas e tão envolventes polémicas colocadas no plano nacional e internacional é a imbatível e imensa capacidade de adaptação e de dominação da Igreja Católica, no campo da transcendência, nas relações com o Estado e na capacidade de sobreviver aos novos tempos.

Tempos difíceis, de mudanças estruturais no cenário internacional, de movimentos poderosos, de uma inquestionável maré evangélica e de embates ideológicos e filosóficos que provocam os pensadores católicos e exigem agilidade e unidade da Cúria Romana atenta à história, de um modo que, apesar de conturbado, continua a girar de acordo com os princípios milenares da Igreja Católica.

No máximo, algumas crises, como ocorreu, por exemplo, a partir de 1964. Muitos são os exemplos e os temas que se desdobram em inúmeras outras teses.

No próximo número de Cadernos Especiais, a Nova Era, o kardecismo e os cultos afro-brasileiros

CHINA

Explosão de bebês

Apesar dos êxitos de sua política de planejamento familiar, a China ainda enfrenta muitas dificuldades para fazer cumprir a norma de um filho por família, principalmente na zona rural



Na próxima década, deverão nascer 23 milhões de bebês a cada ano

Rajiv Chandra

Para Xin Shi, não importa que sua máquina de costura — que ajudava bastante a engordar a magra renda familiar — tenha sido confiscada, se o objetivo é conseguir um neto homem.

Ao saber que a nora de Xin estava grávida, muitos anos depois de ter tido uma menina, o chefe de polícia da aldeia ordenou o confisco da máquina como punição por violar a política governamental de autorizar apenas um bebê por família.

Mas, apesar de não dispor dos 30 dólares para recuperar a máquina, Xin Shi está feliz: "Preferimos pagar esse preço a renunciar a outro neto."

Apesar do rígido controle imposto pelos funcionários locais para garantir o cumprimento da norma de um filho por família, a população chinesa cresce em espiral todos os anos.

Nas cidades, a determinação oficial está obtendo melhores resultados que no campo, onde muitas famílias, como a de Xin Shi, preferem ser punidas ou recorrer a suborno para ter dois ou mais filhos. O problema passa por uma questão cultural: o desejo de ter um filho homem para continuar a linhagem da família e sustentar os pais na velhice.

Controle rígido — Ma Yu Hua, chefe da aldeia de Hebei, situada no

nordeste do país, garante que a estrita vigilância do controle da natalidade reduziu a taxa da província em 15% nos últimos anos.

Mas os aldeões contam uma história diferente. Dizem que frequentemente é possível subornar funcionários para "comprar" uma certidão de nascimento para um segundo e até terceiro filho.

Tais histórias preocupam a Comissão Estatal de Planejamento Familiar, cuja projeção do número de mulheres férteis na China é de 300 milhões para 1993 e 350 milhões, no ano 2000. Isso significa 23 milhões de novos bebês ao ano durante a próxima década, elevando a população do país — já a maior do mundo — para 1 bilhão e 600 milhões em meados do próximo século.

Esse número será alcançado apesar de um marcado declínio da taxa total de fertilidade do país — ou seja, o número de crianças que uma mulher gera, em média, durante sua vida — nos últimos 20 anos. Devido a agressivos programas de planejamento familiar, complementados com uma intensa campanha educativa, a taxa de fertilidade baixou na China de 6,4, em 1965, para 2,5, em 1990.

Para o governo central, as rígidas regras de planejamento familiar continuam sendo um mecanismo vital para o Estado. "As restrições ao movimento e ao poder das pessoas na esco-

lha do número de filhos fazem parte de rígidos controles sociais do governo", afirma um economista ocidental de Beijing (ex-Pequim).

Reformas atenuam explosão — Embora províncias como Guagdong e Yunan já estejam se distanciando de Beijing e elaborando sua própria política de controle da natalidade, outras seguem as diretrizes nacionais.

Mas, segundo Huang Baoshan, da Comissão Estatal de Planejamento Familiar, às vezes "as autoridades locais estão demasiado ansiosas para cumprir sua meta e são muito duras. O problema populacional é bastante grave, mas devemos usar os meios apropriados para enfrentá-lo".

Agora, os funcionários do setor de planejamento familiar esperam que as reformas econômicas ajudem a atenuar a explosão populacional na China. De fato, um projeto modelo financiado pelo Japão está sendo realizado na próspera província de Jiangsu, ao sul do país, como exemplo de controle da natalidade.

Essa área foi escolhida devido ao crescimento de empresas rurais que elevaram o status da mulher. Isso, por sua vez, teve como reflexo uma menor mortalidade infantil, taxas de natalidade mais baixas e uma diminuição no desejo de ter mais de um filho. ■

Da propaganda à notícia

Os jornalistas vietnamitas se preparam para exercer a profissão longe dos riscos da guerra e enfrentando o desafio de melhorar a qualidade de seu trabalho

Kunda Dixit

Depois de ser um eficaz instrumento de propaganda do governo durante os 30 anos de guerra, os meios de comunicação do Vietnã enfrentam o desafio de se adaptar às novas liberdades em vigor no país. A mudança é difícil e alguns jornalistas chegam a admitir que antes o trabalho era muito mais fácil.

“O assunto era branco ou negro. Havia um inimigo e nós éramos primeiro soldados e, depois, jornalistas. Agora, as coisas são mais complicadas, a linha divisória entre o branco e o negro é mais tênue”, diz Nguyen Phuong Minh, diretor do jornal do exército *Quan Doi Nhan Dan*.

Como correspondente de guerra, Phuong Minh percorreu de bicicleta os dois mil quilômetros da rota de Ho Chi Minh, o legendário líder da guerrilha vietnamita, levando apenas uma mochila com dez quilos de arroz, um fuzil, balas, uma câmara, caneta, papel e um lampião de querosene para escrever à noite. “Éramos os olhos e ouvidos do povo. Cada notícia de uma vitória cumpria uma função estratégica”, acrescenta Minh.

Denúncias – No ano passado, os meios impressos, especialmente no sul, fizeram ousadas denúncias de corrupção no primeiro escalão do governo. Em alguns casos, provocaram a destituição de altos funcionários.

“O governo decidiu que denunciar a corrupção tem prioridade. É uma decisão adotada conscientemente pelos nossos dirigentes”, afirma Dinh The Loc, diretor de jornalismo na rádio *A Voz do Vietnã*.

Alguns jornalistas dizem, em círculos fechados, que as denúncias são pouco espontâneas e são resultado mais de uma diretriz do



Vietnã: os jornais têm feito amplas denúncias de corrupção no governo

governo do que de uma genuína busca de notícias.

Por outro lado, os profissionais veteranos acusam seus colegas mais jovens de praticar o “sensacionalismo” e o “jornalismo marrom”. Queixam-se da falta de profissionalismo e de uma tendência a levar as novas liberdades longe demais.

Ataques ao livre mercado – As reformas econômicas são um tema vigorosamente debatido na imprensa local. O jornal do exército ataca frequentemente o sistema de livre mercado, ao qual qualifica de “conspiração imperialista e reacionária”.

Mas a maioria dos meios parece coincidir em que as reformas são necessárias. A discussão se centraliza mais no ritmo das mudanças. O Vietnã tem uma taxa de alfabetização de 95%, mas apesar da ampla difusão da imprensa, os meios eletrônicos são os mais vistos e, portanto, os mais controlados, seguindo ao pé da letra a linha do partido.

“Durante a guerra, a rádio foi o principal meio de comunicação. Todos a ouviam. Agora a rádio está travando

uma batalha perdida com os meios impressos, porque estes têm mais liberdade”, diz Loc.

A rádio e a televisão enfrentam também problemas técnicos. Seus equipamentos, de produção húngara, são antiquados. Doadores da Austrália, Canadá e França ofereceram ajuda para melhorar sua qualidade.

Na Faculdade de Jornalismo da Universidade de Hanói, 80% dos formados este ano são mulheres. O professor Ha Min Duc está dedicado atualmente a adaptar seu programa aos novos tempos, com cursos sobre o jornalismo de pesquisa, economia e assuntos comerciais.

A Associação de Jornalistas do Vietnã, com 7.500 membros, organiza seminários para jovens repórteres sobre informação financeira e desenvolvimento do jornalismo.

“Depois de 30 anos de guerra, descobrimos que os jornalistas não estão à altura das exigências atuais. Precisamos absorver novas técnicas profissionais e conseguir que os jornalistas alcancem níveis internacionais”, diz o secretário geral da Associação, Trang Cong Man. ■

ANGOLA

A guerra esquecida

O Conselho de Segurança das Nações Unidas tomou, em fins de setembro, uma iniciativa sem precedentes ao impor sanções ao grupo rebelde angolano Unita, que pegou em armas há um ano por não aceitar a vitória do governo do MPLA nas urnas.

Até agora, as sanções da ONU sempre tinham sido impostas a governos constituídos. Mas o fato de mais de mil pessoas estarem morrendo por dia em uma guerra que continua ignorada pelos grandes meios de comunicação, e pela qual as Nações Unidas responsabilizam a Unita, levou o Conselho de Segurança a proibir a venda de armas e munições aos seguidores de Jonas Savimbi.

Pressionado pela falta de armamento, Savimbi exortou suas tropas a diminuir os ataques, enquanto encaminhava ao presidente José Eduardo dos Santos um plano de paz no qual, pela primeira vez, falava de cessar-fogo, expressão que antes não figurava no vocabulário dos rebeldes.

A medida da ONU não teve mais impacto nas fileiras da Unita porque o secretário geral Boutros Ghali concedeu aos rebeldes um período de dez dias antes de pô-la em prática, numa atitude que lhe valeu sérias críticas dentro e fora da organização internacional.

Após rejeitar o resultado eleitoral, Savimbi ordenou uma ofensiva militar de grande envergadura,



A Unita não aceitou a vitória eleitoral do presidente Dos Santos (foto) e reiniciou a guerra, que está deixando mil mortos por dia

conseguindo apoderar-se de 80% do território angolano.

As forças do governo estavam desmobilizadas em cumprimento ao que decretava o plano de paz firmado com a Unita e por isso de-

moraram a reagir. Mas nos últimos meses, combatendo no limite de suas possibilidades e graças ao levantamento do embargo à compra de armamentos que pesava sobre o governo de Luanda, as Forças Armadas conseguiram romper o cerco rebelde e recuperar 15% do território que havia sido conquistado por Savimbi.

COLÔMBIA

Racha no M-19

O partido que conseguiu se transformar na terceira força eleitoral colombiana, a Aliança Democrática M-19 (AD-M19), sofreu em setembro um racha, o primeiro desde que surgiu em 1991 como expressão política da guerrilha desmobilizada.

Bernardo Gutiérrez, atual senador pela AD-M19, ex-comandante do Exército Popular de Libertação (EPL), uma organização guerrilheira que chegou a contar com 2.000 combatentes, anunciou sua retirada da aliança "para construir uma nova força política que seja capaz de romper com os velhos vícios dos partidos tradicionais".

Gutiérrez justificou sua atitude afirmando que "a política de conciliação do establishment colombiano levou a AD-M19 a um vazio programático e a um mar de contradições que produz uma grande frustração no povo colombiano".

Peru

Os dirigentes e fundadores do Movimento Liberdade, o partido criado pelo escritor Mario Vargas Llosa para promover sua candidatura frustrada à presidência do Peru, dissolveram publicamente a organização em setembro passado, anunciando que construiriam um novo movimento político mais eficaz, para difundir os postulados liberais.

Em um documento assinado pelos dirigentes e ex-parlamentares do movimento agora extinto, eles agradeceram ao escritor o papel ideológico que cumpriu ao

difundir a doutrina do liberalismo no Peru. Mas, ao mesmo tempo que expressaram sua solidariedade a Vargas Llosa, o trataram como uma figura do passado.

Essa atitude foi interpretada nos círculos políticos como a resposta dos correligionários de Vargas Llosa à decisão do polêmico escritor de renunciar à nacionalidade peruana para adotar a cidadania espanhola. A iniciativa provocou uma forte rejeição, o que teria levado seus antigos seguidores a afastar-se publicamente do intelectual.



O encontro entre o presidente Chissano e o líder rebelde Dlakhama, em agosto passado, abriu caminho para a implementação dos acordos de paz

MOÇAMBIQUE

Impasse superado

As Nações Unidas, que têm 7.500 efetivos em Moçambique, entre observadores militares, soldados e funcionários civis, estão otimistas em relação à rápida execução dos pontos ainda pendentes do acordo geral de paz assinado em 4 de outubro de 1992 em Roma.

Na reunião realizada em fins de agosto em Maputo, a capital, entre o presidente Joaquim Chissano e o líder da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), Afonso Dlakhama, o impasse nas negociações foi superado.

O documento assinado definiu as medidas a serem tomadas para estender a administração governamental às áreas controladas pela Renamo e determinou as funções que terá a nova força policial que atuará sob supervisão da ONU.

A Renamo aceitou deixar sob o comando do governo as áreas que controla, em troca da designação de alguns dos seus membros como assessores nas administrações locais. Esses assessores – três para cada uma das dez províncias do país – se incorpora-

rão ao funcionalismo civil, o que lhes garantirá um salário, moradia e transporte. Dessa forma, a Renamo renunciou à sua exigência de que membros do movimento rebelde fossem nomeados governadores de pelo menos cinco províncias.

Dlakhama – que mora e tem seu quartel-general na província de Sofala, no centro do país – pretende passar a residir na capital nos próximos meses, atendendo a um apelo do governo e da ONU no sentido de contribuir para a consolidação do clima de paz.

Este mês deve se definir a nova legislação eleitoral, assim como a composição da Comissão Nacional de Eleições (CNE), responsável pela organização das eleições previstas para fins de 1994, nas quais concorrerão todos os partidos reconhecidos legalmente.

O governo quer que a CNE tenha 21 membros, dos quais 11 seriam da Frelimo, 7 da Renamo e 3 dos oito partidos da oposição não-armada. Mas o movimento guerrilheiro, como as demais organizações opositoras, reivindicam uma representação maior.

CHILE

Pinochet isolado

O Congresso chileno se negou a receber o comandante do Exército, general Augusto Pinochet, depois que as manifestações de rua ocorridas durante o vigésimo aniversário do golpe de estado de 11 de setembro de 1973, contra Salvador Allende, deixaram um saldo de dois mortos, 52 feridos e 128 presos entre os manifestantes.

O convite para visitar o Parlamento – em homenagem ao mês do Exército – foi cancelado devido a

uma iniciativa dos deputados do Partido pela Democracia e do Partido Socialista. Eles criticaram as declarações do ex-ditador, afirmando que os desaparecidos depois do golpe de estado que ele liderou eram “bandidos”.

O ex-ditador, por sua vez, em uma atitude que foi interpretada como expressão de seu mal-estar com o governo, suspendeu por três dias as aparições públicas que devia fazer durante as comemorações do mês do Exército.



Pinochet: rejeitado pelo Parlamento



Quatro gruas trocam o clássico painel no Ministério do Interior, em Cuba, que mostra o rosto de Ernesto "Che" Guevara, por um novo retrato de 36 metros de altura feito com lâminas de aço



Acossados pelos combates, os habitantes da sitiada Sarajevo adotaram um sistema de trincheiras para se movimentar pela cidade com um mínimo de segurança



Apesar do frio de Kiev, uma anciã aproveita um sinal fechado para limpar um carro de luxo, em uma prática antes reservada às crianças e hoje cada vez mais comum entre os aposentados da Ucrânia



Uma mulher somali tenta conseguir um pouco de arroz para ela e seu bebê, próximo à sede da ONU em Mogadíscio, enquanto um "capacete azul" fortemente armado vigia para evitar saques

ESTADOS UNIDOS

Maior poder militar

As Forças Armadas norte-americanas sofreram inovações tecnológicas e de recursos humanos que poderão colocá-las em condições de combater simultaneamente em dois conflitos da dimensão que teve a guerra no Golfo Pérsico, em 1991.

Segundo informou o secretário de Defesa Les Aspin, em Washington, os norte-americanos ampliarão sua capacidade bélica, que antes lhes permitia estar atuante somente em uma guerra desse porte.

Ou seja, até agora podiam controlar plenamente um único conflito regional e ao mesmo tempo deslocar tropas para outra região em guerra, mantendo ali a situação "estável". Depois de pacificado o primeiro foco, mandavam reforços para o segundo.

Com a nova proposta militar aprovada pelo presidente Clinton, o exército norte-americano poderá proteger todas as regiões consideradas vitais para os interesses dos Estados Unidos.



Os Estados Unidos ampliarão sua capacidade de intervenção em conflitos externos

EL SALVADOR

Aumenta a criminalidade

À medida que se aproxima a data das eleições gerais de março de 1994 em El Salvador – as primeiras depois de firmados os acordos de paz que puseram fim a uma das guerras civis mais sangrentas da América Central –, o aumento da criminalidade aparece como uma das preocupações mais sérias da campanha eleitoral.

Como parte das consequências do conflito, o país enfrenta uma onda de crimes cometidos por narcotraficantes, ladrões de carros, traficantes de menores e seqüestradores de em-

presários, entre outros delitos que se tornaram comuns em El Salvador.

Segundo denúncias formuladas a meados de setembro pelo líder da oposição Rubén Zamora, da Convergência Democrática (CD), "as medidas que o governo têm tomado para combater a criminalidade são insuficientes e ineficazes, porque se limitam a tratar o problema da delinqüência comum e não atacam o crime organizado".

Zamora, que encabeçará nas eleições uma aliança de esquerda, disse que a onda de crimes em todo o país tem suas origens na crise econômica, no alto custo de vida e no desemprego. "A impunidade com que atuam estes grupos em El Salvador se deve a que estão integrados por ex-militares, que têm conexões com altos funcionários do governo", afirmou Zamora.

Criminalidade: um tema que preocupa a população



Sri Lanka

O exército de Sri Lanka, que conta com 90 mil soldados para lutar contra o movimento separatista da minoria tamil, está sentindo necessidade – devido à disciplina e eficácia militar dos rebeldes – de recrutar combatentes cada vez mais jovens entre a população civil. Um anúncio publicado recentemente em Colombo, a capital, convoca os jovens entre 17 e 25 anos, com mais de um metro e meio de estatura, com primeiro grau concluído, a integrar-se nas fileiras do exército.

Os tams são a minoria mais importante dessa nação insular do oceano Índico, enquanto os cingaleses formam a maioria, com cerca de 75% do total da população, que é de 17 milhões de pessoas.

Segundo fontes do próprio governo, desde o início da guerra civil, em 1983, morreram aproximadamente 7 mil soldados do exército regular e dezenas de milhares ficaram feridos.

POSTAL NORTE SUL



LIVRES ACAMPAMENTOS DA MISÉRIA

Ana Lúcia Lucas Martins

Um tema original dentro de um universo muito explorado: as várias formas de habitação de rua, desde os casebres até as instalações nas calçadas e sobre carroças.

Não só a casa é assunto, mas também os modos de vida e as relações entre as pessoas.

97pp
E-300
CR\$ 1.500,00

UMA EDUCAÇÃO PARA A SOLIDARIEDADE

Regina Celia Mazoni Jomini

Antes de 1930, as idéias anarquistas predominavam nas organizações operárias brasileiras.

O livro pretende contribuir para o estudo das concepções e experiências educacionais lideradas por anarquistas na República Velha que a História oficial esqueceu. 135 pp
E-297 CR\$ 1.600,00

LEONOR E A MODERNIDADE

Luiz Ricardo Leitão

O urbano e o agrário na experiência periférica. Uma análise aprofundada de duas vanguardas literárias brasileira e argentina, que se detém em autores como Elias Castelnuovo, Jorge Luis Borges, Ernesto Sábato, Lima Barreto, Mário de Andrade, José Américo de Almeida e Graciliano Ramos. 219pp
E-299 CR\$ 1.400,00

ECONOMIA MUNDIAL

Integração regional e desenvolvimento sustentável
Theotonio dos Santos

A formação de blocos como o Mercado Europeu, os Tigres Asiáticos e a possível criação do bloco latino-americano revela novas tendências. O autor analisa a globalização e a regionalização econômicas, o papel do Estado e das empresas. 144 pp
E-319 CR\$ 800,00

A IMAGEM REBELDE

Avelino Fóscolo

Regina Horta Duarte

Biografia de um anarquista republicano e abolicionista que atuou em Minas Gerais e cuja sede de justiça o levaria a identificar-se com os ideais socialistas e, mais tarde, com o comunismo libertário.

O mérito maior do trabalho de Regina foi reconstituir os passos da relação entre o autor e sua obra. 133pp
E-308
CR\$ 1.450,00

A REUNIFICAÇÃO DA ALEMANHA

Moniz Bandeira

Do ideal socialista ao socialismo real. Ensaio de história política que começa com a derrota alemã na guerra de 1914/18, passa pela criação das duas Alemanhas depois da Segunda Guerra e analisa a reunificação. 182 pp
E-286 CR\$ 1.350,00

POLÍTICA LINGÜÍSTICA NA AMÉRICA LATINA

Vários autores

Reflexões sobre a política da linguagem no continente, num volume organizado por Eni Pulcinelli Orlandi e que reúne, entre outros, Alberto Escobar, Tania de Souza, Xavier Albó, Bartolomeu Meliá, Carlos Vogt, Peter Fry e Sergio Valdés Bemal. 191 pp
E-295
CR\$ 2.100,00

A CHINA LIGADA

Televisão, reforma e resistência
James Lull

A introdução da televisão no contexto do ambiente político e econômico da China acabou tomando-a o porta-voz oficial do Partido Comunista e a forma mais popular de entretenimento dos chineses, alargando a consciência cultural e política do povo e até fortalecendo a oposição. 170pp
E-305
CR\$ 1.300,00

O PILÃO DA MADRUGADA

Neiva Moreira

O jornalismo enquanto instrumento de solidariedade humana através das transformações sociais. A trajetória de Neiva Moreira no Brasil da época do golpe de 64 e, depois de exilado, no mundo. Seus encontros e entrevistas com líderes como Abdel Nasser, Fidel Castro, Agostinho Neto, Yasser Arafat, Robert Mugabe, Samora Machel. Cobertura de fatos que marcaram o século XX, como a descolonização africana e a luta contra as ditaduras na América Latina nos anos 70. 464 pp
E-208 CR\$ 1.800,00

LEITURA: ENSINO E PESQUISA

Angela Kleiman

Buscando reavaliar como se coloca o ato de ler na escola, o livro aborda a distância entre teoria e prática no ensino da leitura, o papel do aluno enquanto sujeito (e não mais objeto) do estudo e o do professor enquanto modelo do estudante. 213 pp
E-296
CR\$ 1.500,00

ALMANAQUE BRASIL 1993/94

Editora Terceiro Mundo/Ivan Alves Filho

Publicação voltada para a discussão de um projeto nacional.

Formação da nacionalidade brasileira, conjuntura atual, povo e instituições, atividades produtivas, roteiro da cidadania e suporte estatístico com 60 quadros e tabelas atualizadas. Complementa o *Guia do Terceiro Mundo*, cuja nova edição está sendo preparada. 327 pp
E-318 CR\$ 3.500



A ANISTIA INTERNACIONAL

Uma porta para o futuro
Rodolfo Konder

O drama dos desaparecidos, a fragmentação das mentes dos torturados, os tipos de violência cometidos contra os que pensam diferente dos governos totalitários. O autor ajudou a organizar a Anistia no Brasil. 96pp
E-307
CR\$ 1.400,00

NÃO VERÁS NENHUM PAÍS COMO ESTE

Sebastião Pereira da Costa

Relato cronológico da ascensão e queda do poder militar no Brasil desde a conspiração que depôs João Goulart em 1964 até o final do ciclo, em 1985, passando pela luta armada. 400 pp
E-310
CR\$ 2.500,00

ESTADO NACIONAL E POLÍTICA INTERNACIONAL NA AMÉRICA LATINA

O continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)
Moniz Bandeira

Abordagem comparativa das políticas internas e externas dos dois países em suas relações com os Estados Unidos. Análise dos fatores econômicos, sociais e políticos que determinaram tais políticas. 303pp
E-313
CR\$ 1.900,00

ATENÇÃO: Se, por motivo de insuficiência de estoque, faltar algum livro de seu pedido, a entrega será feita parcialmente e completada posteriormente.

Um exercício de cidadania em 336 páginas



PREÇOS ESPECIAIS DE LANÇAMENTO

Preço normal	20% de Desconto	30% de Desconto
CR\$ 3.500,00 (por exemplar)	Para assinantes de "cadernos", "Ecologia & Desenvolvimento" ou "Revista do Mercosul" CR\$ 2.800,00 (por exemplar)	Na compra de 3 exemplares ou mais para "assinantes" ou "não-assinantes" CR\$ 2.450,00 (por exemplar)

Os pedidos por reembolso postal serão acrescidos das despesas postais

Desejo exemplar(es) do ALMANAQUE BRASIL 93/94.

Sou: Assinante de cadernos Ecologia Mercosul

Não-assinante de nenhuma das revistas

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

Profissão: _____

ESTOU EFETUANDO PAGAMENTO POR:

- Cheque(s) nominal(ais) à Editora Terceiro Mundo Ltda.
 Reembolso Postal
 Vale Postal Ag. Lapa
 De acordo com a opção feita, autorizo o débito no cartão de crédito: _____, que tem validade até ____/____/____

Nome do titular do Cartão

Nº do Cartão

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

DATA: ____/____/____ Comprador

PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 05/11/93

Enviar para Editora Terceiro Mundo Ltda.
 Rua da Glória, 122 - 1º andar - Glória - 20241-180 - Rio de Janeiro, RJ
 Depto. de Assinaturas
 PEÇA TAMBÉM PELOS TES (021) 252-7440/232-3372
 OU PELO FAX (021) 252-8455

Após a validade cobraremos preços atualizados

Um precário equilíbrio

A intenção do governo Chamorro de afastar do cargo o chefe do Exército, Humberto Ortega, põe em risco a governabilidade de um país ameaçado pela guerra

Aldo Gamboa

O detonador da maior crise institucional na Nicarágua desde que a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) perdeu o poder foi uma declaração da presidenta Violeta Chamorro durante um ato público, quando anunciou que em 1994 substituiria o chefe do Exército, general Humberto Ortega.

Analisando os fatos na Nicarágua, parece evidente que a declaração de Chamorro sobre a saída de Ortega não foi um gesto impulsivo, mas o resultado de uma situação que se arrasta desde que chegou ao poder e que culminou com uma série de seqüestros políticos em agosto passado (ver *Quadro*).

A declaração da presidente teve o efeito exatamente contrário ao que o governo esperava: fortaleceu o apoio dos comandos militares a Ortega e mostrou que Violeta Chamorro está longe de ter influência sobre a tropa. O episódio aprofundou ainda mais a crise política com a Frente Sandinista, a principal força do país.

Fator de estabilidade – A presença de Ortega à frente do Exército foi, desde o primeiro dia de governo de Chamorro, uma fonte de conflitos entre a presidenta e os grupos conservadores que lhe dão apoio no Parlamento. Com o argumento de que Ortega representa o sandinismo no poder, os políticos da União Nacional Opositorista (UNO) exigiram desde o começo a substituição do militar por algum nome de confiança e influência entre os antigos *contras*.

Porém, a substituição de Humberto Ortega no comando do Exército é muito mais complexa do que possa parecer. Em primeiro lugar, porque sua continuidade no cargo é fruto de uma legislação, que estabelece expressamente o tempo que ele ali deverá permanecer. Em segundo lugar, porque essa legislação foi reconhecida e aceita por Chamorro, como parte dos acordos de transição de um governo a outro.

E, finalmente – embora não menos importante – porque a presença de Ortega à frente das Forças Armadas sempre contribuiu para garantir a estabilidade institucional.

Este último fator, até então, sempre foi claro para Chamorro e seus assessores mais próximos.

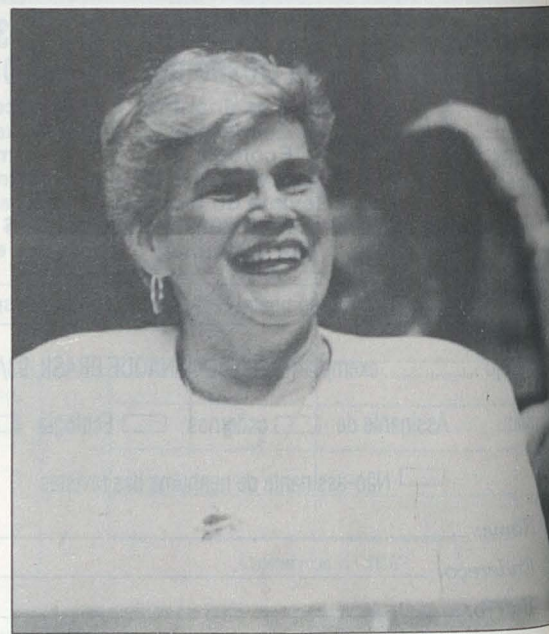
Levada ao poder mais pelo cansaço dos nicaraguenses com a guerra do que por méritos próprios, a presidenta sabe que a FSLN é a única força política capaz de garantir a governabilidade na Nicarágua, levando em conta a fragilidade da aliança situacionista. Desse modo, enquanto Ortega mantiver o controle das Forças Armadas a governabilidade estará garantida.

Uma tentativa fracassada – É nesse contexto que surgiu a intempestiva declaração de Chamorro sobre a saída do militar, feita ainda na esteira dos dramáticos seqüestros realizados pelos *recontras* e *recompas*.

Se Chamorro pretendia com isso alimentar uma polêmica com a FSLN para provocar rachas entre seus grupos internos, sem dúvida fracassou, pois os militantes da Frente cerraram fileiras em torno de Ortega.

Se, em vez disso, queria forçar um confronto com os sandinistas para fortalecer

Violeta Chamorro e o chefe do Exército Humberto Ortega, nos tempos dourados da coabitação entre o governo e os sandinistas

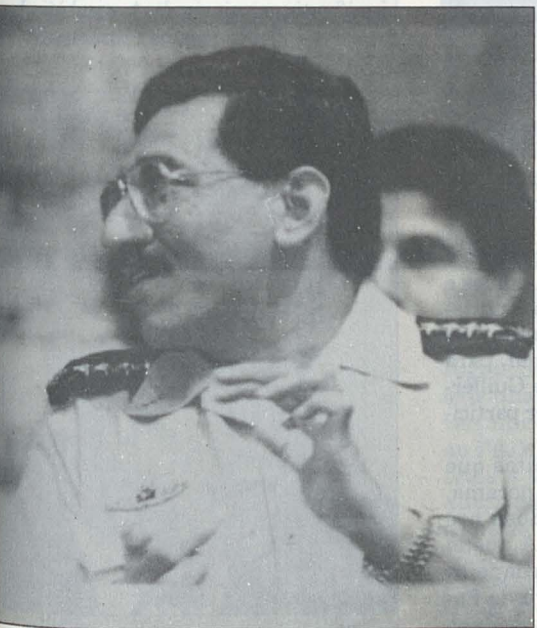




O líder "recontra"
José Angel
Talavera,
da Frente
Norte 3-80

sua posição perante os grupos conservadores, também fracassou, pois os principais comandantes militares responderam que a substituição do chefe do Exército se daria "conforme a lei". A FSLN, oficialmente, selimitou a mencionar essa posição do alto comando, evitando um conflito maior com o governo.

É possível que Chamorro tenha extraído duas lições desse episódio. A primeira, que não existe fora das fileiras do sandinismo um figura com suficiente influência para manter a unidade das Forças Armadas, vital na presente conjuntura. A segunda, que nessas condições a saída de Ortega seria o primeiro dos dois ou três passos que separam a Nicarágua do caos. ■



"Ninguém sabe por que lutam"

O camponês fez um amplo gesto, em direção às montanhas próximas. "Esses grupos já não têm nenhum apoio da população, não se sabe porque continuam lutando. Antes sim, se sabia, agora não", diz o velho nicaraguense em relação aos grupos armados de *recontras* e *recompas* que ameaçam levar o país de volta à guerra de meados da década de 80.

De fato, bandos fortemente armados percorrem o país e se refugiam nas montanhas. De um lado, estão os *recontras* – ex-integrantes da Resistência Nicaraguense, também conhecida como a *Contra* – que alegam ter sido excluídos do programa de distribuição de terras que o governo realizou após o fim do conflito. De outro lado, estão os *recompas*, ex-militantes sandinistas, rebelados pelos mesmos motivos que seus rivais.

A existência de grupos armados na Nicarágua é uma herança da confusão que reinou nesse país durante a transição do governo sandinista ao de Chamorro. A série de seqüestros de dirigentes de esquerda e direita em agosto passado, que deixou durante dias a opinião pública em tensa expectativa, foi a culminação de um processo que excluiu os atores principais, os combatentes dos dois lados.

A série começou quando uma comissão de deputados se reuniu com um grupo de *recontras* que tinham manifestado seu desejo de depor armas. A comissão, na qual se incluíam destacados dirigentes da FSLN, como a ex-comandante Doris Tijerino, terminou seqüestrada.

O comando *recontra* estava dirigido pelo *Chacal*, como é conhecido o ex-*contra* José Angel Talavera, criador da "Frente Norte 3-80". A maioria dos chefes do grupo se compõe de irmãos, primos e parentes de Talavera. "É uma verdadeira empresa familiar", observou um jornalista.

Em imediata resposta ao seqüestro dos deputados sandinistas, um comando de *recompas* invadiu um local do conservador partido UNO e seqüestrou seus mais altos dirigentes, incluindo o vice-presidente, Virgilio Godoy.

Os dois seqüestros, que terminaram sem vítimas após dias de negociação, pesaram sem dúvida na decisão de Chamorro, já que uma das principais reivindicações dos *recontras* para depor armas sempre foi a substituição do general Humberto Ortega.

Renascimento político

Pouco a pouco os panamenhos voltam a confiar nas eleições do próximo ano, apesar de se realizarem em um país ocupado por tropas norte-americanas



O Panamá vive as seqüelas da intervenção militar norte-americana de 1989

Em maio de 1994 haverá eleições no Panamá. Apesar do número de indecisos estar diminuindo, mais de 60% dos panamenhos ainda não definiram seu voto. Segundo uma pesquisa realizada em setembro pelo Centro de Estudos Latino-Americanos, o cantor/compositor Rubén Blades e Ernesto Pérez Balladares, do Partido Revolucionário Democrático (PRD) – herdeiro político do falecido general Omar Torrijos – estão à frente das preferências com 11,8% e 8,8% das intenções, respectivamente.

Blades lidera o Partido Papa Egoro (que em língua indígena significa *Mãe Terra*), que conta com a simpatia de setores marginalizados e da classe média. O popular cantor/compositor parece disposto a entrar com força na política.

A pesquisa corroborou o sentimento geral de que as eleições passaram a ter maior credibilidade. Prevista pela Constituição, a consulta popular foi praticamente ignorada até o início deste ano.

Durante a gestão de George Bush à frente do governo dos Estados Unidos e a ocupação do Panamá por tropas norte-americanas, as eleições eram vistas como um ato meramente formal, para dar continuidade ao regime de Guillermo Endara, excluindo qualquer participação significativa da oposição.

No entanto, houve dois fatos que contribuíram para mudar o panorama. O primeiro foi a derrota de Bush nas eleições norte-americanas. A queda dos republicanos foi uma verdadeira tragédia para o governo servil do Panamá. A equipe que chegou à Casa

Branca encabeçada por Bill Clinton não tem nenhum compromisso de manter o regime de Endara.

O segundo foi a derrota do governo panamenho no referendo sobre o projeto de reforma constitucional. Apoiado pelos democratas-cristãos – aliados até há poucos meses do partido situacionista –, o regime de Endara sofreu um grande revés na consulta, apesar dela ter sido prevista para legitimar seu regime e da cara campanha publicitária a seu favor.

Reativação partidária – A resistência à intervenção norte-americana – que se manifestou principalmente através dos movimentos sociais – pôs em evidência a crise dos partidos políticos. Mas, desde 1992, e em particular depois do Congresso do Partido Revolucionário Democrático (PRD), que em outubro de 1992 renovou sua direção, se observa uma reativação partidária que tem reflexos neste período pré-eleitoral.

O PRD voltou à cena como importante força de oposição, estruturada em todo o país, com boas perspectivas eleitorais. Diversas pesquisas de opinião assinalam que obterá, no mínimo, uma significativa maioria da Assembléia Legislativa e dos governos municipais.



Clinton: uma tragédia para Endara

AMERICA LATINA

PANAMÁ

O perfil da direita

A direita panamenha conta com dois partidos situacionistas e um terceiro fora do governo. No primeiro caso está o Partido Arnulfista, ao qual pertence Endara, cujo nome vem do seu fundador, o falecido líder populista Arnulfo Arias. O outro é o Movimento Liberal Republicano Nacionalista (Molirena), representativo do setor mais retrógrado da oligarquia, muito parecido com a Arena de El Salvador. O terceiro é o Partido Democrata Cristão (PDC).

Conta-se como certo que os dois primeiros manterão sua atual aliança. O PDC busca entender-se com o Papa Engoro, que é liderado pelo cantor Rubén Blades, cujas possibilidades eleitorais aumentaram, e por isso poderia associar-se aos democratas-cristãos. Mas se isso fracassar ou for insuficiente, o PDC poderá buscar um novo acordo com os partidos com os quais anteriormente compartilhou o governo.

No total, existem no Panamá 10 partidos políticos constituídos, 13 em formação e um em trâmite para formalizar sua organização. Todos eles firmaram recentemente um compromisso, com o apoio da Igreja católica, para evitar a violência e a fraude no processo eleitoral.



Blades: candidato à presidência

Repudiam novo embaixador

"Símbolo da destruição da vida". Assim foi qualificado William Walker, o novo embaixador dos Estados Unidos no Panamá pelos jesuítas desse país. No *curriculum vitae* de Walker figura ter sido embaixador dos Estados Unidos em El Salvador quando em 16 de outubro de 1989 foram assassinados seis sacerdotes jesuítas, uma empregada doméstica e sua filha, por soldados salvadorenhos.

A Companhia de Jesus acusou Walker de ter ocultado provas, obstruir as investigações e pressionar os juízes para deter as investigações sobre o crime.

A Coordenadoria Popular de Direitos Humanos do Panamá, por sua parte, qualificou a designação de Walker como uma afronta ao povo panamenho e exigiu do governo de Endara a reconsideração do aval dado à sua nomeação.



O governo de Endara tem colecionado fracassos políticos e econômicos

Por todas essas razões, as eleições voltaram a ter certa credibilidade, apesar de realizarem-se em um país ocupado. Isso não impede que alguns observadores duvidem da transparência e confiabilidade das regras do jogo no pleito. Pensam que, seja qual for o resultado, existe a determinação de não entregar o poder ao PRD, já que a oligarquia hoje controla a administração do Estado, as autoridades eleitorais e os meios de comunicação.

Essa previsão é relativa: dependerá das alianças que estão por se concretizar, da capacidade do *torrijismo* de oferecer uma plataforma política com-

patível com a nova política regional norte-americana, da votação obtida e da habilidade para defendê-la.

Nesse sentido, é vital e prioritário reconquistar a confiança do eleitorado que ainda está em grande medida indeciso, principalmente pelas lembranças ruins da crise política que precedeu a intervenção norte-americana.

O PRD se renovou, mas a maioria dos cidadãos não sente esse partido como o portador de um novo projeto democrático nacional.

Os próximos meses definirão a evolução das alianças políticas e das preferências dos cidadãos.

Nils Castro

Um morto que ainda ameaça

O processo judicial pelo assassinato do panamenho Hugo Spadafora revela uma nebulosa história em que se misturam a CIA, a DEA, os contras e o narcotráfico

Ovelho e empoeirado Palácio de Justiça em David – cidade panamenha situada próxima à fronteira com Costa Rica – nunca viu tantos homens armados andando em seus corredores. Seus amedrontados habitantes tampouco nunca imaginaram que semelhante aparato militar seria montado na cidade para proteger juízes, testemunhas e acusados por uma história da qual se sabe muito pouco e da qual sobrou unicamente um cadáver sem cabeça.

Todos falavam em voz baixa em David. Nos corredores do Palácio de Justiça, no entanto, ressoavam palavras como CIA, DEA, FBI, Irã-contras, narcotráfico, todos apontados como responsáveis pelo assassinato do médico e guerrilheiro panamenho Hugo Spadafora, em uma formidável mistura de espionagem, corrupção e contra-revolução na América Central.

Em 1978 Spadafora se uniu às então vitoriosas fileiras do sandinismo na Nicarágua, embora depois tenha mudado de rumo político e se incorporado às colunas dos *contras* que, sob orientação direta de Washington, lutavam

para derrubar o governo de Manágua.

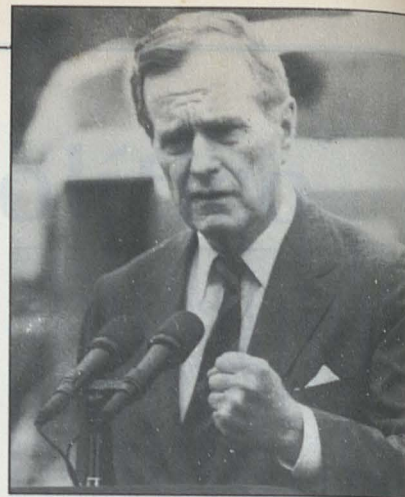
Depois de uma viagem que fez pela Costa Rica e Panamá, Spadafora desapareceu e seu cadáver decapitado foi encontrado em 14 de setembro de 1985 no minúsculo povoado de Roblito, Costa Rica. No dia anterior, Spadafora tinha sido preso na província panamenha de Chiriquí por supostos membros do exército.

O mistério que cercou as circunstâncias de sua morte até hoje continua sem ser desvendado. A absolvição de sete dos dez acusados do assassinato, no início de setembro passado, só serviu para levantar mais polêmica em torno do assunto. A decisão do júri foi contestada com protestos de rua e criticada por juristas panamenhos. Alguns deles acusaram o promotor especial Carlos Herrera, que conduziu as investigações durante três anos, de ter realizado “um mal trabalho”.

A promotoria conseguiu apenas provar que dois dos acusados – Francisco González e Júlio Miranda – estavam no momento em que Spadafora foi preso e depois conduzido de Chiriquí até a cidade de Concepción. O terceiro acusado no processo, o general Manuel Noriega

– na época, o homem forte do país – está cumprindo pena de 40 anos nos Estados Unidos por narcotráfico.

Versões – As versões sobre o ocorrido são diversas e geralmente contraditórias, mas é um “segredo” conhecido por todos no Panamá que o assassinato foi encomendado por alguém que temia Spadafora por seu profundo conhecimento das operações mediante as quais a CIA passava armas para os *contras* nicaraguenses.



George Bush: comprometido com o caso Irã-contras

O ex-procurador Rodrigo Miranda – que em 1990 iniciou as investigações sobre o caso e depois foi afastado do cargo – disse à Agência Inter Press Service que “Spadafora foi vítima de uma conspiração”, da qual participaram a CIA, a agência antidrogas dos Estados Unidos (DEA), e o ex-general Manuel Antonio Noriega.

“Pouco antes de desaparecer misteriosamente, Spadafora comentou com amigos na Costa Rica que tinha dados sobre uma operação secreta de troca de drogas por armas, que a CIA realizava com os *contras*”, expressou Miranda. “Spadafora comunicou à DEA que denunciaria a troca, e a DEA alertou a CIA”, revela. Não obstante, Miranda considera que “as conexões com a CIA ou os *contras* dificilmente aparecerão no julgamento”.

As evidências parecem indicar que a CIA e a DEA decidiram que Spadafora deveria ser eliminado, pois suas revelações poriam em situação delicada o então vice-presidente dos Estados Unidos, George Bush, responsável direto pela troca de drogas por armas na América Central. Não se tem conhecimento se foi Noriega quem ordenou a execução.

O que é certo é que algumas testemunhas e implicados no caso já pagaram com suas vidas o fato de terem conhecido Spadafora. O piloto panamenho César Rodríguez, que realizava tarefas para os *contras* a mando da CIA e havia informado a Spadafora sobre as trocas ilegais apareceu morto em Medellín, Colômbia, com um tiro na nuca e a língua arrancada, execução simples dos delatores realizadas por grupos de extrema-direita na América Central. Já Josefina Queiroz, uma camponesa que viu Spadafora sendo preso, apareceu morta com uma moeda atravessada na garganta.

Aldo Gamboa



Acampamento dos contras: as conexões com a CIA estão presentes no caso Spadafora

À beira da crise

Juliana Iooty

No lugar da alegria, a revolta. Ao contrário do que se esperava, não houve festa nas ruas de Lagos, antiga capital nigeriana, no dia 26 de agosto quando o general Ibrahim Babangida anunciou seu afastamento da presidência e entregou a faixa ao empresário Ernest Shonekan.

Apesar da ansiedade com que todo o país aguardava a renúncia do ditador, os nigerianos não encontraram motivos para comemorar: Shonekan sequer participou das eleições, tendo sido escolhido por Babangida como presidente interino depois que este decretou a anulação do resultado das eleições de 12 de junho deste ano.

Se o voto de 58% dos cerca de 39 milhões de nigerianos que se cadastraram para a primeira eleição presidencial livre do país em 10 anos tivesse sido respeitado, o homem que estaria hoje ocupando a presidência seria Moshood Abiola, um rico empresário muçulmano do sul do país que conseguiu grande votação até mesmo na região de Bashra Tofa, seu rival.

No entanto, onze dias depois da eleição Babangida anulou a vitória de Abiola, decretou a incapacidade das cortes para analisar qualquer assunto referente ao pleito e começou a fechar jornais e revistas de oposição.

Assim que Babangida tornou pública sua decisão, milhares de pessoas saíram às ruas de Lagos, em um protesto que deixou mais de 100 mortos. A adesão às greves que paralisaram todo o país durante semanas também foi maciça.

Posteriormente, quando foi anunciada a posse de Shonekan, o grupo "Campanha pela Democracia", uma organização de direitos humanos que lidera a oposição, coordenou uma greve geral da mais poderosa organização do país, o Sindicato dos Trabalhadores do Setor Petrolífero e de Gás, que apoiou Abiola.

Entre amigos - Uma das justificativas do ex-presidente para invalidar a eleição foi a enxurrada de ações

impetradas por ambos os candidatos na Justiça durante o pleito o que, segundo ele, "ameaçava ridicularizar e politizar o sistema judiciário do país". Mas, de acordo com membros da oposição, o próprio Babangida teria estimulado Tofa e Abiola a promoverem uma guerra judicial para justificar posteriormente a anulação do pleito.

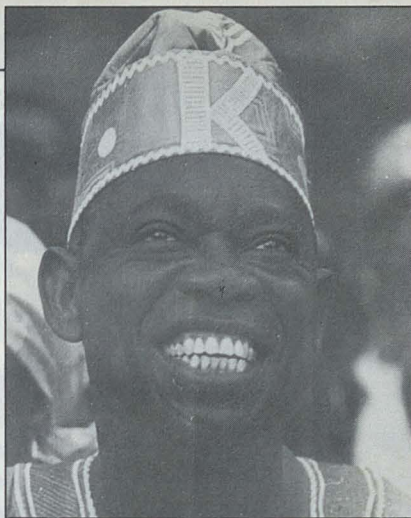
Para os analistas políticos, o motivo da rejeição da vitória de Abiola por Babangida é nebuloso. Tanto ele como o rival Tofa foram escolhidos a dedo pelo ex-homem forte da Nigéria entre os candidatos dos dois partidos também criados por ele. O Partido Social Democrata, pelo qual Abiola candidatou-se, e a conservadora Convenção

A anulação da primeira eleição presidencial em dez anos torna imprevisível o futuro político do mais populoso país da África

Nacional Republicana de Tofa, tiveram a elaboração de suas plataformas acompanhada e aprovada pelo general. Além disso, os dois candidatos são conhecidos amigos do ex-presidente.

Para os políticos da Nigéria, Babangida - no poder desde 1985, quando derrubou outro militar - traçou um plano para sair do governo sem perder o poder. Renunciou temendo o desfecho das crescentes pressões populares e colocou Shonekan à frente do governo como uma espécie de testa-de-ferro, em uma atitude qualificada como um estratagema para manter-se no centro das decisões.

Segundo os jornais locais, o governo interino de Shonekan foi "claramente planejado para servir de marionete".



Abiola: vitória anulada por Babangida

A questão étnica - País mais populoso da África (123 milhões de habitantes), a Nigéria é o décimo do ranking dos exportadores de petróleo, com sólida economia industrial, dona de um Produto Interno Bruto (PIB) de U\$ 70,2 bilhões, um dos maiores do continente. Sua economia já foi considerada a mais forte e promissora dos países africanos.

Porém, 33 anos após a independência da Coroa britânica, a Nigéria se encontra hoje em uma das mais graves crises desde a guerra civil deflagrada em 1967, quando o grupo étnico dos *ibos* tentou declarar a independência do estado de Biafra, conflito que resultou na morte de cerca de 2 milhões de pessoas.

Além da crise econômica e da corrupção endêmica, a rivalidade entre os três maiores grupos étnicos do país, os *iorubas*, os *ibos* e os *haussa-fulani*, e entre cristãos e muçulmanos, também dificulta a estabilidade política. A Nigéria tem tudo para se transformar em uma nova Iugoslávia, pronta a se esfacular.

Na avaliação de organizações humanitárias, entretanto, o governo de Shonekan/Babangida é o mais interessado na disseminação do medo de um novo conflito para justificar a manutenção do poder militar como fator de ordem e unidade nacional. Segundo esses grupos, as manifestações populares não são fruto de rivalidades étnicas, e sim da insatisfação da população com o governo.

Para os nigerianos, mais do que a vitória de Abiola, o que parece importar é o reconhecimento do resultado eleitoral e a instauração de um governo legítimo e civil, uma vez que os militares estão definitivamente identificados com a corrupção e com o abuso de poder no país.



A coleção organizada pela Unesco procurou refletir a maneira como os autores africanos percebem sua própria civilização

A História revisitada

Após 30 anos de pesquisa, a Unesco publica o último volume sobre a História Geral da África, lançando nova luz sobre aspectos muito pouco conhecidos do continente negro

Edouard Bailby



O oitavo e último volume da História Geral da África, elaborado e publicado sob os auspícios da Unesco, acaba de ser posto à venda em Paris.

Esta obra monumental, a mais completa jamais realizada no mundo com a colaboração dos próprios africanos, necessitou quase 30 anos de pesquisa e trabalho redacional.

Infelizmente, por falta de recursos financeiros, apenas cinco volumes em francês e árabe – duas das três línguas oficiais da Organização da Unidade Africana (OUA) – puderam ser publicados até hoje. Os que faltam serão traduzidos e impressos se a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura obtiver os recursos necessários.

Foi em 1964 que a Conferência Geral da Unesco, que reúne numa espécie

de Parlamento todos os Estados-membros da organização, resolveu publicar uma *História Geral da África*, convencida de que todos os trabalhos até então divulgados davam uma interpretação ocidental e européia da história do continente negro.

Sete anos mais tarde foi criada uma comissão científica internacional de 39 membros com o objetivo de preparar a redação de uma obra em oito volumes de 750 páginas, cada qual dividido em 30 capítulos com fotografias, mapas e desenhos. Três critérios fundamentais tiveram de ser respeitados: considerar a África como um conjunto, evitar qualquer forma de dogmatismo e refletir de maneira fiel a maneira como os autores de origem africana percebiam a sua própria civilização.

Especialistas da própria África

– Tendo em vista a importância da obra, a comissão científica nomeou

para cada volume um diretor encarregado de coordenar os trabalhos e selecionar os textos. No total, mais de 200 especialistas dos cinco continentes, em sua grande maioria africanos, foram encarregados de escrever um ou vários capítulos.

Por exemplo, o historiador e filósofo senegalês Cheikh Anta Diop, uma das personalidades de maior prestígio no mundo, se encarregou de explicar as origens dos antigos egípcios (volume II) e as tendências da filosofia e da ciência na África (volume VIII). O escritor nigeriano Wole Soyinka, Prêmio Nobel de Literatura, analisou a evolução das artes na África no período colonial (volume VII) enquanto que o paleontólogo queniano Richard Leakey escreveu o capítulo dedicado à pré-história no continente africano (volume I).

Como se vê, a *História Geral da África* foi fruto de uma colaboração a nível internacional com os maiores es-

ÁFRICA

CULTURA

pecialistas africanos de sua própria civilização.

Não foi por acaso que os oito volumes da *História Geral da África* foram publicados primeiramente em inglês. Na verdade, a comissão internacional da Unesco nomeou, em vista de sua competência, seis diretores de volumes que eram de língua inglesa. Apenas o volume I, sobre a metodologia e a pré-história africana, assim como o volume IV, sobre a África do século XII ao século XVI – por sinal um dos períodos mais controversos – foram reservados a autores africanos de língua francesa.

Daí se compreende porque as edições em francês e árabe, sujeitas a uma tradução rigorosa, sofreram um atraso inevitável. É possível que não estejam terminadas antes de 1995 ou 1996.

Obra fundamental – Responsável na Unesco pela *História Geral da África*, Monique Melcer-Lesueur reconheceu em entrevista a **cadernos do terceiro mundo** que os oito volumes não foram publicados na sua ordem cronológica. Mas ela acrescentou que, ao contrário do que se afirmou, principalmente na imprensa norte-americana, esse fato não se deveu a divergências profundas entre os membros da comissão científica.

No entanto, sabemos de fonte fidedigna que houve alguns desentendimentos sobre a penetração da cristan-

dade e do Islã na África, o tráfico negreiro e a colaboração de influentes dirigentes africanos com os colonizadores europeus.

Graças ao clima de consenso que prevalecia na Unesco quando foi diretor geral da organização o senegalês Amadou Mahtar M'Bow, os 39 membros da comissão científica chegaram a um acordo satisfatório para todas as partes.

A *História Geral da África* é, portanto, uma obra de fundamental importância para todos os pesquisadores e historiadores desejosos de conhecer a evolução cultural, religiosa e política do continente negro desde a pré-história até a nossa época.

Impacto na África – Os dois primeiros volumes da *História Geral da África* tiveram um impacto enorme na África. Mas tendo em vista o preço elevado de cada volume (cerca de 36 dólares) e os complicados problemas de distribuição, monopolizada por duas ou três empresas particulares, apenas as bibliotecas públicas e as universidades possuem hoje essa obra monumental.

Em compensação, devido a seu interesse, ela está sendo integralmente vertida para o espanhol, italiano, chinês e japonês. Ela deverá ser traduzida na sua íntegra em português dentro de dois ou três anos.

Além da edição especial em oito volumes, a Unesco resolveu lançar edições

resumidas em várias línguas. São volumes de aproximadamente 450 páginas, sem bibliografia seletiva nem índice. Os primeiros já começaram a ser publicados em francês (quatro dos oito volumes), inglês (quatro volumes), chinês (quatro), coreano (três) e italiano (três). A edição em japonês está a cargo da editora Dohosha Shuppan Co que publicou até agora quatro volumes, pagando diretamente os direitos autorais à organização internacional sediada em Paris.

A partir de 1989, uma edição resumida da *História Geral da África* foi publicada em três línguas africanas *swahili*, *haoussa* e *peul*. Está sendo estudada a possibilidade de publicá-la em *ioruba* e *lingala*. Os volumes têm uma tiragem bastante limitada, em consequência das dificuldades financeiras da Unesco e do reduzido poder aquisitivo dos estudantes e intelectuais da África subsaariana.

Faltam recursos – Para levar adiante a publicação integral da *História Geral da África* em francês e árabe, além das edições resumidas, a Unesco precisa de 750 mil dólares que espera conseguir junto a fundações ou empresas privadas. Até agora a organização gastou um total de 3,5 milhões de dólares, tirados do seu próprio orçamento, além de 3,1 milhões fornecidos por alguns Estados-membros a título de contribuição voluntária. Com 1,2 milhão de dólares, a Líbia foi o país africano e árabe que prestou até o momento a maior ajuda financeira.

Como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha não pretendem reingressar tão cedo na Unesco, privando assim a organização de 25% do seu orçamento, a necessidade de obter novos fundos se torna urgente. Do contrário, a não ser em inglês, as demais edições da *História Geral da África* não poderão ser publicadas. Veremos se a Conferência Geral, que se reunirá em Paris no fim deste ano para escolher o novo diretor geral, conseguirá resolver este problema. ■



O resgate da sua história é fundamental para a auto-estima das novas gerações de africanos

Um novo Khmer?

A exaustão após décadas de guerra e a tentação da vida urbana estão mudando o grupo armado responsável por extermínios em massa nos anos 70

Andrew Lam

Após viverem 14 anos nas selvas, os militantes do Khmer Vermelho estão enfrentando uma crise de identidade. Conhecida como a mais disciplinada e cruel, a menos corruptível e mais nacionalista das organizações em luta no Camboja, o Khmer Vermelho está mudando. Várias atitudes assim o demonstram.

Apesar das ameaças de sabotar as eleições de maio passado promovidas pela ONU, o Khmer Vermelho forneceu transporte para que milhares de eleitores votassem no príncipe Norodom Sihanouk.

Depois, deixou perplexos os seus compatriotas cambojanos ao endossar publicamente a democracia. Finalmente, e mais importante, os seus líderes manifestaram o desejo de incorporar o seu próprio exército — os *dentes de tigre* — às forças do governo interino e abrir o território sob o seu controle (cerca de 20% do Camboja) para uma inspeção da ONU em troca de um papel no novo governo.

Apesar de continuar se mantendo à margem do processo de pacificação e redemocratização do país, as declarações do grupo sugerem que pode estar próximo o fim das tropas outrora responsáveis pelos extermínios em massa no Camboja. E o fato do Khmer Vermelho estar desejando negociar uma parcela do poder na capital que destruiu há mais de uma década demonstraria uma radical mudança de atitude.

As causas da nova postura — O que aconte-

ceu? Na época do seu apogeu, o Khmer Vermelho tinha todo o apoio da China. Hoje, porém, mais em sintonia com o novo contexto internacional, o governo de Beijing decidiu apoiar o processo eleitoral promovido pela ONU e se distanciou de seu antigo aliado. Superado em poder de fogo pelas outras três facções em luta, o Khmer Vermelho teria decidido, então, apostar em um jogo menos arriscado.

Alguns observadores, no entanto, não descartam a possibilidade de tudo não passar de uma tática: o Khmer Vermelho poderia estar tentando ocupar Phnom Penh uma vez que seu exército estivesse ali baseado.

Há ainda uma outra interpretação: o Khmer Vermelho teria sucumbido ao capitalismo e à exaustão. Negociantes tailandeses decadentes teriam tido mais sucesso ao derrotar esta facção através da corrupção do que o governo do *ex-premier* comunista Hun Sen através da guerra.

É um fato que nos últimos anos o Khmer Vermelho tem se tornado cada vez mais cosmopolita e menos ligado às áreas rurais. O controle da maior parte dos recursos naturais do Camboja dei-

xou o Khmer Vermelho mais rico do que poderia imaginar. Fontes de espionagem tailandesas concluíram que só este ano o Khmer Vermelho já ganhou mais de um bilhão de dólares em vendas para madeireiras tailandesas. Também possui uma renda fixa de 3,8 milhões de dólares mensais pela venda de pedras preciosas da mina de Pailin.

Nos meios políticos do Sudeste asiático se afirma que Pol Pot, professor de primeiro grau que se tornou o líder do Khmer Vermelho, está morando em uma vila na Tailândia com altíssimo padrão de vida.

Beco sem saída — No ano passado, ao longo da fronteira do Camboja com a Tailândia, pessoalmente vi um grupo de adolescentes bem vestidos ouvindo rock em um café. As garotas estavam maquiadas e o rapazes usavam jeans. “Quem são esses jovens?”, perguntei ao meu intérprete. “São soldados do Khmer Vermelho”, sussurrou.

Houve uma mudança fundamental entre esses jovens soldados, para quem a memória do passado sanguinário é remota e que desejam uma vida urbana e burguesa. Por que morrer por uma causa longínqua quando se pode ter dinheiro para comprar *walkmen*, videocassetes e motocicletas?

Phnom Penh está repleta de oficiais do Khmer Vermelho que viraram homens de negócios e donos de restaurante. De fato, após haver exilado um milhão de pessoas, matado outro milhão e meio (mais de 150 mil vietnamitas) e deixado centenas de milhares de mutilados, o Khmer Vermelho e sua revolução cultural estão em um beco sem saída.

Hoje, a maior parte dos velhos combatentes aspira a comprar um bom carro, alguns têm contas bancárias no exterior e, em geral, todos sonham em voltar para a cidade — o “antro de corrupção” que antes tanto execravam.



A venda de madeira rendeu ao Khmer só este ano 1 bilhão de dólares

* Escritor radicado em São Francisco, Estados Unidos, e editor do Pacific News Service, o autor deste artigo tem percorrido por várias vezes, nos últimos anos, o Camboja

A indústria do sexo infantil

Richard Ehrlich

Diante do olhar complacente de alguns policiais, meninos e meninas perambulam pela praia de um balneário próximo à capital, Bangcoc, passando de um homem a outro, aos quais se oferecem em troca de um prato de comida. "É melhor aqui do que na Alemanha", diz um dos homens, enquanto põe um garoto de 15 anos no colo e olha para outros que passeiam pela praia: "Tailândia é o melhor lugar para se buscar adolescentes", garante.

Chamada por alguns de a "Disneilândia dos pedófilos", a Tailândia, segundo organizações não-governamentais, tem até 800 mil meninas e meninos que vivem da prostituição. Mas, com 400 mil tailandeses já portadores do HIV, o vírus causador da Aids, o governo decidiu atacar os piores aspectos da indústria do sexo e combater os envolvidos na prostituição infantil.

Apesar da oposição de alguns setores que lucram com o comércio sexual de crianças, o primeiro-ministro tailandês, Chuan Leekpai, está decidido a erradicá-lo.

Desde que se lançou a campanha, em fins de 1992, vários bordéis já foram fechados por oferecerem os "serviços" de meninas muito jovens. A maioria das garotas resgatadas contam que passam os seus dias "satisfazendo" a muitos homens, usualmente sem camisinhas, embora, segundo a lei tailandesa, seja ilegal ter relações sexuais com meninas menores de 15 anos.

No entanto, a legislação é vaga a respeito das sanções a serem aplicadas contra os que cometem esse crime. De acordo com a Divisão contra a Delinqüência, os donos de bordéis e os proxenetas considerados culpados por prostituir meninas poderiam ser condenados a um ano de prisão.

Novas leis - Agora, vários líderes políticos e comunitários da Tailândia querem que também se torne ilegal ter relações sexuais com meninos e pressionam para que a

Fortes interesses econômicos e a complacência de policiais corruptos dificultam a luta contra a prostituição de adolescentes e crianças nos balneários da Tailândia

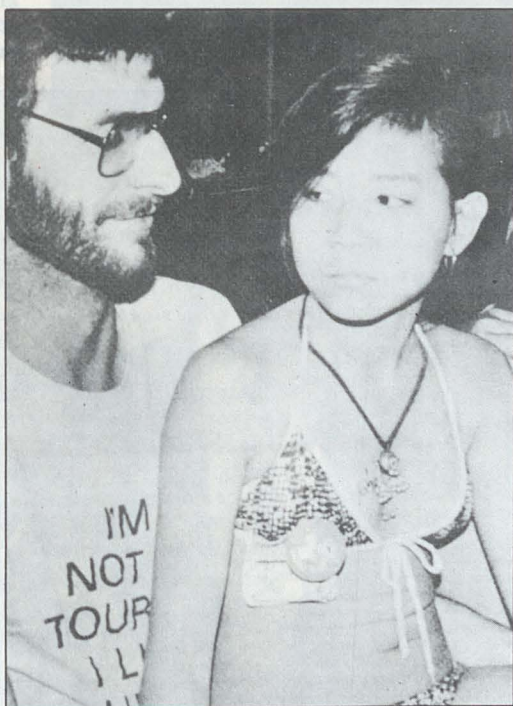
idade limite se eleve a 18 anos. Uma nova lei apresentada recentemente ao Parlamento pede, além disso, penas de um a cinco anos de prisão e uma pesada multa para aqueles que praticarem sexo com meninos ou com mulheres forçadas "por métodos violentos" a se prostituir. Os que alugam imóveis para proxenetas que oferecem prostituição infantil também seriam condenados de cinco a dez anos de prisão, além de pagar grandes multas.

Mas, devido ao vínculo entre o comércio sexual com crianças e a lucrativa indústria turística da Tailândia, muitos estão convencidos de que policiais e funcionários do governo que supostamente lucram com esse negócio farão vista grossa. Segundo especialistas da área de assistência social que atuam na Tailândia, muitos dos clientes dos meninos prostitutos são estrangeiros, principalmente turistas da Alemanha, Inglaterra, Canadá e EUA.

Manual para pedófilos - Para o frei Raymond Brennan, sacerdote católico há 20 anos neste país, o balneário de Pattaya é a "Meca da prostituição infantil na Tailândia". E acrescenta: "Em Pattaya há mais de mil meninos e meninas prostitutos. Temos uma menina que provavelmente não poderá ter filhos porque foi usada por adultos e ficou com seqüelas talvez irreversíveis."

Perto da praia há um hotel muito popular entre os estrangeiros que buscam o sexo com crianças. Ultimamente, o gerente está distribuindo aos hóspedes folhetos que advertem que a prostituição infantil é ilegal, mas instruindo-os ao mesmo tempo sobre como evitar envolver-se em "grandes problemas".

O folheto aconselha ainda os hóspedes a que evitem caminhar com os meninos pelas ruas e que usem a porta dos fundos do hotel, porque senão "algum funcionário do governo ou policial poderá vê-lo". E conclui: "Estão levando isto a sério porque acabaram de receber uma ordem do primeiro-ministro. Atenciosamente, o gerente". ■



No corpo ainda não formado e no olhar triste, as marcas de uma infância aviltada pela miséria

O começo de uma nova era

Beatriz Bissio

Quando visitamos pela primeira vez o campo de refugiados de Chatila, em Beirute, em 1980, o impacto foi enorme. Não pela miséria da maioria dos lares, ou pelo olhar triste das crianças que brincavam em meio a poças de água suja. Essa dura realidade nós também conhecemos na América Latina. Mas em nossas favelas, as pessoas não são estrangeiras. Naquele subúrbio libanês, quase todas as casas – ou melhor dito, barracos – tinham uma pequena bandeira palestina.

E quando, com a ajuda do intérprete, conseguimos nos comunicar com uma senhora que estava na porta de sua modesta casa, sua resposta simples não deixava dúvidas sobre o sentimento dessas pessoas: “Meu maior desejo? Não morrer antes de voltar à Palestina.”

A imagem daquela mulher foi a primeira lembrança que me veio à mente,

Comparada por sua importância à queda do Muro de Berlim, a assinatura do acordo de paz entre Israel e a OLP abre caminho para negociações frutíferas entre os trabalhistas e os governos árabes

quando, através do poder onipresente da televisão, pude compartilhar com milhões de seres humanos o momento histórico da assinatura do acordo de reconhecimento mútuo entre a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e o Estado de Israel, nos jardins da Casa Branca.

Depois do aperto de mãos entre Yasser Arafat e Yitzhak Rabin abriu-se uma perspectiva real de paz para um conflito que parecia não ter fim. Agora, sonhos como o que ao longo de toda a sua vida acelerou a sofrida avó de Chatila estão mais próximos de tornar-se realidade.

Cai outro muro – Por sua importância, a assinatura desse acordo foi comparada com a queda do Muro de Berlim. Quase um século se passou desde que, em 1897, o jornalista austríaco Theodor Herzl defendeu a criação de um Estado para os judeus da diáspora, estimulando a emigração para a Pales-



O histórico aperto de mãos entre o primeiro-ministro Rabin e o líder palestino Yasser Arafat

ORIENTE MÉDIO

ISRAEL/PALESTINA



Palestinos comemoram em Jerusalém a assinatura dos acordos entre Israel e a OLP

status de Jerusalém (que tanto israelenses quanto palestinos reivindicam como capital), o retorno dos exilados, o destino das colônias judias em terras palestinas, a definição das fronteiras e os demais aspectos relativos à segurança.

Um futuro diferente – Um novo mapa geopolítico está surgindo na região, destinada a incorporar-se às áreas de maior prosperidade econômica do mundo se superar o desafio de consolidar a paz. Assim como a Europa constrói hoje sua unidade política, depois de superados os traumas da Primeira e Segunda Guerra, o Oriente Médio poderá assistir nas próximas décadas à formação de uma confederação entre os países da região, que ajude a utilizar mais racionalmente suas potencialidades.

As bandeiras palestinas que surgi-

ram da noite para o dia nos velhos casarões de Jerusalém são o anúncio de um futuro diferente. As novas gerações de palestinos é de israelenses, como acontece hoje com os jovens alemães e franceses, verão com naturalidade a convivência e a cooperação.

Nesse exemplo se inspirava Arafat, quando alguém lhe recordava os ódios alimentados por ambas as partes. "As novas gerações superarão esse desafio", sempre o escutamos dizer com confiança. Os sofrimentos dessas décadas servirão, sem dúvida, para consolidar o compromisso dos jovens com a paz. Afinal de contas, nesse território estratégico que tem sido ao longo da História um ponto de encontro de civilizações, povos muito diferentes conviveram de forma construtiva antes que interesses das grandes potências decidissem entrar na região e defender sua própria causa. ■

tina. Na fundação do chamado Movimento Sionista está o germe do conflito árabe-israelense, cuja solução agora parece estar encaminhada.

Muitas gerações de ambos os lados viveram e morreram envenenadas pelo ódio desencadeado pela luta por aquele território. A chamada comunidade internacional e em particular as potências industrializadas – Inglaterra e França em primeiro lugar – tiveram responsabilidade direta na criação do conflito. Agora, lhes cabe desempenhar um papel ativo para ajudar a consolidar o acordo negociado sigilosamente pelos dirigentes de Israel e da OLP, com a oportuna mediação do governo da Noruega.

Uma espécie de Plano Marshall para o Oriente Médio, com ênfase no apoio ao desenvolvimento da Faixa de Gaza e Cisjordânia, é considerado o complemento necessário para a autonomia que começa a ser posta à prova nos territórios ocupados. O Grupo dos Sete e as ricas monarquias do Golfo seriam os responsáveis pelo plano de ajuda econômica, que algumas estimativas situam em torno de 600 milhões de dólares anuais. Outras fontes calculam em 4 bilhões de dólares ao ano e especialistas palestinos em planejamento falam de 12 bilhões de dólares de investimento, de hoje até o ano 2000, dando prioridade à construção de moradias e à reativação do porto de Gaza.

Cifras à parte, o acordo assinado entre Israel e a OLP, além do reconhecimento mútuo, define o primeiro passo no caminho da autodeterminação do povo palestino e constitui a semente de uma negociação mais ampla, entre Israel e seus vizinhos árabes. No primeiro período, de cinco anos, a jurisdição do Conselho Palestino a ser criado se limitará a Gaza e à cidade de Jericó, na Cisjordânia, às margens do rio Jordão, motivo pelo qual o acordo foi chamado de *Opção Gaza-Jericó*.

As tropas israelenses se retirarão desses territórios imediatamente e assumirá suas funções uma polícia palestina que está sendo treinada nos países árabes, em particular no Egito. Tropas palestinas poderão ajudar a nova polícia.

Em um prazo de cinco anos, todas as questões pendentes de negociação deverão ser resolvidas, entre elas o

As posições de Arafat

Em seus quase 20 anos de existência, cadernos do terceiro mundo acompanhou as vicissitudes das difíceis relações entre palestinos e israelenses. A partir de informações colhidas no Líbano, Síria, Jordânia, Iraque, Tunísia, Egito, Líbia e Argélia, ou nos próprios territórios ocupados, sempre buscamos oferecer aos nossos leitores análises exclusivas sobre a luta dos palestinos pelo seu Estado independente. Da mesma forma, acompanhamos a evolução da sociedade e dos grupos políticos israelenses em relação ao problema.

Como não podia deixar de ser, um dos referenciais dessa cobertura jornalística foi Yasser Arafat, conhecido entre os palestinos por seu nome de guerra de Abu Ammar. Em várias oportunidades, publicamos entrevistas realizadas por membros da nossa equipe editorial com o presidente da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), concedidas em diferentes partes do mundo. Essas são algumas das principais declarações do líder palestino para nossa revista:



Yasser Arafat: confiança ilimitada na vitória

Abril de 1980

“Devo recordar-lhes que um dos pontos importantes de nosso programa, aprovado nas últimas sessões do Congresso Nacional da OLP, define que os palestinos têm direito a estabelecer um Estado independente em qualquer lugar da Palestina do qual os israelenses tenham se retirado ou que haja sido libertado. Estamos lutando por isso, em nome do Congresso Nacional.”

“Sabemos que o balanço das forças militares pende para eles. O fato é que não estamos enfrentando Israel; estamos enfrentando os Estados Unidos. Estamos enfrentando o Ocidente, que é quem apóia e arma Israel.

Mas nós somos determinados. Estamos certos de que, cedo ou tarde, alcançaremos a vitória. Não estamos preocupados com o tempo (que isso possa levar), porque estamos do lado da História. E a História nunca mente.”

nº 37

Entrevista concedida a Neiva Moreira e Beatriz Bissio no quartel-general da OLP em Beirute

Agosto de 1981

“Como pôr fim à guerra? Reconhecendo os direitos do povo palestino que foram aprovados pelas Nações Unidas: o direito a regressar à nossa pátria, direito à autodeterminação e o direito ao nosso Estado independente, de acordo com as leis internacionais. Somos seres humanos, e temos direito a viver como tal, não como apátridas, sem documentos.”

“Vivemos uma tragédia cotidiana aqui em Beirute, porque não temos onde enterrar nossos mártires. Há uma lei no Líbano que proíbe os palestinos de comprar terras. Temos um velho cemitério, mas está totalmente repleto e não podemos comprar terras para construir outro. Aonde, então, vamos enterrar nossos mortos?”

nº 46

Entrevista concedida a Sus Van Elzen, em Beirute

Fevereiro de 1982

“Em 1956, o então secretário de Estado norte-americano John Foster Dulles disse que o povo palestino era real-

mente infeliz porque a geração que sofreu a expulsão e o exílio ia desaparecer e a próxima geração se esqueceria da Palestina. Vocês viram as crianças palestinas nos campos de refugiados. Elas são a melhor resposta à profecia de Dulles, essa sim, uma declaração infeliz. A nova geração, nascida no exílio, é muito mais apegada à terra do que ele esperava.

Para acabar com o drama palestino, o essencial é que os Estados Unidos suspendam a ajuda militar, política, financeira e diplomática que fornece a Israel, desobedecendo as resoluções da ONU. É graças a essa ajuda que Israel pode levar a cabo suas ações criminosas, fascistas, não só contra os palestinos no exílio, mas contra os palestinos dos territórios ocupados.”

nº 42

Entrevista concedida em Beirute ao jornalista Moacyr Werneck de Castro

Novembro de 1985

“A OLP não pode se desmembrar. Ela representa o povo palestino em seu conjunto. Enquanto nós dizemos que representamos o povo palestino, os is-

Mensagem a partir de Beirute sitiada

*Irmão Neiva Moreira
Irmã Beatriz Bissio
cadernos do terceiro mundo
Rio de Janeiro
Saudações revolucionárias*

Recebi com grande apreço em Beirute sitiada vosso telegrama de solidariedade para com a luta dos povos libanês e palestino contra a invasão sionista de Israel. Agradeço os calorosos sentimentos de solidariedade militante, que são os mesmos de toda pessoa livre e nobre no mundo, em respeito à luta de seus irmãos e irmãs contra o imperialismo, o sionismo, o racismo e o fascismo.

A invasão israelense do Líbano não teria sido efetivada sem o apoio ilimitado e em todos os níveis dos Estados Unidos, ao inimigo israelense, ao qual forneceu as armas mais modernas, inclusive aquelas internacionalmente proibidas.

Nessa invasão, o inimigo destruiu dezenas de cidades e povoados libaneses, assim como os campos de refugiados palestinos. Provocou danos incalculáveis às propriedades e uma perda de vidas sem precedentes. Foram mortas ou feridas mais de 30 mil pessoas. Há mais de dez mil

desaparecidos e um milhão de civis libaneses e palestinos desabrigados.

A ferocidade da agressão e a barbárie do inimigo só podem contribuir para aumentar nossa determinação de continuar resistindo contra a ocupação e prosseguir nossa marcha revolucionária que visa à conquista dos direitos do nosso povo árabe-palestino – incluindo seu direito ao retorno, à autodeterminação e ao estabelecimento de um Estado palestino no território de sua pátria, a Palestina – assim como a sufocar a agressão contra a terra irmã, o Líbano, e nossa amada Palestina.

Revolução até a vitória!

*Yasser Arafat
Presidente do Comitê
Executivo da OLP
Comandante-em-chefe das
Forças da Revolução Palestina
Beirute, 24 de julho de 1982*

nº 47

(Telex recebido por nossa redação, de Yasser Arafat, em resposta a uma mensagem de solidariedade que lhe foi enviada em Beirute durante o cerco israelense, em nome de toda a equipe de cadernos do terceiro mundo)

pre vencemos, inclusive através da ascúcia, quando não tínhamos a força.”

nº 98

Entrevista concedida a Beatriz Bissio e Neiva Moreira, na Tunísia, ao finalizar a 18ª reunião do Conselho Palestino, o Parlamento no exílio

Novembro de 1987

“A ocupação das nossas terras e a repressão não impedirão que os palestinos continuem exigindo seus direitos. Cabe à comunidade internacional julgar quem é o agressor e quem é o agredido. Da nossa parte, estamos dispostos a examinar qualquer proposta de paz, de acordo com o direito internacional. Estamos preparados para aceitar todas

as resoluções das Nações Unidas. Repito: todas, inclusive aquelas que os israelenses dizem que jamais aceitaremos. Mas é necessário impedir que se afirme que nós não existimos ou que vamos desaparecer.”

“O povo palestino já realizou dois milagres. O primeiro, ter organizado e aperfeiçoado uma resistência armada. O segundo, ter realizado uma revolução cultural. Nós provamos que no Oriente Médio é possível viver e praticar a democracia, inclusive sob os bombardeios da aviação israelense.”

nº 102

Entrevista concedida a Alberto Mariani em Genebra, Suíça, durante a 4ª Conferência de Organizações Não-Governamentais

raelenses afirmam que a OLP não é a única representante dos palestinos. Mas, a partir do momento em que grupos marginais – palestinos ou não, porque alguns são desconhecidos – cometem atos contra a comunidade internacional, culpam sempre a OLP.

(Arafat se referia ao grupo armado que seqüestrou o navio italiano Achille Lauro, operação que Israel atribuiu à OLP)

“Sou o responsável político da OLP, não sou o tutor de todas as pessoas, palestinas ou não, que dizem pertencer ao movimento palestino. Ou por acaso o governo italiano é responsável pelo que fazem as Brigadas Vermelhas? O governo alemão é responsável pela Fração do Exército Vermelho?”

“Somos uma nação ocupada. Enfrentamos o terrorismo. Segundo a Carta das Nações Unidas, temos direito a resistir. Não estamos levando adiante uma guerra de conquista. Nós estamos apenas resistindo; desejamos a paz para nosso povo. É o mesmo caminho que os norte-americanos e os judeus seguiram para lutar contra a ocupação britânica. É o mesmo que os europeus fizeram para enfrentar o nazismo. Não existe contradição entre nossos esforços de paz e nossa luta.”

nº 81

Entrevista concedida na Tunísia a Alberto Mariani

Maio de 1987

“Na 18ª reunião do Conselho Nacional Palestino o que todos queríamos era alcançar a unidade. Isso foi conseguido. Fortalecemos a unidade da direção política palestina, que reflete a unidade da população dos territórios ocupados. A OLP saiu fortalecida como única representante do povo palestino.”

(Nessa reunião, se reincorporaram à OLP a Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP) e a Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP))

“Nós, palestinos, temos grande experiência. Antes de Israel, já sofremos outras ocupações da nossa terra, sem-

Uma ferida não cicatrizada

Interessado em uma melhoria das relações com seus vizinhos, o Japão pede desculpas por ter obrigado 200 mil jovens asiáticas a satisfazer sexualmente seus soldados durante a II Guerra Mundial

Claudia Guimarães

O emprego não era uma maravilha, mas oferecia melhores perspectivas do que continuar como empregada doméstica em Seul. Por isso, Hwang Keun Soo, 16 anos, não pensou duas vezes em se candidatar a uma vaga numa fábrica têxtil. Corria o ano de

1944, a península coreana estava ocupada por tropas japonesas e a situação econômica era difícil.

Aprovada no teste, Soo embarcou, junto com centenas de outras jovens, em um trem que as levaria a um destino sem volta. Nem as janelas vedadas com papel negro foram suficientes para despertar sua suspeita... Só ao desembarcar, a jovem descobriu que não

havia fábrica alguma, apenas um conjunto de barracões, onde todas passariam a viver encerradas. Para aceitar as novas condições de "trabalho", passaram por uma "doutrinação" de 15 dias, durante os quais foram sistematicamente espancadas e violentadas por diversos soldados até perder a consciência.

Soo foi uma das cerca de 200 mil asiáticas escravizadas durante a II Guerra Mundial para satisfazer sexualmente os soldados do Exército Imperial japonês. Um trágico contingente onde havia também chinesas, indonésias, filipinas e malaias.

"As garotas que contraíam infecções para as quais não havia remédio eram sumariamente mortas. Éramos tratadas como porcos ou cachorros", lembra Soo com lágrimas nos olhos.

Depoimentos dramáticos como o seu serviram para trazer à tona nos últimos anos uma das principais feridas do Sudeste asiático. Uma ferida não cicatrizada e que, meio século depois, ameaçava se tornar um obstáculo intransponível para a melhoria das relações político-econômicas do Japão com seus vizinhos.

O Japão pede desculpas - O primeiro passo para cicatrizá-la foi dado pelo governo japonês ao admitir, em agosto passado, sua responsabilidade em tal atrocidade. Até julho de 1992 - quando Tóquio publicou um relatório sobre o assunto - as autoridades daquele país atribuíam o fato a "civis japoneses", que teriam montado bordéis para onde voluntariamente teriam ido as jovens se prostituir.

O comunicado oficial - lido dois dias antes do aniversário do lançamento da bomba de Hiroxima - foi o último ato político importante do governo de Kiichi Miyazawa, do Partido Liberal Democrata (PLD), que dominou a vida política japonesa durante os últimos 38 anos. "O governo lamenta e



Uma senhora sul-coreana de 70 anos, ex-escrava sexual, participa de um protesto contra a visita do primeiro-ministro japonês a Seul

MULHER

ÁSIA



Formosa: três sobreviventes concordam em participar de uma conferência de imprensa, mas com os rostos escondidos por uma cortina negra

poderia ter tardado muitos outros mais se novos fatores não tivessem influenciado nesse processo. Por um lado, foi fundamental a atitude de um grupo de sobreviventes sul-coreanas que entrou com um processo judicial em 1991, exigindo desculpas oficiais e indenização do governo japonês. Uma decisão corajosa, levando-se em conta o quanto essas senhoras – todas na faixa de 60 a 70 anos – se expuseram ao revelar fatos que muitas

vezes suas próprias famílias desconheciam.

Mas, acima de tudo, foi determinante o novo contexto internacional. O Japão, reconhecidamente uma das principais potências econômicas do mundo, busca hoje um equivalente peso político no cenário pós-Guerra Fria. E para isso, entre outros obstáculos, deve se livrar do fantasma do seu passado militarista e expansionista, que até hoje tira o sono de seus vizinhos.

“O Japão precisa começar de novo”, assinalou Morihiro Hosokawa, atual primeiro-ministro japonês que sucedeu Miyazawa no poder. “Não podemos continuar tendo um papel ativo no campo internacional sem ter o apoio da Ásia”, acrescentou o dirigente.

Esse apoio, sabe o governo nipônico, passa necessariamente pelo drama das asiáticas obrigadas a se prostituir há meio século. Uma história que, mesmo que algumas sobreviventes consigam indenizações nos tribunais, não terá final feliz.

“De que me serve o dinheiro?”, pergunta Soo. “Minha vida foi arruinada. Emocionalmente, me destruíram. Nunca quis me casar, já que o simples pensamento ou visão de um homem me causava náuseas.”

Para ela, como para as centenas de jovens que nunca saíram daqueles barracos, ou as milhares que levaram para o túmulo a dor e a humilhação daqueles dias, nenhuma desculpa será suficiente. ■

sinceramente pede desculpas pela indescritível dor que essas mulheres, independentemente de suas nacionalidades, sofreram ao se verem obrigadas a fazer o papel de escravas sexuais”, dizia a declaração. E acrescentou que o “Japão reconhece os fatos históricos e, em vez de ocultá-los, aprenderá com eles para nunca mais repetir os mesmos erros”.

Apesar de não ter mencionado a possibilidade de uma indenização às prostitutas forçadas, Tóquio prometeu dar assistência médica às três vítimas chinesas da bomba atômica lançada pelos Estados Unidos em Hiroxima, em 1945 (ver **cadernos do terceiro mundo**, nº 164).

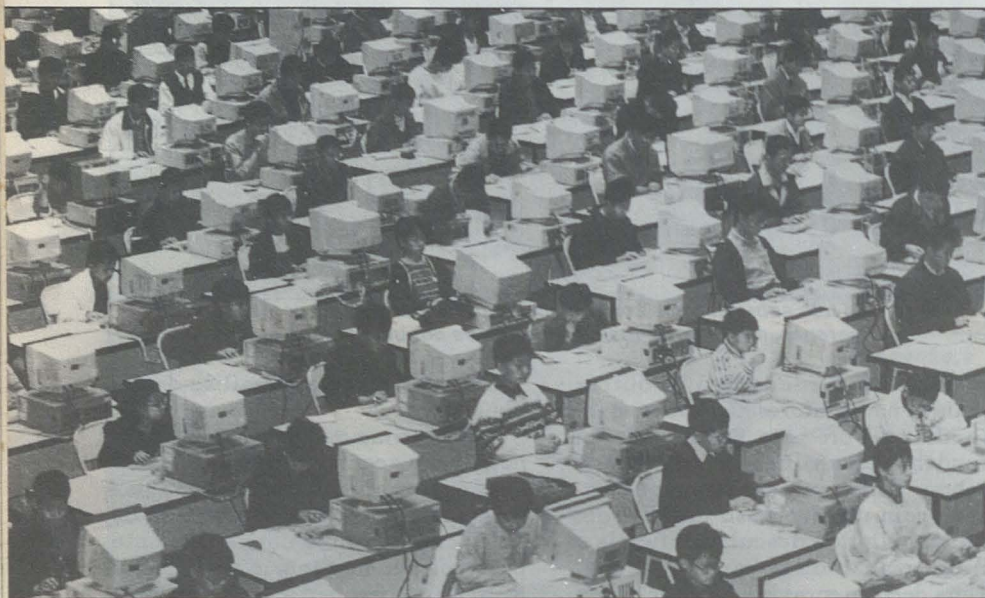
As três ex-prisioneiras de guerra foram as primeiras cidadãs chinesas oficialmente reconhecidas como vítimas do ataque atômico. Elas faziam parte de um total de 100 mil asiáticas que o governo japonês levou compulsoriamente para trabalhar nas suas fábricas. Um número indeterminado delas terminou morrendo ou ficando gravemente ferido pela bomba, mas até então haviam sido ignoradas nas homenagens oficiais às vítimas do ataque.

Interesses geopolíticos – O pedido de desculpa levou quase 50 anos e



Vítima e algoz: Seiji Yoshida (dir.), encarregado durante a guerra de “recrutar” jovens, cumprimenta Kim Hak-Soon, uma das milhares de vítimas dessa política

Muita tecnologia, pouco emprego



Ásia: um mercado muito competitivo obriga os jovens a dominar as novas tecnologias

A incorporação de novas tecnologias pode ajudar a recuperação econômica nos países industrializados, mas não implica, necessariamente, maior oferta de empregos

Hazel Henderson*

Em 1978 a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) advertiu que se as tendências que até então se refletiam na economia continuavam presentes nos 24 países industrializados que a integram, "a década de 80 pode ser um período de recuperação econômica com desemprego".

Embora isso não tenha se concretizado totalmente nos anos 80, o diagnóstico da OCDE pode muito bem ser confirmado nos anos 90. Hoje, nos Estados Unidos, o governo de Bill Clinton

enfrenta exatamente essa situação. A atividade econômica está em vias de recuperação — depois da recessão dos anos 1991 e 1992 que provocou a derrota eleitoral de George Bush —, mas se trataria de um crescimento que não gera mais empregos.

No Japão também começa a haver escassez de oferta de trabalho embora as estruturas e normas sociais mantenham o índice de desemprego em 2,3%. No Reino Unido, França e outros países do G-7 (grupo dos sete países mais industrializados), a desocupação chega em média a 10% ou um pouco mais.

Contradição — "Crescimento econômico sem aumento da oferta de em-

pregos" é, na realidade, uma contradição, porque um dos principais objetivos da recuperação da atividade econômica é criar condições para o pleno emprego, tal como reza uma lei dos Estados Unidos de 1946, *Employment Act*, venerada pelos norte-americanos como uma relíquia sagrada.

Paralelamente, este fenômeno mostra o estrondoso fracasso das políticas econômicas que o engendraram. Economistas de esquerda e de direita ofereceram aos políticos uma "Terra Prometida" de desenvolvimento econômico e progresso industrial, cujo objetivo era criar novos postos de trabalho e obter condições para o pleno emprego. Mas não é isso que tem ocorrido.

Comparando o fenômeno a um automóvel com problemas, o conselho que os economistas dão é apenas fazer uma revisão no motor; raramente indicam como reconstruir o modelo.

É assim que costumam atuar os economistas do Banco Mundial (Bird), do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou das Nações Unidas. Quase sempre estes especialistas provêm de umas poucas universidades de elite, como as de Harvard, o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) ou a Escola de Economia de Londres.

Essas fórmulas de desenvolvimento econômico continuam sendo baseadas no aumento da *produtividade per capita*, que leva a uma utilização cada vez mais intensa do capital, da energia e dos recursos naturais, assim como a um aumento da robotização.

Qualquer leigo em economia poderia perguntar se essas fórmulas — que fazem o aumento da industrialização depender de cortes na mão-de-obra — não estariam, de fato, provocando o desemprego através do estímulo à automatização. Ninguém, exceto os economistas, recomendaria dinamizar o aparelho produtivo aumentando o desemprego, sem que ao mesmo tempo se recomendassem medidas para compensar e absorver os que perderam o trabalho.



EUA: empregados da Boeing protestam contra a onda de demissões

centivos fiscais a investimentos, além de novas manipulações estatísticas. Começou a considerar-se que uma jornada de 20 horas semanais significava um emprego de tempo integral. Assim, enquanto desapareciam da indústria milhões de ofertas de trabalho de 40 horas semanais, criavam-se outros milhões de empregos de 20 horas. Atualmente, 30% da mão-de-obra norte-americana está empregada em atividades temporárias.

Esse resultado se produziu porque as injeções de estímulos fiscais para investimento provocaram um aumento ainda mais acentuado da automatização e, portanto, houve uma redução da mão-de-obra ocupada. Na verdade, o que seria necessário é uma política de estímulos fiscais que favorecesse a criação de novos empregos, para restabelecer o equilíbrio entre oferta e demanda de oferta de trabalho.

Nos Estados Unidos cada vez que há recessão, maiores são os incentivos aos investimentos. Alegam os economistas que tais subsídios, nas mãos dos empresários, servirão para a abertura de novas fábricas, com o consequente aumento da oferta de trabalho. Muitos de nós, porém, estamos convencidos de que, na realidade, este tipo de ajuda não faz senão aumentar o desemprego. Isto tem ficado evidente na reconversão de grandes empresas como a Sears, por exemplo, uma cadeia de grandes lojas que despediu 60 mil empregados como resultado da informatização de seus serviços. O mesmo ocorreu com os grandes cortes em-

preendidos por gigantes como a General Motors ou IBM.

Economia globalizada – Em uma economia globalizada como a atual, os investidores têm a possibilidade de escolher em que lugar do planeta irão maximizar seus lucros. Quase todos os empresários reconhecem que o incentivo fiscal não é um fator suficientemente forte para levá-los a investir em empreendimentos que não sejam rentáveis.

No entanto, os economistas dos dois grandes partidos norte-americanos continuam insistindo na utilização desses subsídios, apesar da síndrome do crescimento sem aumento da oferta de empregos ser já uma incômoda evidência.

Esses especialistas sustentam que o aumento da produtividade por indivíduo tem sido o motor da expansão econômica nos Estados Unidos desde o ano passado. No entanto, se esquecem do óbvio: a “produtividade” medida como resultado de cada trabalhador é ela mesma um indicador do desemprego crescente.

Essa linha de raciocínio encontra adeptos nos dois lados do Atlântico. Há alguns meses, a revista britânica *The Economist* chegou ao extremo de não só negar que o aumento da atividade sem crescimento da oferta de emprego seja um problema, como exaltou o fenômeno.

* Hazel Henderson é analista de desenvolvimento internacional, membro do Conselho Consultivo do Escritório de Assessoramento Tecnológico dos Estados Unidos. Seu último livro é *Paradigma in progress*

Produção das massas – Nas décadas de 60 e 70 houve um amplo debate sobre o crescente desemprego e tempo livre como conseqüências do acelerado ritmo de industrialização, do aumento da produtividade *per capita* e da robotização. Alguns economistas norte-americanos propuseram que se garantisse uma renda mínima aos trabalhadores e outros defenderam a isenção de impostos e subsídios para fazer frente ao desemprego estrutural que começa a produzir-se.

Na Europa, os sindicatos exigiram garantias de uma renda mínima para os trabalhadores, a redução da jornada de trabalho, a divisão da jornada completa entre vários trabalhadores, e a recapacitação profissional, assim como a participação de trabalhadores na propriedade das empresas e a criação de fundos mutuais, como contemplava na Suécia o Plano Meidener. Até um capitalista norte-americano, Louis O. Kelso, se pronunciou a favor da participação dos assalariados nos lucros das empresas.

Naquele momento, o britânico E. F. Schumacher e eu decidimos formular a mesma pergunta que havia feito o líder indiano Mahatma Gandhi: “Por que não substituir a produção de artigos em massa por uma produção das massas?”.

Desemprego “tolerável” – Depois da II Guerra Mundial se pensava que existia pleno emprego quando o desemprego era de 2% ou menos da população economicamente ativa. Quando esse objetivo se tornou muito difícil de se atingir, se elevou o percentual para 7%, taxa que hoje se considera oficialmente tolerável.

Cinquenta anos depois, o desemprego continua sendo o nó górdio das economias, desenvolvidas ou não. No entanto, quase todas as medidas destinadas a preparar-se para enfrentar o período que se aproximava – de crescimento econômico sem um consequente aumento da oferta de trabalho – foram engavetadas. Durante a década de 70, a queda do número de empregos foi disfarçada na maioria dos países mediante a manipulação de dados estatísticos.

Nos Estados Unidos, durante os anos 80, o aumento dos índices de desemprego foi ocultado através de in-

Repressão aos ciganos

Os neonazistas da Hungria e Eslováquia perseguem os ciganos com a conivência das autoridades, que os acusam de delinquentes

Nilda Navarrete

Nos últimos meses a Hungria, a Eslováquia e a República Checa aumentaram a repressão contra os ciganos e outras minorias étnicas com o argumento de combater a "criminalidade". Na Eslováquia, Frantisek Slevodnik – prefeito da cidade de Spisske Podharadi, situada no Nordeste do país –, chegou a emitir um decreto instituindo o toque de recolher e a autorização de entrar sem mandado nas casas de pessoas de "cor".

A má repercussão na população levou o prefeito a anular a medida, apesar dele continuar afirmando que "os ciganos dormem de dia para roubarem à noite". Os regulamentos de Spisske Podharadi permitiam à polícia até expulsar da cidade os que não tivessem residência fixa.

Na Hungria, as organizações ciganas acusaram o governo de "passivo" e de "querer negar que existe um núcleo neofascista que está atuando cada vez mais abertamente contra os estrangeiros e, em especial, contra os ciganos". A denúncia foi feita por Aladar Jorvath, um dos organizadores de uma passeata de protesto ocorrida na cidade húngara de Eger contra a crescente violência racial.

Durante a manifestação, da qual participaram mais de 2.000 ciganos, a polícia prendeu 26 neonazistas húngaros e alemães, estes últimos vindos em um microônibus do vizinho país "para apoiar a ação dos irmãos *carecas* (os *skinheads*) húngaros no ato pacífico".

A cidade de Eger, perto de Budapeste, é considerada o berço do movimento dos *carecas* na Hungria. Lá aconteceram os primeiros linchamentos de ciganos na década de 1980. "Seu isolamento é cada vez maior", asseverou o presidente húngaro, Arpad



Europa: neonazistas pregam a expulsão de imigrantes e ciganos

Goncz, ao referir-se aos movimentos racistas durante a inauguração de uma exposição de Budapeste sobre a arte e a vida dos ciganos na Hungria durante o século XX.

Na República Checa, desde princípios deste ano começaram a aplicar-se medidas drásticas contra os ciganos no norte da Bohemia, principalmente na região vizinha à Alemanha. Um exemplo foi a cidade de Usti Nad Labem, próximo à fronteira, onde os ciganos foram considerados indesejáveis. O argumento usado foi que a situação na região não permitia acolher esses ciganos, vindos da Eslováquia depois que

essa nação se separou dos checos em 1993 e sua economia entrou em crise.

Estado de sítio – No início deste ano, o procurador geral da Justiça checo, Jiri Setina, apresentou ao Parlamento um projeto de lei onde se pediam medidas excepcionais para garantir a ordem pública e se previa a possibilidade de declarar o estado de sítio nas cidades "ameaçadas" pela imigração cigana.

O próprio primeiro-ministro Vaclav Klaus admitiu seu temor de que os ciganos de origem eslovaca decidissem se transferir maciçamente para a República Checa, onde as condições de vida e de trabalho são melhores. O presidente do partido dos ciganos, Emil Scuk, acusou Setina de racista e no final o projeto de lei da Procuradoria não foi aprovado, mas os ânimos ficaram exaltados.

"Há muitos cidadãos de origem cigana que causam problemas, mas isso não quer dizer que a situação deva ser resolvida aplicando-se medidas discriminatórias contra todos", disse Scuk.

Na Eslováquia vivem 500 mil ciganos e na Boêmia e Morávia, na República Checa, 300 mil.

O sociólogo checo Jan Drabek afirmou que enquanto não houver sangue derramado, ninguém se interessará pelo problema. "É triste, mas é a realidade que se vive na Europa", diz.

Oldrich Chytil, professor da Universidade de Olomouc, na Morávia do Norte, considera que desde o começo dos anos 70 o programa social para os ciganos se mantém o mesmo. "Tenho a impressão de que sempre estamos nos esquecendo de que os ciganos pertencem a outra cultura", afirmou ao jornal checo *Prace*.

Chytil garantiu que tem medo dos sinais que chegam da ex-Iugoslávia "e daqueles que tratam de convencer-nos de que há pessoas melhores (que outras) e que devemos levantar muros para deter as investidas dos bárbaros imigrantes".

A longa rota da cocaína

A máfia mexicana começa a assumir maior responsabilidade no transporte de cocaína e no comércio de drogas nas principais cidades da Califórnia

Beatriz Hernández

Tia Eva recebe visitas de camisola e usando rolinhos de cabelo às duas da tarde ou às três da manhã. Ela é uma vendedora de cocaína e tem que estar de pé a qualquer hora. A mais de 500 km dali, os chefões da droga no México estão engajados em disputas sangrentas pelo controle das rotas de transporte.

Estamos em uma rua de São Francisco no bairro de Mission, ocupado majoritariamente por latinos. Se caminharmos três quadras em qualquer direção partindo do apartamento de Tia Eva encontraremos pontos de venda de cocaína por toda parte. Em um bar de Mission Street, ouve-se música mexicana a todo volume. O traficante é um homem de 50 anos em trajes de caubói mexicano: chapéu negro, botas negras. Seu sobrinho é o responsável pelo bar.

Sentada em um dos bancos do balcão está Maria Rosa, 40 anos, viciada em cocaína. Habitualmente, ela gasta 60 dólares para comprar 16 gramas de cocaína de traficantes que fazem ponto nesse bar. "Eles só falam de vacas", diz ela jocosamente, numa referência ao fato que a maioria dos traficantes vem das áreas rurais do Norte do México. Ela deve saber o que diz, já que é amante do sobrinho do traficante. A droga sai mais barata desta forma.

Uma policial disfarçada, que traba-

lha vigiando o lugar, diz que Mission se tornou o ponto central de abastecimento de cocaína da cidade. "O comércio é tão intenso que chega a ser irreal", diz ela.

A DEA (agência do governo norte-americano encarregada do combate ao tráfico de drogas) informa que nos últimos oito anos a cocaína consumida em São Francisco tem sido trazida e vendida cada vez mais por mexicanos.

O relatório anual de 1993 sobre tráfico internacional de drogas do Departamento de Estado diz que o México se tornou a rota intermediária de 50 a 70% da cocaína colombiana destinada aos Estados Unidos. "Estamos assistindo a um aumento crescente da distribuição e do tráfico mexicano de cocaína", diz o agente Ralph Lockridge, do DEA de Los Angeles.

Os mexicanos, por sua vez, trafecam dentro do território norte-americano a cocaína que recebem dos colombianos em pagamento por seus "serviços". As máfias mexicanas controlam agora a distribuição da droga na Costa Oeste enquanto os colombianos controlam as vendas na Costa Leste.

Guerras por território - O papel cada vez mais importante das famílias mexicanas como intermediárias no tráfico de cocaína para os Estados Unidos já resultou em guerras territoriais de gangues de rua. Autoridades da ci-

dade de San Diego acreditam que pelo menos uma dúzia de assassinatos em San Diego, Chula Vista, Imperial Beach e National City podem estar ligados às famílias da droga mexicanas. Muitos dos mortos são jovens latinos.

Apesar de ser habitual as gangues da Califórnia estarem em guerra entre si, o motivo dos choques agora é o tráfico de drogas. Muitas gangues de Mission estão ligadas ao tráfico de cocaína em grande escala que, por sua vez, está vinculado a organizações ainda maiores.

Porém, os novos traficantes não estão enriquecendo. "Não vi nenhum chefe de gangue fazer dinheiro como *Scarface*. Há muita competição, o que faz os preços baixarem", afirma Mario Paz, assessor do prefeito na prevenção do tráfico de drogas.

Dinheiro fácil - Assim como a venda de crack atraiu jovens afro-americanos desempregados, a cocaína vem atraindo a juventude latina, em busca de dinheiro e status. O crescimento desse comércio invariavelmente vem acompanhado do aumento da violência.

Mas especialistas afirmam que o derramamento de sangue se agravou pela disputa do controle de Tijuana, principal entrada de cocaína em Los Angeles que, ao lado de Houston, é o ponto de distribuição da droga para o resto do país. Em São Francisco, vendedores de cocaína como Tia Eva e El Enano (O Nánico) estão tomando cuidado para não pisar nos calos dos antigos vendedores de cocaína do outro lado da baía, na comunidade afro-americana de Oakland.

Para respeitar o território dos vendedores de cocaína negros, os latinos tiveram que popularizar a cocaína em sua própria vizinhança. Desde que a cocaína se expandiu da Colômbia para o México e desde que as máfias mexicanas entraram em cena, dar uma cheiradinha se tornou hábito no bairro de Mission, em São Francisco. E a longa rota da droga continua a abrir caminho para o norte. ■



Cidade do México: soldados transportam sacos contendo cocaína e maconha para serem incinerados

Em busca de um mundo mais humano

John Tinker*

As Nações Unidas não têm se destacado precisamente por dizer a verdade. Tradicionalmente seus relatórios têm se limitado a pintar situações em linhas gerais, evitando dar detalhes que possam ofender certos governos e nunca, mas nunca mesmo, citam um nome.

Com o primeiro informe sobre desenvolvimento humano, publicado em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) deixou de lado essa tradicional norma das organizações internacionais. Foi o melhor documento emitido pela ONU em muitos anos.

Em junho passado foi divulgado o quarto relatório sobre Desenvolvimento Humano do Pnud – um dos principais organismos de ajuda financeira do mundo – contendo tantos nomes que certamente provocará a ira de muitos. Ao mesmo tempo que definiu que o objetivo do desenvolvimento não pode ser a busca de mais dinheiro mas um maior bem-estar humano, o Pnud estabeleceu em 1990 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este indicador não só considera a renda medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), mas também fatores como a educação (quantos adultos sabem ler e escrever e com quantos anos as crianças vão à escola) e a saúde (medida pela expectativa de vida, pois povo saudável vive mais).

Todos os anos o Pnud classifica os países tomando como base o IDH. Este ano, o Japão chegou ao primeiro lugar, seguido do Canadá e da Noruega, enquanto que os três piores índices são os do Afeganistão, Serra Leoa e Guiné.

O relatório de 1993 assinala que no Brasil “a pobreza tem se estendido e existem enormes disparidades na distribuição da renda, que o sistema tributário pouco faz por reduzir”. Na Rússia “estima-se que 80% da população estão abaixo dos limites de pobreza”.

Nos Estados Unidos, a parcela branca da população se situa acima dos índices do Japão, que é o país número um em matéria de desenvolvimento humano. Mas os negros norte-americanos estão em 31º lugar, junto com Trinidad-Tobago, e os de origem hispânica em 38º lugar, ao lado da Estônia. “Conseguir a igualdade completa de seus cidadãos é uma perspectiva distante nos Estados Unidos”, afirma o informe do Pnud.

Por outro lado, o estudo afirma categoricamente que “nenhum país trata

suas mulheres tão bem como os seus homens”. No Sul e no Leste da Ásia há mais homens que mulheres, apesar do fato das mulheres terem uma vida mais longa. As causas são “a mortalidade materna, o infanticídio feminino e a falta de cuidado com a alimentação das meninas”. O relatório acrescenta que “em Bangladesh morrem 15% mais de meninas do que meninos nos primeiros anos de vida”.

Este ano, o documento se centra fundamentalmente na questão da democracia. “A informação é poder”, diz o informe. E acrescenta que “negar ao povo o acesso à informação é uma forma de tirar-lhe o poder”.

No entanto, em um exemplo de sua visão parcial, o Pnud ignora uma das ferramentas fundamentais da democratização na África e Ásia atuais: o pluralismo da imprensa.

O aspecto mais fascinante do relatório, porém, é a contradição que mostra dentro da comunidade da ONU, entre o desenvolvimento humano recomendado pelo Pnud e o rígido modelo neoliberal imposto ao Sul do planeta pelo Banco Mundial (Bird) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O relatório de 1993 do Pnud é uma pílula envenenada, com açúcar por fora e veneno (para o Bird e o FMI) em seu bem-documentado e articulado interior. Por exemplo, em relação ao livre mercado o informe diz: “O mercado deveria estar a serviço das pessoas e não ao inverso, as pessoas a serviço do mercado.”

O relatório também faz uma afirmação que seguramente irritará os economistas conservadores: “Assistimos a um fenômeno novo e inquietante: um crescimento econômico que ao mesmo tempo aumenta o desemprego”. Em outras palavras: a) pessoas deveriam ser mais importantes que o dinheiro; b) todo desenvolvimento que não seja humano só beneficia aos donos dos bancos.

O relatório indica, além disso, que a quinta parte mais rica dos cidadãos do mundo – incluindo as elites do Terceiro Mundo e muitos habitantes do Ocidente – desfruta de uma renda 150 vezes maior à da quinta parte mais pobre da humanidade. O Banco Mundial e o FMI representam os interesses da quinta parte mais rica da população mundial, enquanto que o Pnud trata de expressar a quinta parte mais pobre.

Todo desenvolvimento que não vise o bem-estar do homem só beneficia os donos de bancos. As pessoas deveriam ser mais importantes que o dinheiro.

*John Tinker é um especialista britânico em ecologia e desenvolvimento e presidente da ONG Instituto Pano

IMPLANTAR. QUALIFICAR. EVOLUIR.

Acompanhando as tendências do mercado. Perseguindo qualidade e produtividade. É assim que o Mercantil tem conquistado seu crescimento. Fundado em 1970, o banco expandiu-se numa rede supra-regional, implantando agências nos principais centros financeiros do país. Uma prova de trabalho bem estruturado. Uma evolução direcionada pelo claro objetivo de situá-lo, solidamente, entre as mais importantes instituições financeiras do país.

Administração Sul do Banco Mercantil, em São Paulo

*Ocupar espaços.
Consolidar parcerias.
perseguir qualidade e
produtividade.
Evoluir. Solidamente.
Conquistar novos mercados.
Valorizar, mais que tudo, o cliente.
Ser um banco contemporâneo.*

MERCANTIL 

Banco Mercantil S.A.

O Banco que dá valor a você.

Administração - Sul:

Alameda Santos, 880 - Jardim Paulista, CEP 01418, São Paulo, SP
Tel. (011) 289.4666 - Fax (011) 289.4007 - Telex (11) 33708

Administração - Sede:

Rua do Imperador D. Pedro II, 307, Santo Antônio, CEP 50.010, Recife, PE
Tel. (081) 224.3466 - Fax (081) 424.1069 - Telex (81) 2424/6801

Presente em todos os municípios
fluminenses participando, investindo,
promovendo, contribuindo e, acima de
tudo, acreditando no seu desenvolvimento,
o BANERJ se orgulha em ser o banco de
um dos estados mais importantes na
economia do país.

Investir no BANERJ é investir duplamente
em você: como cliente e como
integrante responsável pelo crescimento do
Estado do Rio de Janeiro.

BANERJ